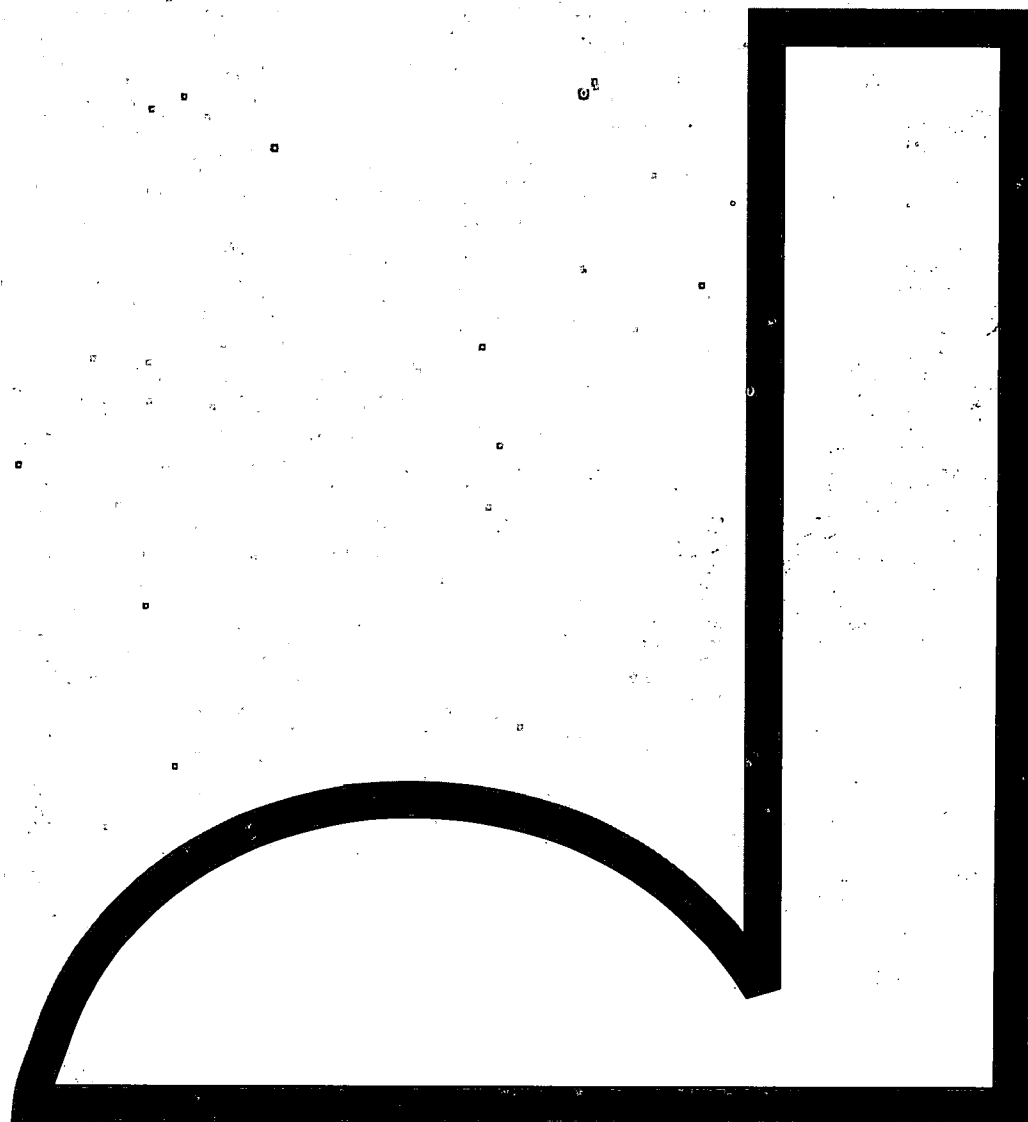


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Júnia Marise – Bloco – MG</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Lucídio Portella – PPB – PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>2ª Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3ª Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>4ª Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Joel de Hollanda – PFL – PE</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> <i>Djalma Bessa – PFL – BA</i> <i>Emilia Fernandes – Bloco – RS</i> <i>José Ignácio Ferreira – PSDB – ES</i> <i>Lauro Campos – Bloco – DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares – PFL – ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda – PSDB – DF</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvan Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Pêres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

Atualizada em 4-11-98

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correia de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 28 DE JANEIRO DE 1999

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768/99, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura. À Comissão de Assuntos Econômicos. 02343

1.2.2 – Ofício

Nº 101/99, de 27 de janeiro do corrente, do Líder do PMDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.783-1, de 1999. 02348

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JÔNICE TRISTÃO – Satisfação com a sua participação nos trabalhos legislativos do Congresso Nacional, momento em que se despede do Senado Federal. 02348

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Balanço de sua atuação política, por ocasião de sua despedida do Senado Federal. 02355

SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Associa-se às homenagens prestadas ao Senador Júlio Campos. 02363

1.2.4 – Requerimento

Nº 30, de 1999, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura. 02363

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1:

Parecer nº 49, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador José Fogaça, sobre a Mensagem nº 54, de 1999 (nº 108/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Hugo Napoleão, Ademir Andrade, Pedro Simon, Geraldo Melo, Sebastião Rocha, José Fogaça, Lauro

Campos, Odacir Soares e Eduardo Suplicy. (Votação nominal). 02363

Item 2:

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999 (nº 4.569/98, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Bernardo Cabral e Francelino Pereira. À sanção. 02376

1.3.1 – Matéria apreciada após a Ordem do Dia

Requerimento nº 30, de 1999, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado**. 02381

(incluído na pauta, nos termos do Requerimento nº 30, de 1999)

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768/99, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura. **Aprovado**, após parecer de plenário (Parecer nº 54, de 1999). À Comissão Diretora para redação final. 02381

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (Parecer nº 55 de 1999). **Aprovada**. À promulgação. 02381

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA SÁNDRA GUIDI – A Importância da construção da Barragem do Rio São Bento, situada no sul de Santa Catarina, para a recuperação e proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável da região. 02382

SENADOR LEVY DIAS – Último pronunciamento de S. Exª, cumprindo mais uma etapa de sua vida pública a serviço do Estado de Mato Grosso do Sul. 02385

SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Associa-se às homenagens ao Senador Levy Dias. 02390

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Sólida-riedade aos funcionários da Rede Manchete de Televisão. Comentários à reportagem publicada, hoje, pelo jornal **Folha de S.Paulo**, sobre as restrições do Governo ao contrato firmado entre a Rede Manchete e a Rede Renascer. Encaminhamento à Mesa de requerimento ao Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, solicitando

informações sobre a concorrência internacional de aquisição de equipamentos para o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários Federais. 02390

1.3.3 – Requerimentos

Nº 31, de 1999, de autoria do Senador Francelino Pereira, solicitando votos de aplauso aos diretores e atores do Filme "Central do Brasil", especialmente ao diretor Walter Salles, à atriz Fernanda Montenegro e ao ator mirim Vinícius, pelo prêmio Globo de Ouro, pelos êxitos alcançados em sua trajetória dentro e fora do Brasil e o feito de ensinar o reconhecimento internacional ao valor da cultura brasileira. À publicação. 02395

Nº 32, de 1999, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Educação as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02395

1.3.4 – Comunicações

Do Senador Jefferson Péres, comunicando o seu desligamento do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, e sua filiação ao Partido Democrático Trabalhista – PDT, a partir desta data. 02397

Do Senador Romero Jucá, comunicando a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, a partir desta data. 02397

1.3.5 – Ofícios

Nº 9/99, de 28 de janeiro do corrente, do Senador Jefferson Péres, comunicando que a partir desta data, se filiou à Bancada do Partido Democrático Trabalhista – PDT. 02397

Nº 10/99, de 28 de janeiro do corrente, do Líder do PDT, no Senado Federal, comunicando a filiação do Senador Jefferson Péres ao Partido Democrático Trabalhista – PDT. 02397

1.3.6 – Comunicação da Presidência

Informando ao Plenário que a posse dos Senadores eleitos e a eleição da Mesa será realizada no próximo dia 1º de fevereiro às 15 horas; e que a instalação dos trabalhos da sessão legis-

lativa ordinária da 51ª Legislatura será realizada no dia 22 de fevereiro, às 16 horas, no plenário do Senado Federal. 02397

1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Necessidade de mudanças na relação do ser humano com o meio ambiente. 02397

SENADOR MAURO MIRANDA – Ocorrência de atentado à casa do Presidente da Câmara dos Vereadores de Vila Propício (GO), vereador Florenço Dias Neves. 02400

SENADOR ODACIR SOARES – Balanço da sua atuação parlamentar e despedida de S. Exª do Senado. 02400

SENADOR ABDIAS NASCIMENTO – Discurso de despedida de S. Exª. 02404

SENADOR FREITAS NETO – Manifestação de pesar pelo falecimento, no último dia 6, do professor e médico piauiense, Lineu da Costa Araújo. 02405

SENADOR PAULO GUERRA – Análise da Política Nacional de Educação Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 02406

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 28-1-99

3 – EMENDAS

Oferecidas à Medida Provisória nº 1.799-1, de 1999. 02416

4 – ATA DA MESA DO SENADO FEDERAL

2ª Reunião, realizada em 28 de janeiro de 1999. 02436

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 139 a 146, de 1999. 02437

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária em 28 de janeiro de 1999

7ª Sessão Legislativa Extraordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães,
Geraldo Melo, Ronaldo Cunha Lima e Lúdio Coelho.*

**ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS
SRS. SENADORES:**

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Patrocinio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Djalma Bessa – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Fernando Bezerra – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Jônice Tristão – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Roberto Arruda – José Saad – Júlio Campos – Júnia Marise – Juvêncio Dias – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Leonel Paiva – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luzia Toledo – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Paulo Guerra – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Ronaldo Cunha Lima – Sandra Guidi – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PROJETO RECEBIDO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 1999**

(Nº 768/99, na Câmara dos Deputados)

**Dispõe sobre a remuneração dos
membros do Congresso Nacional durante
a 51ª Legislatura.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogada, durante a 51ª Legislatura, a vigência do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995.

Art. 2º As contribuições devidas à Seguridade Parlamentar obedecerão ao disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO ORIGINAL Nº 768, DE 1999

**Dispõe sobre a remuneração dos
membros do Congresso Nacional durante
a 51ª Legislatura.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogada, durante a 51ª Legislatura, a vigência do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995.

Art. 2º As contribuições devidas à Seguridade Parlamentar obedecerão ao disposto na Lei nº 9.506, de 1997.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A remuneração dos membros do Congresso Nacional para a 50ª (quinguentésima) Legislatura, que se encerra no dia 31 de janeiro de 1999, está disciplinada pelo Decreto Legislativo nº 7, de 1995.

Como o Decreto Legislativo nº 7, de 1995, perderá a eficácia a partir de 1º de fevereiro próximo, é necessário que uma nova norma discipline a remuneração.

neração dos Congressistas até que a matéria seja regulamentada em definitivo.

Nesse sentido, a prorrogação da vigência do Decreto Legislativo parece ser a medida mais sensata, pois evita o surgimento de uma **lacuna legis**, sem, entretanto, alterar a remuneração, matéria esta que será objeto de lei futura.

Reiterando a importância de se evitar o surgimento de uma lacuna, sugerimos a imediata aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, de janeiro de 1999. –
Michel Temer – Heráclito Fortes – Severino Cavalcanti – Ubiratan Aguiar – Paulo Paim – Efraim Moraes – Nelson Trad.

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA SECRETARIA GERAL DA MESA**

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 7
DE 19 DE JANEIRO DE 1995**

**Dispõe sobre a remuneração dos
membros do Congresso Nacional durante
a 50ª Legislatura**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 48, item 28 do Regime Interno, promulgo o seguinte:

Art. 1º A remuneração mensal dos membros do Congresso Nacional durante a 50ª Legislatura constitui-se de subsídio fixo, variável e adicional.

§ 1º O subsídio fixo, que corresponde à importância de R\$3.000,00 (três mil reais), é devido mensalmente ao Deputado Federal e ao Senador, a partir de sua posse.

§ 2º O subsídio variável, devido mensalmente ao Deputado Federal e ao Senador, a partir de sua posse, correspondente à importância de R\$3.000,00 (três mil reais).

§ 3º O subsídio adicional de atividade parlamentar, devido mensalmente ao Deputado Federal e ao Senador, correspondente à importância de R\$2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º No mês de dezembro, os parlamentares farão jus à importância correspondente à parcela fixa do subsídio, acrescida das parcelas variável e adicional, em valor proporcional ao efetivo comparecimento do parlamentar às sessões deliberativas realizadas até 30 de novembro.

Art. 3º É devida ao parlamentar, no início e no final previsto para a sessão legislativa, ajuda de custo equivalente ao valor da remuneração.

§ 1º A ajuda de custo destina-se à compensação de despesas com transporte e outras imprescindíveis para o comparecimento à sessão legislativa ordinária ou à sessão legislativa extraordinária convocadas na forma da Constituição Federal.

§ 2º Perderá o direito à percepção da parcela final da ajuda de custo o parlamentar que não comparecer a pelo menos dois terços da sessão legislativa.

§ 3º O valor correspondente à ajuda de custo não será devido ao suplente reconvocato na mesma sessão legislativa.

Art. 4º O comparecimento a cada sessão deliberativa será remunerado por valor correspondente ao quociente entre a soma dos subsídios variável e adicional e o número de sessões deliberativas realizadas no mês anterior.

§ 1º Os subsídios variável e adicional serão devidos na sua totalidade:

I – no primeiro mês da 50ª Legislatura;

II – quando não houver sessão deliberativa no mês anterior.

§ 2º Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, considera-se realizada a sessão plenária da respectiva Casa ou do Congresso Nacional com ordem do dia previamente determinada, apurando-se a frequência dos parlamentares através de lista de presença em posto instalado no plenário, ainda que não se obtenha quórum para abertura dos trabalhos.

§ 3º Quando houver votação nominal, a frequência será apurada através do registro da votação, exceto para Deputados ou Senadores em legítimo exercício do direito de obstrução parlamentar, para os quais prevalecerá a lista de presença.

§ 4º Fará jus à percepção dos subsídios variável e adicional o parlamentar que se encontrar em missão oficial no País ou no exterior e nos casos de doença comprovada por atestado de junta médica oficial e ainda nos casos de internação em instituição hospitalar, quando se realizar sessão deliberativa.

§ 5º Ressalvada a hipótese do § 4º, é vedado o pagamento de subsídio variável ou adicional decorrente de sessão deliberativa durante a qual o parlamentar não tenha tido sua presença registrada na forma dos §§ 2º e 3º.

Art. 5º O suplente convocado receberá, a partir da posse, a remuneração a que tiver direito o parlamentar em exercício, observado o disposto no § 3º do art. 3º.

Art. 6º Os valores constantes deste decreto legislativo serão reajustados uniformemente a partir de 1º de fevereiro de 1995, por atos das respectivas

Mesas, na mesma data e no mesmo percentual aplicável aos servidores da União.

Art. 7º As contribuições devidas ao Instituto de Previdência dos Congressistas pelos segurados e a devida pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados serão calculadas sobre os subsídios.

§ 1º As pensões do Instituto de Previdência dos Congressistas serão calculadas sobre a mesma base de cálculo das contribuições, observada a legislação em vigor.

§ 2º As Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão alocar em seus orçamentos recursos próprios para atendimento das despesas decorrentes da aplicação deste artigo.

Art. 8º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1995.

LEI Nº 9.506, DE 30 DE OUTUBRO DE 1997

Extingue o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, criado pela Lei nº 4.284⁽¹⁾, de 20 de novembro de 1963, e regido pela Lei nº 7.087⁽²⁾, de 29 de novembro de 1982, sendo sucedido, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, na forma estabelecida nesta lei, preservados os direitos adquiridos em relação às pensões concedidas, atualizadas com base na legislação vigente à data da publicação desta lei, bem como às pensões a conceder, no regime das Leis nºs 4.284, de 20 de novembro de 1963, 4.937⁽³⁾, de 18 de março de 1966, e 7.087, de 29 de dezembro de 1982.

§ 1º A liquidação do instituto ocorrerá em 1º de fevereiro de 1999 e será conduzida por liquidante nomeado pela Mesa do Congresso Nacional, competindo-lhe administrar o patrimônio deste, recolher ao Tesouro Nacional os saldos bancários ao final subsistentes e transferir para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal o acervo patrimonial.

§ 2º São assegurados os direitos que venham a ser adquiridos, na forma da Lei nº 7.087, de 29 de

dezembro de 1982, até a liquidação do IPC, pelos segurados facultativos.

§ 3º Os atuais segurados obrigatórios do IPC, ao término do exercício do presente mandato, poderão se inscrever como segurados do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, independentemente de idade e de exame de saúde.

§ 4º Os benefícios referidos no **caput** serão pagos pela última Casa Legislativa ou órgão a que se vinculou o segurado.

§ 5º A Casa Legislativa ou órgão a que se vinculou o segurado ressarcirá as contribuições por este recolhidos ao IPC, atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, no prazo de sessenta dias:

I – a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais congressistas que o requererem;

II – a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos atuais segurados facultativos que não tiverem adquirido direito à pensão, na forma da legislação vigente até a data de publicação desta Lei;

III – a partir de 1º de fevereiro de 1999, aos ex-segurados que, embora tendo adquirido o direito à pensão, não o tenham exercido, e desde que optem, em detrimento deste, pelo ressarcimento previsto neste parágrafo.

§ 6º Ao atual segurado obrigatório do IPC que renunciar à devolução prevista no parágrafo anterior aplicar-se-á o seguinte:

I – àquele que, ao término do exercício do atual mandato, preencher os requisitos previstos na legislação vigente à data de publicação desta Lei, fica assegurado o direito à aposentadoria;

II – àquele que, ao término do exercício do atual mandato, houver cumprido o período de carência correspondente a oito anos de contribuição, fica garantido o direito a percepção da aposentadoria proporcional, após cumprir os demais requisitos previstos na legislação vigente à data de publicação desta Lei;

III – àquele que, ao término do exercício do atual mandato, não tiver cumprido o período de carência correspondente a oito anos de contribuições, e, naquela data, tornar-se segurado do Plano instituído por esta Lei, poderá averbar seu tempo de contribuição à razão de um trinta avos do valor da aposentadoria integral por ano de contribuição;

IV – àquele que teve garantido o direito à pensão, na forma da legislação vigente à data de publicação desta Lei, e se inscrever no Plano de Seguridade Social dos Congressistas, incorporará aos

seus proventos, a cada ano de exercício de mandato, o valor correspondente a um trinta e cinco avos da remuneração fixada na forma do § 1º do artigo 2º.

§ 7º O segurado facultativo poderá requerer que sua inscrição no IPC seja cancelada antes de 1º de fevereiro de 1999, ficando-lhe assegurado o direito ao ressarcimento a que se refere o inciso II do § 5º.

§ 8º Com a liquidação do IPC precluirá o prazo para aquisição de direitos com base na satisfação das condições instituídas nas Leis nºs. 4.284, de 20 de novembro de 1963, e 4.937, de 18 de março de 1966.

§ 9º Precluirá no momento da liquidação do IPC o direito ao recolhimento previsto no **caput** do artigo 24 da Lei nº 7.087, de 29 de dezembro de 1982, permitindo-se ao segurado obrigatório a antecipação do recolhimento correspondente ao tempo de até doze meses de contribuição.

Art. 2º O Senador, Deputado Federal ou suplente que assim o requerer, no prazo de trinta dias do início do exercício do mandato, participará do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, fazendo jus à aposentadoria:

I – com proventos correspondentes à totalidade do valor obtido na forma do § 1º:

a) por invalidez permanente, quando esta ocorrer durante o exercício do mandato e decorrer de acidente, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei;

b) aos trinta e cinco anos de exercício de mandato e sessenta anos de idade.

II – com proventos proporcionais observado o disposto no § 2º, ao valor obtido na forma do § 1º:

a) por invalidez permanente, nos casos não previstos na alínea a do inciso anterior, não podendo os proventos ser inferiores a vinte e seis por cento da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional;

b) aos trinta e cinco anos de contribuição e sessenta anos de idade.

§ 1º O valor dos proventos das aposentadorias previstas nos incisos I e II do **caput** será calculado tomando por base percentual da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional, idêntico ao adotado para cálculo dos benefícios dos servidores públicos civis federais de mesma remuneração.

§ 2º O valor da aposentadoria prevista no inciso II do **caput** corresponderá a um trinta e cinco avos, por ano de exercício de mandato, do valor obtido na forma do § 1º.

Art. 3º Em caso de morte do segurado, seus dependentes perceberão pensão correspondente ao valor dos proventos de aposentadoria que o segurado recebia ou a que teria direito.

§ 1º O valor mínimo da pensão corresponderá a treze por cento da remuneração fixada para os membros do Congresso Nacional.

§ 2º Não é devida pensão ao dependente do segurado que tiver falecido posteriormente ao cancelamento de sua inscrição.

Art. 4º Para os fins do disposto nesta lei considerar-se-á:

I – tempo de contribuição, aquele reconhecido pelos sistemas de previdência social do serviço público, civil ou militar, e da atividade privada, rural e urbana;

II – tempo de exercício de mandato, o tempo de contribuição ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas ou ao Instituto de Previdência dos Congressistas.

§ 1º A apuração do tempo de exercício de mandato e do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

§ 2º Para a concessão dos benefícios do Plano de Seguridade Social dos Congressistas, serão desconsiderados os períodos de tempo excedentes a trinta e cinco anos, bem como os concomitantes ou já considerados para a concessão de outro benefício, em qualquer regime de previdência social.

Art. 5º Para fins de contagem de tempo de exercício de mandato é facultada ao segurado a averbação do tempo correspondente aos mandatos eletivos municipais, estaduais ou federais.

§ 1º A averbação somente produzirá efeitos após o recolhimento das contribuições ao Plano de Seguridade Social dos Congressistas, diretamente pelo interessado ou mediante repasse dos recursos correspondentes por entidade conveniada na forma do artigo 6º.

§ 2º O valor do recolhimento a que se refere o parágrafo anterior corresponderá à soma das contribuições previstas nos incisos I e II do art. 12 e tomará por base a remuneração dos membros do Congresso Nacional vigente à época do recolhimento.

Art. 6º A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão celebrar convênios com entidades estaduais e municipais de seguridade parlamentar para a implantação de sistema de compensação financeira das contribuições do segurado por tempo de exercício de mandato, tanto àquelas entidades

quanto ao Plano instituído por esta lei, mediante repasse, para habilitação à aposentadoria, dos recursos correspondentes.

Art. 7º O ex-segurado poderá reinscrever-se, quando titular de novo mandato, bem como, ao completar os requisitos exigidos para aposentadoria, optar entre o plano instituído por esta lei e o regime de previdência social a que estiver vinculado.

Parágrafo único. O segurado aposentado na forma desta lei terá revisto o valor da aposentadoria ao término do exercício de novo mandato, observado o disposto no § 2º do art. 4º.

Art. 8º Em nenhuma hipótese o valor mensal dos benefícios a que se refere esta lei poderá exceder ao da remuneração dos membros do Congresso Nacional.

Art. 9º Os benefícios previstos nesta lei serão atualizados no índice e na data do reajuste da remuneração mensal dos membros do Congresso Nacional.

Art. 10. Não é devido o pagamento dos proventos da aposentadoria a que se refere esta lei enquanto o beneficiário estiver investido em mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, salvo quando optar por este benefício, renunciando à remuneração do cargo.

Art. 11. Fica vedada, a partir da liquidação do IPC, a acumulação da aposentadoria pelo Plano previsto nesta lei com a do regime de previdência social do servidor público, civil ou militar.

Art. 12. O Plano de Seguridade Social dos Congressistas será custeado com o produto de contribuições mensais:

I – dos segurados, incidentes sobre a remuneração mensal fixada para os membros do Congresso Nacional e calculadas mediante aplicação de alíquota igual à exigida dos servidores públicos civis federais para o custeio de suas aposentadorias e pensões;

II – da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de valor idêntico à contribuição de cada segurado, fixada no inciso anterior;

III – dos beneficiários das aposentadorias e pensões incidentes sobre o valor das mesmas que exceda o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata a Lei nº 8.213(1?), de 24 de julho de 1991, e calculadas mediante a aplicação da mesma alíquota a que se refere o inciso I.

Art. 13. O Deputado Federal, Senador ou suplente em exercício de mandato que não estiver vinculado ao Plano instituído por esta lei ou a outro regime de previdência participará, obrigatoriamente,

do regime geral de previdência social a que se refere a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 1º O inciso I do art. 12 da Lei nº 8.212(5), de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea h:

"Art. 12.
I –

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;"

§ 2º O inciso I do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea h:

"Art. 11.
I –

h) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;"

§ 3º O inciso IV do art. 55 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 55.
.....

IV – o tempo de serviço referente ao exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social;

....."

Art. 14. O Congresso Nacional regulamentará esta lei, mediante resolução, no prazo de sessenta dias da data de publicação.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Presidente da República – **Iris Rezende**.

(*À Comissão de Assuntos Econômico.*)

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF/GAB/I/Nº 101

Brasília, 27 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Saraiva Felipe e Hermes Parcianello, passam a integrar, respectivamente, na qualidade de Titular e de Suplente, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.783-1, de 13 de janeiro de 1999, em substituição aos anteriormente indicados.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o eminente Senador Jônice Tristão pede-me que faça a cessão da minha inscrição a fim de que S. Ex^a possa se despedir da Casa. E eu não tenho como deixar de atender ao pedido desse caro amigo, uma vez que, no convívio dos seus colegas Senadores, o Senador Jônice Tristão faz jus a esta homenagem.

De modo, Sr. Presidente, que eu declino da minha inscrição e faço a cessão da mesma ao colega Senador Jônice Tristão, para que possa fazer as suas despedidas deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Por cessão do Senador Bernardo Cabral, passo a palavra ao nobre Senador Jônice Tristão.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Bernardo Cabral, a sua gentileza muito me comove e devo dizer que é mais um exemplo de grandeza que assisto nesta Casa, como frequentemente acontece, a exemplo de tantas pessoas, tantos Senadores que me acolheram, nesse curto período de tempo que aqui passei, de maneira tão amável e hospitaleira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a merece.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com orgulho e profundo sentimento de patriotismo que participei

ativamente dos trabalhos desta Casa do Congresso Nacional num dos momentos mais delicados que já vivemos nas finanças públicas do Brasil. Os acontecimentos deste mês de janeiro de 1999, com a mudança drástica na política cambial do Governo, exigiram dos parlamentares reflexão e ação. Num final de Legislatura que se poderia ter previsto ameno e rotineiro, primeiro foi necessária esta convocação extraordinária. Depois, a emergência que durante ela ocorreu fez, e ainda faz, tremer os alicerces da política econômica.

Em meio a tanta pressão dos fatos, sob a Presidência do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem rendo as minhas homenagens, o Senado Federal foi atuante e oportuno, responsável como sempre, debatendo, votando e decidindo, conscientemente e em tempo recorde, as matérias indispensáveis ao ajuste e à saúde das finanças do País. Para um humilde Senador temporário, cumprindo a substituição legal de um prócer da dimensão de Elcio Alvares, esta é uma lembrança que me ficará para sempre: em pleno torvelinho em que fomos, de repente, envolvidos, a ação parlamentar foi racional, a Situação e a Oposição cumpriram seu papéis, as Lideranças e o comando das Casas agiram com equanimidade e o Congresso foi poupado de cenas de radicalização, sempre lamentáveis. Tudo indica que assim continuaremos para o bem maior do País. Neste ponto, quero manifestar minha satisfação especial em trabalhar sob a liderança do eminente político e estadista brasileiro, Presidente desta Casa, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, exemplo de força, determinação e patriotismo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, consideremos que, malgrado a tensão das últimas semanas, o panorama político é de normalidade. A eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso para novo mandato deu-se em clima de paz, sem qualquer contestação, em pleito irretocável. O Presidente reeleito, em seu discurso de posse, comprometeu-se a dobrar esforços na tarefa de manter o Brasil respeitado na comunidade internacional. Para tanto, estas reformas em que estamos todos empenhados – administrativa, previdenciária, tributária e política – precisam continuar em ritmo acelerado.

Debelada, no que concerne ao Congresso, a emergência provocada por um ataque especulativo a nossa moeda, o papel principal na legislação definitiva dessas reformas cabe a nós, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. Cabe-nos, também, desincumbidos do que nos solicitou na emergência o Senhor Presidente da República, alertar

constantemente o Executivo, daqui para a frente, sobre o quadro que percebemos em nossos Estados, referente a alguns defeitos crônicos da economia que estão levando setores produtivos ao desespero. Destaco o aumento dos custos internos, que é a companhia inconveniente, a outra face, do aumento dos impostos que o Executivo nos solicitou e que as circunstâncias emergenciais nos levaram a atender – mesmo nós, Congressistas doutrinariamente favoráveis, isso sim, à diminuição dos impostos e não aos seus aumentos.

O Governo, como representação da sociedade, tem que ter garantidos os recursos necessários para exercer sua função. Todavia, não tenho dúvida em afirmar que os aumentos dos impostos, a médio e longo prazos, provocam apenas perda de competitividade das empresas e conseqüente desaquecimento da economia, desemprego, queda da renda **per capita**, grave estímulo à sonegação, retrocesso econômico e social, culminando de fato com a redução – ao invés do aumento – da receita do Poder Público em todos os níveis.

Neste momento, o meu Estado, o Espírito Santo, vive sob a égide de um Governo sério e austero. E o seu líder, Governador José Ignacio Ferreira conduz uma dura campanha contra a sonegação de impostos da Previdência Social, Funrural, Pis e Confins. Iniciativas como esta, de natureza moral, social e econômica irretocáveis, espero ardentemente sejam copiadas por todo o País, porque atacam o problema em sua base, trazendo rápido retorno tanto para o Governo como para a iniciativa privada, legal e moralmente estabelecida – que é o que pesa na iniciativa privada. Teremos assim um empresariado sólido e responsável, recolhendo os impostos devidos com benefícios evidentes para toda a Nação.

Quero também registrar o alerta para esta mesma Nação e para o nosso Governo sobre o quão injusta tem sido para o empresariado nacional a batalha pela sobrevivência no processo denominado "globalização". Entendo que o Governo não pode nem deve opor-se ao processo de globalização, que hoje é um fato e destaca-se na agenda da grande maioria das nações. Meu alerta refere-se à necessidade de que o Poder Público, guardião da nossa sociedade, e oriundo dela mesma, controle a perversa velocidade desse processo em nosso País, a fim de dar fôlego àquela que tem sido, a um só tempo, mola propulsora e âncora econômica do País: a classe empresarial brasileira.

A próxima legislatura, a inaugurar-se em poucos dias, chega com a tarefa de completar o ciclo

das reformas para, enfim, poder dedicar-se à legislação ordinária de que o Parlamento se viu afastado pela constante necessidade de examinar medidas provisórias e grande número de emendas à Constituição.

Cito o notável caso do Orçamento da União, a mais importante tarefa dos parlamentos. A política do Governo, na realidade, está sempre expressa no Orçamento. Receita e despesa, é disso que se trata, em última análise, quando se fazem planos, projetos e promessas. No entanto, a votação do Orçamento é sempre atropelada pelos mais diversos fatores: há queima de prazos; ele é a toda hora substituído por novas versões e, ao cabo, é votado de afogadilho, já entrado o ano fiscal, numa demonstração anual de improvisação difícil de se admitir.

Tivemos, ontem, depois de muitos anos, uma grande atuação do nosso Congresso, aprovando o Orçamento ainda no mês de janeiro. Que esse seja mais um passo para o dia em que a Administração Pública e suas inovações se expressarão em leis ordinárias metodicamente elaboradas pelo Parlamento.

Aliás, algumas inovações mais prementes estão em tramitação no momento. Uma das inovações do Executivo, que incidentalmente me trouxe de volta ao convívio de V. Ex^{as}, foi a proposta ao Congresso de criação do Ministério da Defesa, englobando os três Ministérios Militares – um aperfeiçoamento de organização que já se fazia necessário para liberar os militares de assuntos administrativos e políticos, a fim de melhor dedicarem-se aos problemas militares. A escolha de um civil para o cargo de Ministro da Defesa é de perfeita normalidade. E, no caso, foi muito feliz a escolha feita pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso do nome do Senador Elcio Alvares para Ministro da Defesa. O Estado do Espírito Santo sente-se honrado em ter fornecido o primeiro nome para esse Ministério.

Muitos civis ocuparam as pastas militares antes de Elcio Alvares. Durante o Império, nada houve de extraordinário em que os ministros da Guerra e da Marinha fossem civis. Foram Ministros grandes nomes da política, como Rego Barros, Holanda Cavalcanti, José Clemente Pereira, o Visconde de Itaboraí, Zacarias de Góis e Vasconcelos, Riô Branco – o pai, o Visconde – o Conselheiro Saraiva, Afonso Pena – que depois foi Presidente da República – o Visconde de Abaeté, o Barão de Cotegipe, Jaguaripe, Sinimbu. Foram ministros militares, entre outros, o Barão de Ladário, o General Polidoro, o Almirante Delamare, o Coronel Manuel Felizardo, o General Caldwell, o General Osório, o General Câmara e o Duque de Caxias.

Já na República, ocorre o caso de Pandiá Calógeras, epítome do Ministro Civil. Epiácio Pessoa, em 1919, ao assumir a presidência da República, nomeou dois civis: Pandiá Calógeras para Ministro da Guerra e Raul Soares de Moura para Ministro da Marinha. A decisão de Epiácio Pessoa, que tomou posse no cargo após uma longa viagem à Inglaterra, Itália e Bélgica, foi certamente influenciada pela prática, normal nos países europeus, de civis à frente dos ministérios militares.

Pandiá Calógeras, que já havia exercido o mandato de Deputado Federal por Minas Gerais e foi Ministro da Agricultura e da Fazenda, desenvolveu um trabalho de modernização, expansão e aperfeiçoamento do Exército brasileiro que ficou na história.

Também Getúlio Vargas, em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, nomeou Salgado Filho Ministro da recém-criada Aeronáutica. Durante a sua longa gestão, foram unificados os serviços aéreos da Marinha e do Exército e foi criado, com a contribuição decisiva do Brigadeiro Eduardo Gomes, o Correio Aéreo Nacional (CAN), que tantos preciosos serviços prestou à Nação.

Sr. Presidente, a nova Pasta da Defesa significa normalidade, equilíbrio democrático, evolução institucional e adequação do nosso Governo à realidade mundial, todos fatos positivos; e estará entregue à comprovada competência, talento, experiência e habilidade política do Senador do Espírito Santo Elcio Alvares.

O Ministro Elcio Alvares, cuja suplência me sinto honrado de ocupar, é o estadista ideal para a implantação do Ministério da Defesa em nosso País. Sua vida particular ou pública tem sido um exemplo para todos nós. Já na Faculdade de Direito, em Vitória, liderou a ala jovem do Partido Social Democrático, o PSD. Formado, militou na advocacia, ingressou no jornalismo e ocupou cargos públicos em nosso Estado. Após a Revolução de 64, Elcio Alvares filiou-se à Arena e foi, em 1970, o Deputado Federal mais votado em nosso Estado, sobressaindo-se logo na Câmara Federal, onde foi Vice-Líder do Partido.

Eleito pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo para o cargo de Governador, em 1975, Elcio Alvares desempenhou sua missão com competência e dignidade, tendo sido o seu período de Governo assinalado por significativo desenvolvimento. Em 1982, apoiou a candidatura a Governador do seu amigo pessoal, e nosso hoje Senador pelo Espírito Santo, Gerson Camata, então eleito com expressiva votação. Foi também com proficiência que Elcio Al-

vares ocupou o importante cargo de Ministro da Indústria e Comércio no Governo Itamar Franco.

Senador pelo Espírito Santo, tem dado demonstrações inequívocas de espírito público. Líder do Governo Fernando Henrique nos últimos quatro anos, enfrentou com seriedade todas as dificuldades dessa tarefa, prestando ao Presidente serviços por S. Ex.^a reconhecidos publicamente. Competência, honradez, discrição, austeridade são virtudes inatas do Senador Elcio Alvares. Temos certeza de que exercerá a nova missão com destaque e dentro da maior lealdade ao Presidente da República, que é o comandante supremo das Forças Armadas. Desejamos a S. Ex.^a sorte e sucesso. Pedimos a Deus que o ilumine em suas novas funções.

Sr. Presidente, além de empresário, tenho dedicado parte da minha vida à atuação político-partidária em meu Estado. Foi com alegria que recebi a oportunidade de voltar a conviver com os nobres Senadores que conheci em 1994, quando ocupei a vaga, pela primeira vez, por quase um ano. Muito aprendi nesta Casa e muito me honrou a convivência com V. Ex^{as}.

Tive também nesses dias a oportunidade de um contato mais estreito com os meus colegas do Espírito Santo: o Senador Gerson Camata, meu amigo pessoal, em seu segundo mandato, ativo e brilhante como sempre e sempre preocupado na defesa dos interesses do nosso Estado e do nosso País; o Senador Ricardo Santos, que logo teve que se licenciar para assumir o cargo de Secretário Estadual do Planejamento, que, em poucos dias no Senado, confirmou-nos a sua competência; a Senadora Luzia Toledo, que conquistou este plenário com sua simpatia e simplicidade e teve, no dia da sua posse, mais de uma centena de capixabas que lotaram as galerias desta Casa para homenageá-la merecidamente.

Estou certo de que dignificará o nosso Estado, e que também conquistará o respeito e a amizade dos nobres companheiros Senadores, desta e da próxima legislatura.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Pois não, Senador.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Senador Jônice Tristão, estou acompanhando o seu pronunciamento desde o início. Vejo, nas suas palavras, nesta panorâmica que faz a respeito dos problemas que o Brasil enfrenta agora, bem como o Espírito Santo, o empresário que V. Ex^a é. O empresá-

rio exitoso e o político que V. Ex^a sempre foi se encontram nesse discurso. V. Ex^a é um homem que, apesar do sucesso das suas empresas, nunca deixou de lado uma profunda preocupação com o seu Estado e com o seu País. Estou na vida pública do Espírito Santo há mais de 30 anos. Tenho observado que os seus escritórios e a sua casa têm sido um constante ponto de encontro daqueles que, preocupados com o futuro do Estado e com o futuro do País, vão para lá discutir os problemas, encontrar soluções, buscar novas lideranças, trabalhar em torno dos problemas do Espírito Santo e do Brasil. V. Ex^a poderia – e eu lhe disse isto pessoalmente certa vez –, diante dos seus negócios bem-sucedidos, residir na Inglaterra ou nos Estados Unidos, onde mantém escritórios; mas prefere mandar para lá seus executivos e viver no Estado do Espírito Santo, participando da vida pública, participando da vida política, envolvendo-se na solução dos problemas do Estado, convocando lideranças, convocando a sociedade capixaba para o debate. Por intermédio da Fundação Jônice Tristão, V. Ex^a iniciou um grande processo de resgate da história do interior do Estado do Espírito Santo, o que demonstra preocupação com o seu Estado e com seu País. Neste momento em que manifesta o seu pensamento de empresário, mas a sua preocupação de político e de patriota diante dos problemas brasileiros, quero dizer que V. Ex^a deixa o Senado, mas fará falta à vida pública do Estado do Espírito Santo. Portanto, Deus queira que V. Ex^a retorne em outro mandato para participar, convocar, provocar a discussão e o debate em torno dos nossos problemas. V. Ex^a foi muito preciso – e falo também em nome da Senadora Luzia Toledo – quando relatou como o Governador José Ignácio, cuja candidatura V. Ex^a tanto estimulou, começa agora a enfrentar os graves problemas e desafios que tem pela frente no Espírito Santo e a vencê-los; e como aquele Estado se projeta, em nível nacional, por meio da figura carismática e operosa do Senador Elcio Alvares. Este é um momento vitorioso para o Espírito Santo e para o Brasil, apesar de todas as dificuldades que enfrentamos, da crise que estamos vivendo. Crise significa mudança, novas oportunidades que podem surgir. Penso que é nesta hora que aqueles que, como V. Ex^a, nasceram no interior, lutaram a vida inteira e nunca desanimaram da sua luta sabem que agora é a hora de se ter mais fé, mais esperança e mais vontade de lutar. V. Ex^a é um capixaba tão encendrado, tão ligado ao Espírito Santo, tão ativamente amarrado à terra que, há poucos anos, fiquei surpreso quando vi nos jornais que a Assem-

bléia do Espírito Santo havia concedido a V. Ex^a o título de Cidadão Capixaba. Ninguém o imaginava mineiro, embora nascido na fronteira. Mas, a partir do dia do nascimento, tornou-se capixaba e vem propugnando e brigando pelos interesses do Espírito Santo, dando o exemplo a tantos outros empresários que, quando enriquecem, se esquecem dos problemas sociais, dos problemas dos outros. V. Ex^a, não; militando na política, desafiando, brigando, provocando o debate, provocando a discussão, fez, repito, dos seus escritórios e da sua residência um fórum de debate dos problemas do Espírito Santo. V. Ex^a não fará falta, porque continuará, tenho certeza, exercendo esse papel de liderança empresarial e de liderança política que o Espírito Santo não pode dispensar. Cumprimentos a V. Ex^a pela oportunidade da sua fala.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Senador Gerson Camata, só tenho a agradecer pelas suas palavras. O que tenho feito pela política no Espírito Santo e no nosso País nada mais é que a obrigação de um cidadão responsável. Essa tem sido a minha conduta na vida, sempre seguindo os exemplos de meus pais e avós, de políticos e empresários de grande valor aos quais pude assistir. Durante toda a minha vida, pude obter muitos exemplos, como os que tive nesta Casa, e que só me estimularam. V. Ex^a é um deles, assim como o Senador Elcio Alvares, que, dentre tantos capixabas ilustres, mostraram a atenção e a importância pela luta, progresso e bem-estar do povo do Espírito Santo. Muito obrigado.

O Sr. João Rocha (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Ouço o aparte do nobre Senador João Rocha.

O Sr. João Rocha (PFL – TO) – Senador Jônice Tristão, tivemos a oportunidade de conhecê-lo, não nesta Legislatura, mas na anterior, e conviver com V. Ex^a durante mais de onze meses nesta Casa. Tivemos a oportunidade de conhecer V. Ex^a como grande empresário e empreendedor e, como citou o Senador Gerson Camata, também preocupado com a área social e com a atividade empresarial. Naqueles primeiros onze meses, V. Ex^a demonstrou realmente capacidade, experiência empresarial, o que foi muito útil para esta Casa, porque são experiências práticas, e temos que construir o País não com um laboratório de inexperientes, mas com o objetivo de evitar erros repetitivos e excessivos. Nesse sentido, temos que permanentemente recorrer àqueles empresários bem sucedidos, sérios. Como bem citou V. Ex^a, o País é uma grande empresa, cuja en-

trada e saída de caixa devemos administrar bem. Para que possamos ter um país equilibrado realmente, uma economia estável, a experiência que adquirimos na iniciativa privada tem que ser transportada cada vez mais para o Estado, já que essa grande empresa representa quase 160 milhões de brasileiros. V. Ex^a prestou um grande serviço ao Senado, expressando muito claramente que acreditamos neste País, temos fé e certeza absoluta de que, apesar de todos os problemas que enfrentamos no momento, vamos chegar lá: a um país estável, sério. A partir do momento em que recebeu do Congresso, nesta Convocação Extraordinária, a reforma da Previdência, o aumento da alíquota da CPMF, do PIS e Pasep, a contribuição sobre o lucro empresarial, o Governo teve do Congresso Nacional toda a resposta que esperava. Hoje, esperamos que o Executivo, tendo todo esse instrumental à mão, evite excessivamente esse capital especulativo, que, inclusive há pouco tempo, foi denominado "capital de motel", que entra e sai. Está provado hoje que realmente não há finalidade alguma. Como citou V. Ex^a, temos de nos preocupar com a poupança interna. O capital estrangeiro que aqui chegar tem de vir para produzir, e não para especular. Senador Jônice, estou muito feliz por ter feito amizade com V. Ex^a. Tenho certeza de que manteremos esse mesmo laço durante muito tempo. Tal qual V. Ex^a, estarei deixando esta Casa no dia 31 de janeiro. De qualquer forma – repito –, foi uma grande satisfação conhecê-lo e ter convivido e aproveitado de sua experiência nesse período.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Senador João Rocha, foi muita bondade de V. Ex^a dizer da minha contribuição a esta Casa no curto período em que aqui passei. Quero dividir esses méritos com V. Ex^a, já que, em 1994, quando fiquei mais tempo neste Parlamento, era V. Ex^a Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Logo nos tornamos grandes amigos, pois conversávamos longamente naquele período. Aprendi muito com V. Ex^a. Dessa forma, divido o meu mérito com V. Ex^a. Agradeço-lhe pelo apoio às palavras que disse aqui sobre a atuação do nosso Governo em prol da normalidade econômica e administrativa do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Jônice Tristão, não desejo interromper o seu discurso. No entanto, quero dar conhecimento a esta Casa de que, além da despedida do Senador Jônice Tristão, estão inscritos, com a mesma finalidade, mais quatro Srs. Senadores.

É da praxe desta Casa deixar que o Senador que está se despedindo use o tempo com toda a li-

beralidade e receba quantos apartes desejar. A Mesa não vai, absolutamente, modificar isso em relação a V. Ex^a e nem em relação a nenhum dos demais Senadores. Entretanto, temos assistido a uma duração média de duas horas e meia para cada discurso de despedida. Como são cinco discursos, isso se torna totalmente impraticável.

Então, estou apenas dando conhecimento à Casa – a Mesa nada fará para interferir ou modificar isso, mas faz um apelo, sobretudo aos apartantes, no sentido de que deixem os oradores usarem o seu tempo e sejam o mais objetivos possível, a fim de que permitam aos demais a oportunidade de se manifestarem também.

Senador Jônice Tristão, V. Ex^a continua com a palavra. Não imagine que a Mesa, de maneira alguma, esteja querendo encurtar o seu tempo. Estou fazendo isso apenas para que todos saibamos qual é a programação do dia de hoje.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Sr. Presidente, agradeço a sua intervenção e devo dizer também da oportunidade que V. Ex^a me deu, pois não quero, de forma alguma, inovar, mas sim prestar, neste momento, um tributo em homenagem aos Senadores mais ilustres, com muito mais experiência parlamentar que a minha pessoa, concedendo-lhes mais tempo para que possam proferir a sua despedida desta Legislatura, que, infelizmente, terminará amanhã.

Portanto, agradeço a V. Ex^a. Temos dois apartantes que já se haviam manifestado: os Srs. Senadores Bernardo Cabral e Gilvam Borges e a Sr^a Senadora Luzia Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Jônice Tristão, V. Ex^a fique à vontade e ouça os apartes que desejar. V. Ex^a está na tribuna, e a sua palavra está assegurada.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Pediria aos nobres Senadores aqui presentes que o aparte e a homenagem que, tenho certeza, todos estariam dispostos a dar à minha pessoa fiquem na palavra dos três Senadores que já os solicitaram anteriormente. Agradeço a todos.

Concedo o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Jônice Tristão, dou-lhe as razões do meu aparte. A primeira delas será registrando uma coincidência: quando do Governo militar, em que a Oposição sofria pela volta ao estado de direito, José Ignacio Ferreira, hoje Governador e ontem Senador, era Deputado Estadual e eu, Deputado Federal. Fomos casados pelo regime militar e perdemos dez anos de

direitos políticos. Mais tarde, como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Seccional do Espírito Santo, José Ignacio Ferreira apoiou a minha candidatura para Presidente do Conselho Federal da OAB. Portanto, quando assumi esse cargo eu tinha, dentro da competência da presidência, o direito de nomear o Vice-Presidente da União Internacional dos Advogados, chamada *Union Internationale des Avocats* na França. Tive, então, a honra de nomear José Ignacio Ferreira para esse cargo. Passada a refrega, com a volta ao estado de direito, encontramos-nos aqui, no Senado, e S. Ex^a partiu para o Governo do Espírito Santo, fato que V. Ex^a assinou no início do seu discurso. Esse foi o primeiro motivo. O segundo é para confirmar o acerto da cessão da minha inscrição para V. Ex^a, que acaba de fazer um discurso denso, sério, apontando caminhos, indicando soluções, fazendo a mescla entre o político e o estadista – e eles se misturam, nem sempre precisam estar distante um do outro –, e para dizer que a passagem de V. Ex^a por esta Casa foi profícua. O Senador Geraldo Melo, que está presidindo esta sessão – apesar de, como dizia Rui Barbosa, espremido pelo tempo, que é de minutos, pois temos ainda uma Ordem do Dia –, concedeu-me o privilégio de fazer a conclusão deste pronunciamento. Esteja certo de que V. Ex^a sai daqui deixando uma legião de amigos e, dentre esses, inclua-me entre os mais humildes, esperando que um dia possamos nos reencontrar. Há sempre, no País, entre pessoas que se estimam, a festa do reencontro. Meus cumprimentos. Até breve.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Senador Bernardo Cabral, V. Ex^a muito me sensibiliza e me honra com suas palavras, uma vez que é um eminente Senador e, por algumas vezes, Ministro na nossa República. O seu testemunho é, para mim, uma honra, e tenho certeza de que ficará guardado eternamente no meu coração. Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral.

A Sr^a Luzia Toledo (PSDB – ES) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Luzia Toledo (PSDB – ES) – Senador Jônice Tristão, é com uma honra muito grande que me dirijo a V. Ex^a no momento de sua despedida desta Casa, em nome do Espírito Santo. Nós, que somos de lá e que estamos em uma luta permanente, sabemos que V. Ex^a tem uma marca que o difere dos demais. É um empresário bem-sucedido, mas

que traz traços do passado, do seu pai – instituidor da fundação que leva seu nome, José Tristão, em Afonso Cláudio –, e que continua a dar o outro lado da medalha, prestando serviços à sociedade carente. Esse é o resultado mais importante, pois precisamos do empresariado eficiente – e mais do que nunca neste momento –, mas que, além disso, tenha esse lado social, com resultados num lugar como Afonso Cláudio, em nosso Estado. Em sua passagem por esta Casa, V. Ex^a criou elos, como percebi nos poucos dias em que estou aqui. O Espírito Santo passa por um novo momento, tendo como Governador José Ignacio Ferreira, homem eminentemente desta Casa, e, no Ministério da Defesa, o nosso companheiro e amigo Elcio Alvares. Assim, o Estado traz ao cenário nacional o momento do Senador Jônice Tristão, que continuará conosco, com certeza. Espero que, no Espírito Santo, V. Ex^a, juntamente com os demais empresários, funde o Conselho do Empresariado, para ajudar nosso Estado. Espero que V. Ex^a, com a experiência que tem e leva desta Casa, fique à frente desse Conselho, que, tenho certeza, dará um apoio muito grande a um Estado que está precisando da união de todos. Quero parabenizá-lo e agradecer-lhe as palavras que tão gentilmente me dirigiu. Muito obrigada.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Muito obrigado, Senadora Luzia Toledo. V. Ex^a referiu-se a mim como um empresário bem-sucedido. Considero que o que fiz na minha vida foi importante; entretanto, devo dizer que, conhecendo a sua história de luta desde criança, V. Ex^a é quem merece, muito mais que eu, a frase que usou. V. Ex^a é uma mulher e uma política bem-sucedida. Meus parabéns.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Tristão, fico entristecido por não ter tido a oportunidade de gozar da intimidade e do convívio com V. Ex^a, o primeiro orador que aparteio em despedida desta Casa. O entusiasmo, a disposição e o dinamismo que caracterizam a sua personalidade de homem de vitórias no trabalho e de espírito público são manifestados pela experiência que tem trazido não só para o nosso País, mas, particularmente, para a sua comunidade, para o povo do Estado do Espírito Santo. V. Ex^a é autêntico, sincero, honesto, tem a disposição característica dos líderes. É um empreendedor despojado e trabalhador, que direciona o seu patriotismo e as suas idéias em favor do desenvolvimento

do nosso País; como Senador da República, V. Ex^a tem uma presença vibrante nas articulações. O homem público não é conhecido somente pelas palavras e pela excelente retórica, mas pelas ações, e V. Ex^a é um homem de ação, com exemplos na sua vida pública e nas suas atividades privadas. Nobre Senador Jônice Tristão, o Amapá, aqui representado, deseja a V. Ex^a muitas felicidades. Que V. Ex^a continue lutando sem jamais baixar a cabeça. V. Ex^a é um exemplo para o nosso País. Como tenho dito a alguns colegas nos corredores, entre as cadeiras ou no cafezinho, não existem derrotados; o que existe, na verdade, são lutadores. As vitórias não são eternas, e as derrotas não são para sempre. O que existe são homens que lutam, homens arrojados, homens que não se curvam e que persistem. E V. Ex^a é um exemplo de vitória. Fica aqui o depoimento de um colega um tanto anônimo, que não gozou da intimidade e de um convívio mais estreito, mais próximo com V. Ex^a, mas quero dizer-lhe que, não somente pela entonação de sua voz, nem pela beleza do seu pronunciamento, mas, principalmente, pela percepção que este aparteante tem da sua presença e de suas palavras, V. Ex^a está de parabéns. Desejo a V. Ex^a muitas felicidades, a seus familiares, a seus amigos e a seus admiradores. Aqueles que gozam de seu convívio são pessoas privilegiadas. Portanto, atendendo ao apelo do Presidente, que me olha com certa ansiedade para que eu encerre este aparte, concluo dizendo que V. Ex^a é uma pessoa querida, amada e estimada por todos nós. Muito obrigado. Que Deus o abençoe!

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Senador Gilvam Borges, suas palavras foram contundentes e marcantes. Embora eu não tenha tido o privilégio de sua companhia por mais tempo nesta Casa, acredito que muito do que disse V. Ex^a pode ter sido transmitido por um dos grandes amigos que tive nesta Casa, o Senador Jonas Pinheiro, representante do Amapá e seu amigo. Durante todo o período em que ele aqui esteve, convivemos com muita intimidade. O Senador deu-me lições sobre o funcionamento da Casa e, ao mesmo tempo, ensinamentos de pessoa humana. E referia-se sempre a V. Ex^a, que pretende ser candidato a Governador do Amapá e que portanto é um homem que conheço muito mais por intermédio de Jonas Pinheiro do que pessoalmente. V. Ex^a é o representante magno daquilo que V. Ex^a chama de luta de homem empreendedor, de homem sério, de homem que quer o bem do Estado e o bem da Nação. Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Srs. Senadores, encerrando minhas palavras, sinto-me enobrecido por estar deixando o Senado na companhia de tantos Senadores ilustres, entre os quais destaco o Senador João Rocha, amigo e companheiro de 1994, e um destaque especial ao Senador Josaphat Marinho, cujo discurso de despedida, que ouvi emocionado, foi uma peça de oratória resplandecente. O Congresso Nacional perde com sua saída um jurista emérito, um político sensato e coerente, que defende corajosamente seus pontos de vista há anos, sem tergiversar.

Finalizando, Sr. Presidente, agradeço, reconheço, a lhanza e cordialidade com que fui recebido no Senado Federal. Coloco-me à inteira disposição de todos os caros amigos, para aquilo que lhes possa ser útil no Estado do Espírito Santo. Por outro lado, pretendo e espero que todos os amigos que aqui tive a graça de conquistar permaneçam meus amigos, porque sempre os terei em meu coração. Espero retornar muitas vezes a esta Casa para acompanhar os trabalhos, não como Senador, mas como ex-Senador que teve a honra de aqui conviver. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Jônice Tristão, antes que V. Ex^a deixe a tribuna, desejo expressar minha solidariedade e a da Mesa às homenagens que lhe foram tributadas. Antes da chegada de V. Ex^a ao Senado Federal, o Senador Elcio Alvares antecipava-nos sua impressão e sua opinião carinhosa sobre V. Ex^a, mas sua postura de seriedade, de firmeza e lhanza no trato ultrapassaram as expectativas que o Senador havia criado em relação a V. Ex^a, que deixa amigos nesta Casa. Creio que falo em nome de todos quando lhe desejo um brilhante futuro e muitas felicidades.

O SR. JÔNICE TRISTÃO (PFL – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo.

Durante o discurso do Sr. Jônice Tristão, o Sr. Lúdio Coelho, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa renova à Casa a ponderação que fez há pouco, durante o discurso do Senador Jônice Tristão, cientificando os Srs. Senadores de que teremos Ordem do Dia, a iniciar-se às 11h30m. Solicita, portanto, dos Srs. Senadores a colaboração para que façamos a votação dessa matéria incluída na Ordem do Dia de hoje, que prevê inclusive votação nominal, razão pela qual, desde já, peço aos Srs. Senadores que se

encontrarem em outras dependências da Casa que compareçam ao Plenário, registrando sua presença e assegurando o **quorum** necessário.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, "mais vale a lágrima de não ter vencido do que a vergonha de não ter lutado."

Foram oito anos de trabalho, dedicação e entrega. No entanto, estaria hoje faltando com a verdade se não reconhecesse que foram, igualmente, oito anos de democrático e salutar convívio com todos os demais colegas desta honrosa Casa. Sem dúvida, o Senado significou para mim muito mais do que um ambiente de amistosas práticas legislativas em nome da diversidade regional dentro da unidade federativa. Significou, antes de tudo, insubstituível processo de aprendizado cívico, pelo qual o conceito de representação parlamentar deixa de ser compreendido como mero exercício de retórica política e adquire verdadeira dimensão de compromisso transformador, na forma de ações sociais concretas.

Mais ainda, graças à palavra, o legislador conversa, dialoga, persuade e convence seus pares e seus representados para a tomada de decisões fundamentais ao progresso e ao desenvolvimento nacionais. Se aprendi algo que julgo de absoluta importância nesta empreitada como Senador por Mato Grosso nesta Casa, aponto o redimensionamento da palavra, do verbo, da linguagem como instrumento de democratização do poder público. Quando empregada com propósitos de implementação do bem comum, a palavra, manifestada oralmente ou pela escrita, realiza trabalho de transformação, intervindo diretamente no fluxo desordenado, caótico e injusto das coisas no mundo.

Aprendi no Senado a detectar e reconhecer sentidos e funções politicamente mais dinâmicas da palavra. Como Senador, não me furtei a converter a palavra do poder a mim conferido em peça determinante no projeto inadiável de mudanças no País. Com essa determinação cravada na alma desde o princípio, tenho plena consciência de que, ao cabo do meu mandato, cumpri o papel a que fui honradamente destinado pela vontade e consentimento do bravo povo mato-grossense.

Digo isso porque os Anais desta Casa jamais poderão acusar minhas palavras da sofrível e indigna condição de indiferentes, nem tampouco poderão me acusar de silente. Ao contrário, pois se houver alguma marca indelével nesta minha passagem pelo

Senado da República, devo ressaltar que esta tem de ser necessariamente ligada ao meu empenho no trabalho parlamentar, na elaboração de projetos, discursos, pareceres e relatórios que apresentei desde meu ingresso, em janeiro de 1991. Estou convicto de que a cada trabalho executado dediquei o máximo de meu empenho. Para cada texto refletido, elaborado e redigido, expus-me exaustivamente, como se ali, sim, em cada exercício de composição das palavras, condensasse todo o compromisso democrático, embora idealista, da representação coletiva.

Tenho a meu favor a diversidade temática por intermédio da qual procurei imprimir um tom pluralista às minhas intervenções políticas. Desse modo, traduzi na prática parlamentar meu compromisso eleitoral de combater as injustiças e as mazelas sociais do País, fossem de que natureza fossem. Qualquer olhar retrospectivo registrará que não me furtei, absolutamente, a debater e discutir assuntos das mais variadas fontes; contudo, esse olhar apontará uma acentuação mais detida sobre as questões sociais que tanto afligem nosso povo.

Debrucei-me insistentemente sobre a necessidade de modificações progressistas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), duas tradicionais estruturas normativas que não estão livres da necessidade de aperfeiçoamento. Pelo contrário, sua atualização deve ser diuturnamente incentivada, na medida em que, desde o surgimento do fenômeno da globalização, o capitalismo tem promovido transformações radicais; tanto no âmbito da produção industrial propriamente dita, quanto na esfera da intrincada rede das relações de trabalho.

Confesso que, analisando retrospectivamente, os méritos popularmente mais visíveis foram com significância deslocados para outras áreas. Quando digo méritos, refiro-me, evidentemente, aos projetos de lei de fato aprovados pelo Senado após todo o exaustivo ciclo de tramitação na Casa. Das 15 proposições de minha autoria efetivamente aprovadas no curso dos oito últimos anos, faço questão de destacar três de incomensurável valor pessoal: em primeiro lugar, o Projeto de Lei nº 80/96, que regula o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, criando o Plano de Gerenciamento do Pantanal Mato-Grossense – área importante do meio ambiente brasileiro –; em seguida, o Projeto de Lei nº 87/96, que dispõe sobre a proteção pelo Estado de vítima ou testemunha de crime; e, por fim, o Projeto de Lei nº 82/95, que dispõe sobre a transferência de financiamento nas mesmas bases do contrato original no

âmbito do SFH. Este projeto tem por objetivo acabar com os inúmeros contratos de gaveta e restaurar a credibilidade do SFH. Estes, ressaltos, são projetos cuja densidade a História, indiscutivelmente, não demorará muito a comprovar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, paralelamente, coube a mim exercer, com rigor e determinação, proeminentes funções administrativas, tanto na Mesa Diretora quanto nas comissões técnicas, de cujas sagradas atribuições nunca me esquivei ao longo destes oito anos. Desde a presidência da Comissão de Infra-Estrutura, no biênio 91-92, passando, em seguida, pelo cargo de Primeiro-Secretário do Senado Federal, no biênio 93-94, sob a Presidência honrosa de Humberto Lucena; até alcançar a Segunda Vice-Presidência, em 95-96, sob a Presidência do inesquecível Senador José Sarney, e ocupar assento permanente nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, e como Vice-Líder do PFL, em 97-98, toda essa minha trajetória parlamentar reflete – pelo menos é assim que a compreendo – meu compromisso de atender a qualquer custo a agenda política e organizacional do Senado Federal. Como Primeiro-Secretário, administrei a construção da Ala Filinto Müller; a duplicação das instalações dos Gabinetes da Ala Teotônio Vilela; a construção do novo restaurante; e as instalações da Subsecretaria de Edições Técnicas. Também implantamos o projeto da TV Senado, da Rádio Senado, do Jornal do Senado e da Agência Senado de Notícias. Nesse contexto, sem que a recorrente investitura de distintas competências afetasse o equilibrado espírito de racionalidade e sensibilidade, tão caros ao bom desempenho nos processos de decisão no Senado, trago intimamente comigo a consciência do dever cumprido. Em outros termos, que meus opositores me acusem de tudo, menos de haver fugido das responsabilidades inerentes ao pleno funcionamento das estruturas operativas desta Casa.

Tampouco me furtei, ao longo destes oito anos, a subir à tribuna do Senado com o firme propósito de expressar meu pensamento, meu juízo, minha crítica e meu apoio a causas e eventos que considere, e ainda considero, de extrema validade política. Nunca deixei de empregar minha voz na leitura de pronunciamentos cujo conteúdo encerrasse minha mais contundente opinião sobre o andamento e o funcionamento do Governo e das instituições nacionais. Em 1994, nesta tribuna, discorri sobre temas em que se enfiaram as empolgantes discussões do Congresso Revisor. Cumpre recordar que data

daquela época meu apoio mais sincero aos primeiros movimentos políticos rumo à liberação da economia estatal das amarras monopolistas. Acima de tudo, datam daquela época os meus mais efusivos discursos em favor da permanência do regime bicameral e do insubstituível papel do Senado Federal dentro do sistema federativo acolhido.

Por outro lado, não posso deixar à margem de apropriada menção o papel diplomático a cujo desempenho no exterior fui reiteradas vezes convidado pelo Estado brasileiro e este Congresso Nacional, tenha sido como chefe de missão oficial, tenha sido como observador parlamentar nas delegações do Governo brasileiro. Tais missões no estrangeiro renderam-me a oportunidade de travar conhecimento da realidade de boa parte do mundo. Tive a honra de representar o Senado em missões especiais junto à Rússia, China, Itália, Espanha e Egito. Mas coube às missões junto às Nações Unidas o meu maior júbilo como representante desta Casa, por determinação da então Mesa Diretora e acolhimento do Governo do Presidente Itamar Franco. Para ser mais específico, trata-se dos dois convites que a mim chegaram – emocionando-me – para acompanhar a delegação do Brasil junto às Nações Unidas: na primeira ocasião, fui a Nova Iorque para prestigiar a presença do Brasil na quadragésima nona sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 94; na segunda, ensejou-me o destino a oportunidade singular de representar o Senado Federal na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, o Habitat II, em Istambul, na Turquia, em junho de 96.

Quero lembrar que a Cadeira nº 3 do Senado da República, em que representei com tanto orgulho o Estado de Mato Grosso, foi anteriormente ocupada por ilustres homens públicos do meu Estado.

O primeiro ocupante dela foi o inesquecível Senador Filinto Müller, figura proeminente do saudoso PSD – Partido em que tive a honra de iniciar a minha carreira política –, grande estadista, por duas vezes Presidente do Senado Federal. De 1946 até a sua morte, em 1973, ele ocupou essa cadeira.

Também a ocupara o Senador Sílvio Curvo, que exerceu o seu mandato substituindo Filinto Müller.

O Ex-Governador e Senador de Mato Grosso, Fernando Corrêa, foi eleito também para ocupar a Cadeira nº 3, em 1958. Sendo eleito Governador, deixou, como seu substituto, o Senador Lopes da Costa.

Em 1974, o povo mato-grossense enviou para o Senado o ilustre Senador Mendes Canale, que

marcou o seu mandato ocupando postos relevantes na administração desta Casa.

Com a divisão do Estado de Mato Grosso em duas Unidades Federativas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em 1977, coube ao eminente Senador Vicente Vuolo, eleito em 1978, registrar sua passagem nesta Casa destacando-se como profundo conhecedor da malha viária e ferroviária do País, sendo hoje pai da ferrovia que liga São Paulo a Mato Grosso do Sul.

Coube ao Senador Roberto Campos, eleito em 1982, substituir Vicente Vuolo, o "homem da ferrovia". O Senador Roberto Campos, que nesta Legislatura encerra o seu mandato como Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, realizou também grande trabalho neste Parlamento, depois de ocupar relevantes cargos no Executivo e na representação brasileira no exterior. O Senador Roberto Campos ocupou esta cadeira quando tive a honra de ser o Governador de Mato Grosso, na gestão de 1983 a 1987, e contribuiu significativamente para o êxito do meu Governo quando Mato Grosso transformou-se num imenso canteiro de obras públicas de infra-estrutura e principalmente de bem-estar social, consolidando-se assim um dos mais produtivos períodos da história administrativa do Estado.

Sr. Presidente, no momento em que me deslocava do meu Gabinete para este plenário, fiz uma breve reflexão sobre os oito anos transcorridos e vi como Deus foi generoso comigo. Lembrei-me de que não poderia ser de outra forma, porque, durante toda a minha vida, o meu trabalho foi sempre realizado com muita fé e devoção. Deus me deu força, espírito de luta e paz no desempenho da minha função pública, o que me faz sair desta Casa com o espírito renovado.

Antes da minha despedida, não poderia deixar de homenagear a unidade federativa que a mim delegou poderes de representação na eleição de 1990, quando obtive 66,7% dos votos do povo mato-grossense para representar o Estado.

Tive a honra também de receber homenagens da Associação Mato-Grossense de Municípios, com o título de "Benemérito do Municipalismo", como também comendas do Tribunal Regional do Trabalho, por intermédio da Ordem do Mérito da Justiça do Trabalho. Não posso deixar de destacar a concessão das medalhas "Alfere José Joaquim da Silva Xavier" e "Imperador D. Pedro II", que me foram outorgadas pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Eminente Senador Júlio Campos, V. Ex^a não passou apenas pelo Senado. V. Ex^a marcou sua passagem com uma intensa atuação. Quando eu chegava ao Senado pela segunda vez, V. Ex^a estava se retirando da Primeira-Secretaria, onde realizou um trabalho admirável, semelhante ao que realizou em seu Estado, como Governador, como Executivo. Cumpriu bem seu papel perante a Nação brasileira, o seu Estado e o Senado e, sem dúvida nenhuma, foi uma das mais expressivas vocações do nosso Partido. Que V. Ex^a continue na vida pública, ainda que sem mandato. O verdadeiro político não é apenas aquele que possui um mandato parlamentar, um mandato eletivo ou de outra natureza. Golbery do Couto e Silva – costume mencionar – foi um dos maiores políticos deste País e jamais teve qualquer mandato eletivo. Assim é V. Ex^a. Continue sendo um político como sempre foi e estará ajudando a Nação brasileira.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço com atenção o Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho (PFL – BA) – Nobre Senador Júlio Campos, V. Ex^a não foi apenas nosso companheiro no plenário. V. Ex^a está entre os que, participando da Mesa em diferentes momentos, nos prestaram relevantes serviços, ajudando-nos no bom desempenho do nosso mandato. Além disso, V. Ex^a caracterizou-se, no plenário, pela disposição com que sempre defendeu o seu Estado e, mais do que isto, com que enfrentou a divergência política. Muitas vezes – isto vale ser acentuado – V. Ex^a ficou quase só, por divergir, no plano local, de determinadas orientações, mas V. Ex^a o fez com a decisão de homem público, e isto é que vale. É com essa mesma disposição que V. Ex^a neste momento está na tribuna para continuar a sua caminhada. Eu lhe desejo muita felicidade.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado. Incorporo, com muita honra, o aparte do nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. João Rocha (PFL – TO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o Senador João Rocha.

O Sr. João Rocha (PFL – TO) – Senador amigo Júlio Campos, tive a felicidade de conhecê-lo há mais de 20 anos, acompanhando a sua trajetória, a sua luta política e empresarial, como um homem bem sucedido na área de comunicação no Centro-Oeste. Tenho certeza de que a despedida de V. Ex^a é temporária, porque está em seu sangue a necessidade de servir ao seu povo, ao País, não só ocupando cargos na Executiva do PFL, como também na atividade cotidiana em defesa dos interesses maiores de Mato Grosso e do País. Os Senadores sentem muito essa breve despedida de V. Ex^a. Já se relacionou aqui a grande quantidade de trabalho, de serviços profundos que V. Ex^a realizou nesta Casa, como Presidente de Comissão, como membro da Mesa e também como um grande Parlamentar, discutindo os temas mais importantes do nosso País. Como V. Ex^a, também estou saindo, e fomos leais ao nosso Partido – o PFL, que foi o meu primeiro Partido, e que continua sendo, pois identifiquei-me muito com ele. V. Ex^a tem demonstrado apego ao Partido, ao País e ao seu Estado de Mato Grosso. Lamento muito V. Ex^a não ter sido eleito, mas tenho certeza de que sua atuação, independente de cargo público, nos próximos três anos, será muito importante para Mato Grosso e para todo o Brasil. Temos certeza de sua capacidade de continuar fazendo o bem para nosso País e para seu Estado.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o aparte do nobre Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PSDB – AM) – Senador Júlio Campos, V. Ex^a provavelmente voltará na próxima eleição, mas pode ir tranquilo nesses quatro anos, porque exerceu muito bem seu mandato. Quando cheguei a esta Casa para tomar posse, sem conhecê-lo, fiquei muito bem impressionado com a lhanza do trato e com a presteza daquele Primeiro-Secretário que resolveu os problemas do Senador novato para se adaptar a Brasília. No decorrer destes quatro anos, testemunhei seu desempenho atuante, sempre assíduo na tribuna, trabalhando nos dois planos, no regional e no federal, mas sabendo dosar essa atuação. V. Ex^a trouxe para a tribuna problemas locais, inclusive suas divergências com o Governo estadual. Fê-lo de maneira contundente, mas não foi essa a tônica da sua atuação. V. Ex^a

nunca se furtou a debater também os grandes temas nacionais. Atuou com muita operosidade, colegas que fomos, na Comissão de Assuntos Econômicos. De forma que, repito, dou o meu modesto testemunho da sua atuação neste cenário. Até logo, se Deus quiser.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Se Deus quiser. Muito obrigado.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço a Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RO) – Nobre colega Senador Júlio Campos, as despedidas na tribuna do Senado têm nos deixado bastante consternados. Mas quero dizer-lhe que consideramos a sua despedida provisória, porque, com o passado político de V. Ex^a no cenário da República, os mato-grossenses, no decorrer desses quatro anos, farão uma avaliação muito mais justa, muito mais honesta do seu trabalho não só para o Estado de Mato Grosso, como também para o nosso País. Hoje, no penúltimo dia desta Legislatura, V. Ex^a está na tribuna se despedindo, mas acredito que muito ainda irá trabalhar no seu Estado como empresário, como homem público – sei que V. Ex^a continuará na vida pública – e como chefe de família exemplar, o que chama a atenção no seu Estado. Nesta Casa, V. Ex^a está deixando muitos amigos, e me orgulho de estar incluída entre eles, porque desde os idos de 1986, quando cheguei à Câmara dos Deputados, tive o privilégio de ser sua Colega. Acompanhei seus passos no seu trabalho e sempre o vi com essa alegria, tratando todos de igual para igual. V. Ex^a, mesmo pertencendo a um partido que hoje é considerado o maior partido político desta Nação, sempre manteve essa simplicidade e sempre procurou ajudar seus Colegas. Não só sua passagem no Senado deixou marcas no trabalho parlamentar, como também V. Ex^a se destacou como executivo. À frente da 1^a Secretaria, V. Ex^a desempenhou um trabalho relevante, honesto e reconhecido por todos. Quero deixar aqui o meu abraço, o nosso reconhecimento e uma amizade fraterna. Muito obrigada.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado, Senadora Marluce Pinto.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço-o com atenção.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Caro Senador Júlio Campos, nosso conhecimento é muito

antigo, mas, evidentemente, foi aqui no Senado da República que mais estreitamos os laços de amizade que nos unem. Foi no perflustar incansável de quatro anos aqui no Senado da República, lado a lado com V. Ex^a, que é meu vizinho de assento, que comungamos os mesmos ideais, os mesmos anseios, as mesmas lutas na defesa do Centro-Oeste, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul. V. Ex^a foi um baluarte incansável na defesa das suas idéias e de tudo aquilo em que acredita. Diria que, em seus pronunciamentos, sempre transpirou um amor telúrico por Cuiabá, por Mato Grosso e por todo o Centro-Oeste. Alguém lhe disse: "Até breve!". Digo-lhe o mesmo, augurando-lhe muitos votos de felicidade.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, nobre Senador Ramez Tebet.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço, com atenção, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Júlio Campos, há um ditado que diz que "os mestres vão à frente". Foi o que aconteceu aqui. Como eles se anteciparam no aparte, já não tenho nenhum receio de incorrer no risco de não ressaltar as qualidades de V. Ex^a. Mas sempre surge uma lacuna que acaba beneficiando os menos inteligentes como eu: esqueceram-se de falar de uma das qualidades mais destacadas de V. Ex^a – e dou o meu testemunho –, que é a sua vontade determinada na conquista, na obtenção daquilo que quer. Quando, anos atrás, V. Ex^a me apresentava um irmão seu, que era prefeito do interior, V. Ex^a me dizia: "Vou elegê-lo Governador do meu Estado". E o fez. Eu já sabia da determinação de V. Ex^a na política. Por isso, esteja certo de que todas as qualidades que os seus companheiros acabam de ressaltar são absolutamente justas. Sem querer ser repetitivo, quero destacar, Senador Júlio Campos, que V. Ex^a, à frente da 1ª Secretaria do Senado, foi, indubitavelmente, um guardião da solução dos problemas daqueles que aqui chegavam pela primeira vez. É pouco dizer um "até breve". Eu lhe digo: "Até daqui a pouco!"

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço, com atenção, o aparte de V. Ex^a.

A Sr^a Júnia Marise (Bloco/PDT – MG) – Meu querido Senador Júlio Campos, eu poderia hoje dizer que estamos tocados de emoção. Sei avaliar a

emoção que sente V. Ex^a neste momento, nessa tribuna, fazendo o seu discurso de despedida, devido à emoção por que fui tocada ontem e, principalmente, à generosidade dos apertes que recebi. Tudo isso no deixa inteiramente confortáveis em momentos como este em que fazemos a nossa despedida desta Casa. Eu gostaria de poder falar sobre a oportunidade ímpar que tive de conviver com V. Ex^a nesta Casa, principalmente no tempo em que V. Ex^a era o 1º Secretário da Mesa Diretora e em que eu, ao lado de V. Ex^a, era a 3ª Secretária, quando desempenhamos um papel importante, sob a Presidência do saudoso Senador Humberto Lucena. V. Ex^a foi um Secretário exemplar, dedicado e solidário à causa administrativa do Senado. Mais do que isso, V. Ex^a, à frente da 1ª Secretária do Senado, soube transferir para as suas ações a sua sensibilidade de homem público. Estamos recebendo aqui, nestas manifestações, toda a generosidade dos demais Colegas Senadores, mas uma certeza sempre permanece em nosso coração – certamente, V. Ex^a vai levar isso consigo: a certeza de que, às vezes, a vida nos impõe estas despedidas. No meu gabinete, logo que cheguei, ouvi um aparte do nobre Senador Gilvan Borges, que disse que estamos acostumados às vitórias e às derrotas, mas que é sempre importante levar conosco a consciência de que temos cumprido com o nosso dever. V. Ex^a, sendo fiel a seus compromissos com o povo de Mato Grosso, cumpriu com o seu dever, na defesa intransigente, dedicada e cotidiana da solução dos problemas que afligem seu Estado e seu povo. Esse é o coroamento do mandato que o povo lhe outorgou com a confiança de trazê-lo para esta Casa para representar, com dignidade e seriedade, toda aquela gente querida do nosso Mato Grosso do Sul. Também quero dizer que tenho a certeza de que V. Ex^a apenas dará um time em sua vida, porque V. Ex^a voltará para esta Casa ou para o Governo do Estado do Mato Grosso. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, nobre Senadora Júnia Marise.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço, com atenção, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Nobre Senador Júlio Campos, nem "até logo" ou "até breve" e, muito menos, "daqui a pouco". Quero dizer que tenho absoluta certeza de que nós, que tivemos o privilégio e o prazer de conviver com V. Ex^a, em nossas consciências, em nossas lembranças, em nossos encontros e reencontros, sempre sentiremos

a presença do nobre Senador Júlio Campos. Não tenho a menor dúvida disso. Como velho estradeiro, grande pregador de idéias, tribuno eloquente, decidido, prático, conciso, objetivo, o doutrinador Júlio Campos, pelo Mato Grosso afora, esteve a levar idéias e a implantá-las. Como Governador de Estado, no Poder Executivo, quantas obras Mato Grosso teve a oportunidade de presenciar pelo dinamismo de V. Ex^a! E, no Legislativo, são poucos os políticos da esfera federal que não conhecem o Senador Júlio Campos. Portanto, Senador Júlio Campos, desejo a V. Ex^a toda felicidade do mundo. A moeda sempre tem as duas faces. V. Ex^a pode até imaginar que houve um castigo, uma censura ou uma repreensão daqueles com quem nós convivemos e por cujos corações disputamos por meio dos votos, mas tenha certeza, nobre Senador Júlio Campos, de que há outro lado. Penso que V. Ex^a precisa de um tempo para organizar sua vida, para amar ainda mais do que ama, para reorganizar seus negócios. Esteja certo de que Deus sempre escreve por linhas tortas. Aqui, V. Ex^a deixa não um exército ou um amplo contingente de amigos, porque nem sempre a quantidade é que define. Quando V. Ex^a se referia às comendas com as quais foi agraciado, pela longa folha de serviços prestados a este País e a seu Estado, eu ficava a refletir que nada importa. O que importa, nobre Senador Júlio Campos, é o patrimônio que V. Ex^a tem, o arcabouço de experiências na sua trajetória de lutas; mais vale o caráter que aí está, que forma essa consciência de pensamentos e que estampa essa figura do Senador Júlio Campos. Não vou estender-me, porque a "rasgação de seda", muitas vezes, é natural no Parlamento, mas quero deixar registrada a admiração e o carinho que temos por V. Ex^a. O Senador Júlio Campos – para os amigos mais íntimos, aqui, o nosso querido Julinho –, alegre, feliz, idealista. Júlio, você deixou um amigo; o importante é que lhe quero bem. Para mim, não interessa se retribui com a mesma intensidade; o interessante é que lhe quero bem, e deixo isso registrado. V. Ex^a, quando retornar às velhas estradas, para sua casa, para suas atividades, leve estas palavras do Estado do Amapá e do seu amigo Gilvam Borges. Deus o proteja!

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço, com atenção, o aparte de V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminentemente Senador Júlio Campos, V. Ex^a sempre foi um colega, um correligionário, um amigo sincero e leal que nos proporcionou uma convivência muito agradável nesta Casa. Foi, portanto, uma satisfação muito grande ter convivido com V. Ex^a durante todos esses anos. V. Ex^a foi um fator fundamental na implementação da modernidade no Senado Federal; foi extraordinário no cumprimento das diversas atribuições que lhe foram conferidas; foi um excelente representante do Estado de Mato Grosso, como aquelas grandes figuras mato-grossenses que V. Ex^a citou no seu brilhante discurso. Sua despedida deixa uma lacuna muito grande nesta Casa. Tenho certeza de que V. Ex^a continuará a trilhar os mesmos caminhos de trabalho e de luta pelo seu Estado e pela redução das desigualdades sociais deste nosso querido Brasil. Aceite o abraço fraterno e amigo do grande admirador que serei sempre. Seja muito feliz, eminente Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Concedo o aparte ao Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Júlio Campos, V. Ex^a começou seu pronunciamento com esta frase: "Mais vale a lágrima de não ter vencido do que a vergonha de não ter lutado." Guardei-a. Trata-se de um bom exemplo. De fato, é melhor ter uma lágrima por ter perdido uma eleição do que a vergonha de não ter lutado. É como outra expressão usada: "Nunca se cai deitado, mas de pé". De pé não só para o Mato Grosso, mas para o Brasil. Nós, de Santa Catarina, conhecemos cada vez mais o valor, o heroísmo e as lutas de V. Ex^a por Mato Grosso e pelo Brasil, em virtude do testemunho de inúmeros catarinenses que lá residem, bem como das amizades e da família que temos naquele Estado. Há muitos anos, já se conhecem as lutas que V. Ex^a desencadeia em Mato Grosso e no Brasil. Nós, os catarinenses, já consagramos o Senador Josaphat Marinho e a Senadora Júnia Marise, e V. Ex^a representa para nós uma unanimidade. Represento os Senadores Geraldo Althoff, Sandra Guidi. Nós três, de partidos diferentes, mas de Santa Catarina, homenageamos V. Ex^a, Senador Júlio Campos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Obrigada, nobre Senador Casildo Maldaner.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o nobre Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende (PMDB–GO) – Muito obrigado, Senador Júlio Campos. Não me sentiria tranquilo, se V. Ex^a encerrasse seu pronunciamento, quando se despede desta Casa, após oito anos de mandato, de tanto serviço prestado ao nosso País, sem manifestar, em meu nome e no dos Senadores José Saad e Mauro Miranda, nosso reconhecimento pelo benefício que V. Ex^a, ao longo da sua vida pública, tem proporcionado a seu Estado, ao Centro-Oeste brasileiro, ao nosso País. Aqueles que sabem do nosso relacionamento poderiam entender que as minhas palavras são ditadas pelo coração, uma vez que tenho o privilégio de conviver com V. Ex^a desde quando estudante universitário em Goiânia. Tive o privilégio, em 1965, de vê-lo no meu comitê, de receber o seu voto para Prefeito da capital do meu Estado. V. Ex^a, Governador de Mato Grosso, e eu, Governador de Goiás, juntos construímos pontes, reduzindo as distâncias entre nós e as dificuldades de encontro do nosso povo, promovendo um desenvolvimento integrado das nossas regiões. Devo registrar, em nome de Goiás, o nosso reconhecimento pelo profícuo trabalho que V. Ex^a realizou aqui no Senado e em seu Estado. Posso dar o meu testemunho: V. Ex^a foi um dos Governadores do Mato Grosso que realmente deixou marcado a sua passagem no Governo, construindo, rasgando estradas, desbravando e fazendo do seu Estado um dos mais prósperos do nosso País. De forma que receba as nossas homenagens e que V. Ex^a receba sempre, como tem recebido, do Criador, as bênçãos, a saúde, a disposição e o ideal para continuar trabalhando pelo Estado do Mato Grosso, pelo Centro-Oeste e pelo Brasil.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, nobre Senador.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o Senador Hugo Napoleão, Líder do nosso Partido.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Meu caro Colega e muito estimado amigo, Senador Júlio Campos, em primeiro lugar, agradeço a gentileza e a deferência de haver-me permitido oferecer este aparte, já ao final do seu pronunciamento. Em segundo lugar, gostaria de salientar que fomos colegas pelo menos em quatro oportunidades: a primeira na Câmara dos Deputados; a segunda, como Governadores de Estado – do seu Estado de Mato Grosso e do meu querido Estado do Piauí –; a terceira, aqui no

Senado; e a quarta, de infortúnio, uma vez que tanto V. Ex^a quanto eu não logramos êxito na luta pela conquista de uma nova eleição para o Governo de nossos Estados. Terão os povos de ambos os Estados errado? Não. A opinião pública sabe o que foi. A Justiça humana e a divina hão de dizer melhor no futuro. Mas, que quero salientar – e falo, já agora, em nome de todos os Senadores do Partido da Frente Liberal, como me sugeriu o nosso Colega Leonel Paiva, do Distrito Federal, embora V. Ex^a já tenha sido apartado por alguns Parlamentares –, acima de tudo e principalmente, duas características básicas que nortearam-lhe o caminho: a lealdade e a lhaneza. A lealdade para com o País, o seu Estado, esta Casa e o Partido, o PFL, do qual, em nenhum momento, V. Ex^a se afastou ao tomar as decisões, às vezes as mais difíceis, às vezes até contra seus interesses pessoais. Ainda assim, V. Ex^a as tomou de maneira firme, serena e tranqüila. Esse é o registro que o Líder faz questão de agora oferecer-lhe. A lhaneza alvissareira, que demonstrou tantas vezes presidindo as sessões do Senado Federal de uma maneira garbosa, de modo a enaltecer as qualidades de cada um de seus colegas ao conceder-lhes a palavra, sempre pinçando os momentos de alegria, serenidade ou até de severidade; em qualquer circunstância, V. Ex^a demonstrou lhaneza. Portanto, gostaria de levar-lhe também o abraço da representação do Piauí, do Senador Freitas Neto, do Senador Lucídio Portella e meu, para dizer: prossiga na luta em favor de seu Mato Grosso e nós haveremos de nos encontrar muitas e muitas vezes. Boa sorte!

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão.

Por último, ao término de meu mandato de Senador, tenho a felicidade de ver, finalmente, sancionada pelo Presidente Fernando Henrique a lei – cujo projeto foi de minha autoria – sobre a nova denominação do Aeroporto Galvão do Rio. Com muita satisfação, desde o último dia 5, o Aeroporto Internacional do Rio passou a ser também denominado Aeroporto Internacional Tom Jobim, numa justíssima homenagem ao célebre personagem de nossa História a quem a cultura brasileira e o Brasil tanto devem.

Por fim, aproveito a oportunidade para reiterar meus agradecimentos a todos que cooperaram nessa minha empreitada pelo Senado, desde os funcionários mais humildes do meu gabinete aos funcionários que trabalharam comigo na 1ª Secretaria, na Vice-Presidência do Senado, no Senado Federal, a todos os membros da Mesa Diretora e a Presidência desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães,

que sempre nos prestigiou, as lideranças político-partidárias. Quero registrar o meu agradecimento à imprensa, particularmente a do meu querido Estado do Mato Grosso: desde o pequeno jornal, da pequena rádio do interior, à grande imprensa de nossa Capital, Cuiabá, e também à imprensa nacional, que tem divulgado o meu trabalho parlamentar à toda sociedade mato-grossense. Gostaria de, especialmente, expressar meu muito obrigado à minha família, aqui representada pelos meus filhos na tribuna de honra, à minha mulher, aos meus familiares, aos meus amigos para quem a angustiante renúncia privada nunca transcendeu a responsável consciência de meu compromisso inegociável com a Nação.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Conceda-me V. Exª um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Senador Júlio Campos, desejo registrar, em meu nome e em nome da Liderança do PMDB, ao companheiro que se despede do Senado, nossos agradecimentos pela forma sempre lhana, sempre atenciosa, pela relação fraterna com que nos brindou ao longo desses quatro anos, e, da minha parte, o privilégio que tive também de ter V. Exª como companheiro na Câmara dos Deputados, como Governador do Estado, oriundos da eleição de 1982. E V. Exª sempre foi essa figura dinâmica, essa figura atenta não só a Mato Grosso, mas atenta à política nacional. Em que pese ao longo do tempo termos trilhado caminhos em partidos diferentes, conseguimos manter este relacionamento que, seguramente, tem contribuído muito, ao longo do tempo, para o exercício do meu mandato e para as minhas atividades partidárias no PMDB. V. Exª apenas encerra um período da sua carreira de homem público, e seguramente com um saldo positivo. V. Exª não teve sucesso na última eleição, assim como eu no meu Estado. E V. Exª, com muita clareza, disse dessa mesma tribuna o que iria ocorrer com o processo da reeleição, particularmente nos Estados onde a influência do Poder Público se faz de forma mais acentuada. Quero, portanto, neste momento, Companheiro Júlio Campos, prestar um testemunho para os Anais do Senado, do Senador dinâmico e atento aos interesses do Brasil, mais particularmente aos interesses de Mato Grosso. Tem sido um privilégio a companhia de V. Exª.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço o Senador Lúcio Alcântara.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – Senador Júlio Campos, fui colega de V. Exª na Câmara dos Deputados. Desde esse período, travamos uma amizade que tem raízes que antecedem a nossa presença na vida pública. V. Exª, como eu, somos originários daquela sigla que não nos esquecemos: o velho Partido Social Democrático – o PSD. Ao chegar neste Senado, encontrei V. Exª no exercício do mandato e me chamou a atenção a diversidade de assuntos que o interessavam – na área da cultura, por exemplo, com a mudança de denominação do Aeroporto do Galeão pelo nome do nosso inesquecível Tom Jobim – e a cordialidade com que V. Exª trata os colegas, a maneira como enfrenta as divergências com serenidade, não sem energia, e o discurso, do ponto de vista político, sobre a reeleição. Todos nós, em um determinado momento, dia e sessão, nos apaixonamos por um tema e transmitimos com mais facilidade e mais candência o nosso pensamento. V. Exª, dessa mesma tribuna, fez um discurso duro, no qual mostrava quais eram os riscos da reeleição e quais os benefícios que daí poderiam advir em termo de continuidade administrativa, em termo de aperfeiçoamento do processo democrático. V. Exª o fez, extravasando o que ia em sua alma. Candidatou-se e, lamentavelmente, não obteve êxito. Mas espero que V. Exª continue como um líder político de importância no seu Estado. Creio que terá outras oportunidades na vida pública, mercê do seu talento, da sua capacidade de trabalho e pelo seu gosto pela vida pública.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Muito obrigado a V. Exª.

O Sr. Guilherme Palmeira (PFL – AL) – Senador Júlio Campos, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Ouço V. Exª com o maior prazer, Senador Guilherme Palmeira.

O Sr. Guilherme Palmeira (PFL – AL) – Os anos de convivência com o caro Colega e meu prezado amigo ensinaram-me que a vida pública, ao lado de naturais dissabores, nos proporciona momentos de enorme satisfação. V. Exª, em todos os mandatos que exerceu, a começar pelo de Governador do Estado de Mato Grosso até o de seu representante no Congresso Nacional, não conquistou só a admiração e o respeito de seus companheiros e

de seus correligionários. V. Ex^a granjeou, sobretudo, o reconhecimento de quantos tiveram a ventura de acompanhar uma vida pública repleta de conquistas e vitórias que são um patrimônio inestimável para qualquer homem público. Tenho a convicção de que V. Ex^a termina o seu mandato com o sentimento do dever cumprido e com a segurança de que continuará dedicando suas energias à causa que abraçou, como político, como homem de partido, e como estadista a que nunca faltaram as qualidades de dinamismo, operosidade e constante preocupação com o engrandecimento do Estado de que V. Ex^a, melhor do que ninguém, foi um devotado servidor.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL – MT) – Agradeço a generosidade das palavras de V. Ex^a, que tributo a uma admiração que seguramente é recíproca, nobre Senador Guilherme Palmeira.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo a Deus que ilumine o nosso Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que conduza o Brasil de tal forma que venha a se tomar uma grande nação no século XXI. Agradeço a todos os Srs. Senadores por essa belíssima convivência. Um até breve e que Deus abençoe o Brasil e o povo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A Mesa se associa às manifestações do Plenário em homenagem ao Senador Júlio Campos, que sempre cumpriu os seus deveres com o Senado e, sobretudo, com o seu Estado de Mato Grosso, defendendo sua terra com o entusiasmo que lhe é peculiar e todas as boas causas do seu Mato Grosso. Posso testemunhar a força da sua liderança, razão por que ele, no Senado, tinha Mato Grosso como o motivo principal das suas atividades nesta Casa da Federação.

Portanto, quero congratular-me com S. Ex^a, sabendo que os verdadeiros líderes sempre voltam às atividades que deixam.

Durante o discurso do Sr. Júlio Campos, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Solicito aos Srs. Senadores que estão em outras dependências que venham ao plenário, pois teremos votação nominal e, a esta hora, já não pode haver reunião de comissão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 30, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768/99, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1999. –
Hugo Napoleão – Odacir Soares – Sérgio Machado – Jader Barbalho.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido será votado após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esgotado o período destinado ao Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PARECER Nº 49, DE 1999

Escolha de Autoridade

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 281 do Regimento Interno – Requerimento nº 26, de 1999)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 49, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador José Fogaça, sobre a Mensagem nº 54, de 1999 (nº 108/99, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do senhor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Quero salientar que o Senador José Eduardo Dutra e outros Srs. Senadores disseram que gostariam de discutir este assunto. Daí por que solicito a presença de S. Ex^{as}, para não parecer que queremos votar sem as importantes opiniões de S. Ex^{as}.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador. – Sr. Presidente, será que com essa benevolência de V. Ex^a não se poderia alterar e passarmos ao item 2 da pauta, que trata de um assunto da máxima importância?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Senador Bernardo Cabral, acho que não é mais importante do que a indicação do nome do Presidente do Banco Central na hora em que o Brasil vive.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Não. Mas é mais importante do que a chegada dos Líderes que vão discutir a matéria. Enquanto S. Ex^{as} não chegam...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Evidentemente que não vou ficar a vida toda esperando.

Não pode haver reunião da Comissão de Assuntos Econômicos após o início da Ordem do Dia, e ela já foi avisada disso.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dados alguns compromissos que tenho, pergunto a V. Ex^a se não posso deixar consignado o meu voto, independentemente de qualquer discussão, uma vez que tenho plena convicção do que vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Infelizmente não pode, porque ainda está em discussão.

Pediria a V. Ex^a que aguardasse um pouco.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a quer usar da palavra?

V. Ex^a fala pelo Bloco? (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, de acordo com o art. 383, alínea "g", combinado com o art. 291 do Regimento Interno.

Os Srs. Senadores podem encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Concedo a palavra a V. Ex^a para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que, a esta altura, a Comissão de Assuntos Econômicos estando funcionando, alguns

dos Senadores se encontram lá, votando alguns projetos, inclusive do interesse do Rio de Janeiro.

Como o Regimento do Senado não permite que funcionem as comissões e o plenário ao mesmo tempo, seria de bom alvitre que V. Ex^a suspendesse por algum tempo esta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Senador Antonio Carlos Valadares, o seu pedido não poderá ser atendido. A Comissão é que já deveria ter encerrado os seus trabalhos.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – É o contrário, não é, Presidente? Digo isso porque alguns dos Senadores que lá se encontra gostariam de discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares)
– Os Srs. Senadores que se encontram na Comissão já foram avisados e estão dando preferência ao outro assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Gostaria apenas, uma vez que se trata da nomeação do Presidente do Banco Central, por designação do Presidente da República e com a devida aprovação pelo Senado Federal, de enfatizar, representando o Bloco das Oposições, que o Presidente do Banco Central anterior, Sr. Gustavo Franco, dizia, de forma firme e peremptória, que a banda cambial não seria mudada, e, se assim o fosse, os limites seriam muito próximos uns dos outros, tanto a base como o teto.

Porém, mesmo o Governo tendo prometido como o fez, lamentavelmente, a banda cambial se esvaiu através da realidade da lógica do mercado, que prevaleceu sobre a vontade da equipe econômica do Governo. Este perdeu praticamente o controle da situação, haja vista que este Congresso Nacional, sob o signo da proteção ao real, aprovou muitas medidas, prejudicando as classes menos favorecidas, como foi o caso da contribuição para os inativos, pensionistas e para os servidores públicos de um modo geral, aumentando o valor da alíquota da contribuição previdenciária.

Acredito, Sr. Presidente, que o Senado Federal, regimentalmente, cumpriu o seu dever, reuniu-se conforme manda a nossa Lei Maior, decidindo as questões propostas pelo Executivo. Entretanto, o Senado Federal poderia ter um rendimento muito melhor para a Nação, se o Governo se debruçasse sobre a realidade do Brasil e, em vez de apresentar, como o fez, medidas paliativas que não vão resolver em absoluto a fuga dos dólares do nosso País, po-

deria ter proposto, nesta convocação extraordinária, ao menos o início da discussão sobre a reforma tributária, a fim de acabar com os privilégios e a sonegação.

A própria Secretaria da Receita Federal, em jornais, divulgou que há uma enorme sonegação em nosso País. Mais de R\$850 bilhões desaparecem no subterrâneo da sonegação, e tamanha quantidade de dinheiro não alcança, de forma alguma, a atuação do fisco. Além disso, como denunciou a Secretaria da Receita Federal, empresas poderosas passam o ano todo ganhando dinheiro e, ao final do exercício, não pagam nada de imposto de renda. Mais de 500 empresas têm um lucro de aproximadamente R\$100 bilhões; entretanto, não colaboram, não participam, sonegam, e não há uma reforma tributária capaz de coibir abusos e privilégios.

Por outro lado, conforme informação do Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria da Receita Federal, dos 66 maiores bancos que existem neste País, pelo menos 26 não pagam imposto de renda algum.

Enquanto isso, Sr. Presidente, os menos afortunados, os mais pobres são convocados de forma peremptória.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães. Fazendo soar a campainha.) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou encerrando, Sr. Presidente.

Os mais pobres são convocados, de forma peremptória, a pagarem uma contribuição, tais como os servidores públicos e as pequenas e médias empresas, que serão sacrificadas com a cobrança, acrescida de 90% de aumento, da CPMF, restaurada em sua nova edição num momento tão difícil de desemprego e falência das nossas empresas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de dois minutos acima do meu tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra para encaminhar a votação por cinco minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao encaminhar esta votação, primeiro quero registrar que o Bloco está liberado para votar de acordo com suas convicções.

Particularmente, vou votar contra. Em primeiro lugar, porque sabemos que, quanto à aprovação, ou não-aprovação, de Presidentes do Banco Central nesta Casa, o voto dos Senadores representa muito mais uma posição de cada bancada ou de cada partido em relação à política econômica que o Governo vem encaminhando. Então, naturalmente, os Senadores da base governista votam a favor, e os da Oposição votam contra.

Como disse na Comissão, tenho pelo menos dois motivos para ter certa simpatia pelo Dr. Francisco Lopes. Em primeiro lugar, pelo seu currículo. Ao contrário de vários outros Presidentes do Banco Central, S. Ex^a nunca esteve do outro lado do balcão. Não teve, ao longo de sua trajetória, uma relação incestuosa com a banca privada, o que é um aspecto bastante positivo. Entretanto, como disse também na Comissão, até aí morreu Neves, porque o Dr. Gustavo Franco e o Dr. Pedro Malan têm currículos semelhantes.

O segundo aspecto é que, pela primeira vez, ouvi da boca de alguém da equipe econômica a palavra "erramos". Isso deveria ser até óbvio, mas, a partir de experiência de quatro anos de postura quase onipotente por parte da equipe econômica, ouvir essa palavra de alguém que se dispõe a assumir o Banco Central acaba por transformar-se em uma qualidade.

O problema é que, principalmente em um país complexo como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, erros por parte daqueles que conduzem uma equipe econômica não podem simplesmente representar uma mancha no currículo, pois têm efeitos concretos e perversos sobre o conjunto da população, como aconteceu nesses quatro anos de Governo de Fernando Henrique Cardoso.

O Dr. Francisco Lopes afirmou na Comissão que, realmente, a condução do câmbio foi equivocada. Disse, inclusive, que reconhecer o erro **a posteriori** é até fácil. S. Ex^a, assim como o Senado, sabe que diversas vezes já alertavam o Governo sobre esse equívoco da política cambial brasileira muito antes de a coisa dar em água. Portanto, tais vozes não se manifestaram após a evidência do erro, mas antes mesmo de sua ocorrência.

Agora, estamos ouvindo vozes, nesta Casa inclusive, criticando a submissão do Governo Federal e a aplicação pela equipe econômica do receituário do Fundo Monetário Internacional. Este tem sido desmoralizado em todos os países onde foi aplicado na história recente. Há o exemplo da Tailândia e da

Rússia, que, antes de entrarem em moratória, estavam aplicando uma política econômica de acordo com o receituário do Fundo Monetário Internacional. Apesar de todos esses erros, embora o Dr. Francisco Lopes tenha se esquivado de responder a todas as perguntas que fiz especificamente em relação ao FMI, deu a impressão de que o Brasil, por intermédio de sua equipe econômica, continuará mantendo essa mesma linha ortodoxa.

Espero que depois, se por acaso o erro tornar-se ainda mais grave, não venham dizer novamente que é fácil reconhecer o erro depois que aconteceu. Queremos deixar esse alerta, da mesma forma que o fizemos há dois ou três anos: de que a condução da política cambial estava errada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como a votação da indicação do Dr. Francisco Lopes significa muito mais do que uma simples avaliação do seu currículo ou da sua capacidade técnica, representando um aval ou um não-aval à política econômica do Governo, nesse sentido, votarei contra a sua indicação. Reafirmo que o Bloco está liberado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão para encaminhar a votação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apenas poucas palavras para dizer que este é um momento em que todos devemos ter a consciência do voto que estamos oferecendo ao economista Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, consciência do momento que vivemos no Brasil, consciência de que é hora, sim, de somarmos nossos esforços para oferecer ao futuro presidente do Banco Central uma palavra de estímulo, uma palavra de apreço e de apoio. Ele, que tem toda uma vida pública dedicada ao nosso País, oferece o melhor de sua inteligência para solucionar a difícil e intrincada situação da economia brasileira. Em várias oportunidades, S. S^a realmente trabalhou com o melhor de sua consciência em favor do Brasil. Sobretudo neste momento, precisamos que S. S^a tome posse para nortear, ao lado do Ministro Pedro Malan, os rumos da nossa economia, a fim de retomarmos, o mais rapidamente possível, o princípio da produção, seja da produção industrial, seja da produção agrícola, mediante inflação contida, juros adequados, oferta de emprego e crescimento econômico. É isso que desejamos, é isso que a Liderança do Partido da Frente Liberal nesta Casa deseja, nesta

hora, para que o Presidente Fernando Henrique Cardoso tenha os meios necessários à retomada do ritmo do Plano Real em favor do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Para encaminhar a votação, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso votar em um presidente do Banco Central do Brasil que sei que, dentro de pouco tempo, estará fora da presidência do mesmo. Entendo, Sr. Presidente, que não só o Sr. Francisco Lopes, mas também o Ministro Pedro Malan não durarão mais que três ou quatro meses à frente da equipe econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos, também votei contra a sua indicação. Ele fez uma afirmação que, evidentemente, só se espera seja feita por um economista que não vive a realidade do nosso País: ele disse que a inflação ficaria em torno de 4% em função de que o produto importado pelo Brasil representa isso diante do nosso PIB. O Sr. Francisco Lopes esqueceu uma coisa elementar: esqueceu que grande parte da produção brasileira voltada à exportação tem o seu preço determinado pelo mercado internacional e, portanto, pelo dólar. Vejam como exemplo a soja: o produtor nacional de soja que, hoje, vende mais para o mercado interno do que para o mercado externo, evidentemente deixará de vender no mercado interno e passará a exportar todo o produto porque o seu ganho, evidentemente, será muito maior. Portanto, vai faltar a soja, que já tem o seu preço dolarizado no mercado interno. Grande parte do que se produz neste nosso País – estou citando a soja apenas como um exemplo – passa a ter um aumento natural em função do preço ditado pelo mercado internacional.

Entendo, Sr. Presidente, que o Governo tomou a pior das soluções. Um governo que, ao longo desses cinco anos, já tem demonstrado a sua falta de competência na área econômica, destrói agora a única coisa realmente positiva que conseguiu construir ao longo de quatro anos: a valorização da moeda, a valorização do real. Destruiu-se isso. É ilusão imaginar que a inflação será contida. É ilusão imaginar que o dólar parará de crescer em relação ao real, é uma grande ilusão.

Esse Governo ampliou de forma inimaginável a dívida brasileira. Para que se tenha uma idéia da situação que estamos vivendo hoje, o Orçamento de

1999 prevê o pagamento de R\$50 bilhões de juros. Quando o Presidente Fernando Henrique assumiu o Governo, a dívida interna pública brasileira era de R\$60 bilhões; hoje, os juros que vamos pagar dessa dívida é praticamente igual ao valor da dívida que o Sr. Fernando Henrique Cardoso tinha quando assumiu o Governo do nosso País. E, apesar disso, Sua Excelência vendeu praticamente todo o patrimônio público brasileiro. O próximo passo, se a sociedade não reagir, será vender a Petrobrás, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e será perder o comando de todo o segmento estratégico do desenvolvimento do nosso País e nos entregarmos totalmente ao comando do Fundo Monetário Internacional, aos interesses dos Estados Unidos.

Não posso, portanto, votar em um candidato a presidente do Banco Central que participou da equipe que cometeu o maior de todos os erros, que foi levar o câmbio à livre flutuação. Se o **currency board** não era a solução ideal, outra precisava ser discutida, mas não a que foi tomada, sem dúvida alguma a pior delas. Essa é uma solução idêntica ao período entre 1982 e 1990, quando os superávits comerciais brasileiros chegavam a US\$18 bilhões ao ano em uma média quase constante e, no entanto, caminhávamos para a hiperinflação. Esse será o caminho do Brasil se se continuar com a solução que se está adotando no País neste momento.

É impossível pagar a dívida interna constituída. Ela aumenta com o crescimento dos juros, porque vai se tentar conter a inflação com o monetarismo, com o controle da moeda, com o aumento dos juros. Isso não funcionou no passado e não vai funcionar agora. A solução apresentada hoje, Senador Iris Rezende, é a mais velha que o Brasil já experimentou. Estamos voltando ao passado, ao início da década de 80. Essa é a solução que está sendo dada à nossa economia, e a equipe econômica não durará mais que quatro meses no Governo, porque a inflação vai disparar, e atingiremos dois dígitos antes do dia 31 de março. Quem não enxerga isso é que não percebe o que não vai acontecer.

Essa equipe está desacreditada e não tem como continuar à frente do Governo. Para solucionar o nosso problema, fechando minha intervenção, quero dizer que somente uma solução consensual entre Governos de Estados, Lideranças do Congresso Nacional é que farão o Brasil tomar o caminho certo do crescimento econômico e da melhoria da qualidade de vida de sua população. A questão da moratória não pode, em nenhum momento, ser descartada ou ser considerada nefasta como chamou aquele que agora

pretende ser o presidente do Banco Central do Brasil.

Meu voto, Sr. Presidente, pelas razões que expus, é contrário a sua presença no Banco Central do Brasil.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)

– Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Primeiramente, concederei a palavra ao Senador Pedro Simon, que está inscrito.

Faço, todavia, um apelo aos Srs. Senadores para que se limitem ao tempo regimental, levando em conta que os Srs. Senadores querem votar, mas têm que viajar.

Com a palavra o Sr. Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a gentileza de encaminhar algumas perguntas que fiz, por escrito, ao candidato a Presidente do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos. Infelizmente, pela falta de tempo, ele não pôde respondê-las, mas se comprometeu a fazê-lo por escrito. Eu disse a S. Ex^a que traria as perguntas e leria as respostas ao Plenário quando S. Ex^a as enviar a esta Casa.

Meu querido amigo Ademir Andrade, vou votar a favor, porque, com toda sinceridade, não vejo outra alternativa. Desculpem-me meus amigos da Oposição, mas não vejo outra forma que não votar a favor. Não vejo outra forma de não votar a favor! Votando a favor não estou dizendo que estou a favor desse cidadão, nem que ele está certo e nem que esse é o caminho. Acontece que hoje, neste momento, nesta quinta-feira, se rejeitarmos o seu nome, haverá uma explosão – não explodirá em março, explodirá hoje. Voto a favor, porque não temos nenhuma opção, nenhuma proposta, nenhuma idéia para apresentar como alternativa. Se tivéssemos planejado um esquema que nos permitisse rejeitar o seu nome e, em seguida, oferecer outro, votaria de maneira diferente. Mas quem pode garantir que, se rejeitarmos o nome do Sr. Francisco Lopes, o dólar não explodirá? Não dá para rejeitar esse nome. E não temos culpa de não termos propostas.

Pelo contrário, Sr. Presidente, V. Ex^a tem salientado – e é muito importante esse fato – que nunca na História do Brasil, nem no Regime Militar, nem na época do AI-5, nem na época dos generais de quatro estrelas, este Congresso deu tanto, deu tudo – sem nada mudar ao que era pedido – ao Presidente da República. Nunca se deu tanto e de maneira

tão rápida, tão ágil. Disse à sua Bancada o Líder do PFL na Câmara – não sei se foi muito feliz ao dizê-lo: "fechem os olhos e votem sem ler". A rigor foi mais ou menos o que se fez.

Não vejo também, meu amigo, Senador Ademir Andrade, uma situação boa. A situação é muito complicada. Veja, Sr. Presidente, que não é só o Itamar, não é só uma pessoa do crédito, da seriedade e responsabilidade de Celso Furtado que já fala que iremos terminar na moratória. Também o Presidente da Argentina, ao se reunir com o Presidente do Uruguai, aconselha o calote e diz que fora disso não há saída. A saída, Sr. Presidente, está ficando muito difícil.

Quando vejo o Presidente da República convocar para ficar em roda dele um conselho de "notáveis", constituído praticamente por figuras que passaram pelo Governo e não deram certo – até o Sr. Máílson da Nóbrega, do célebre feijão-com-arroz, foi convocado –, pergunto-me Sr. Presidente: será que Sua Excelência não faria melhor conversando com os governadores e realizando a reunião que ele já deveria ter feito antes de os governadores assumirem? Será que ele não faria melhor conversando e debatendo com trabalhadores e empresários? V. Ex^a falou com os trabalhadores das empresas de transporte e de cargas de São Paulo. Por que é feito o Ministro da Fazenda ou o Presidente da República fazer a mesma coisa? Por que eles não podem encontrar uma solução?

Sr. Presidente, fala-se sobre um conselho de notáveis que vai aconselhar o Presidente. Não estou queimando nomes, mas eu indicaria o Senador Josaphat Marinho para estar lá; eu colocaria alguém que conhece o povo, que conhece a sociedade, algum empresário, e não esses banqueiros, esses economistas que andaram pelo mundo.

Tem razão o ilustre jornalista Hélio Gaspari, em sua coluna de domingo, quando diz: "Conheço, no mundo, universidades das quais muitos alunos se transformaram em milionários. Muitos alunos, nos Estados Unidos, de universidades especiais saíram milionários. Mas não conheço professores, de universidades americanas ou européias, que tenham ficado milionários". Mas alguns professores da PUC e outro grupo de professores e intelectuais criaram um movimento, foram para o Governo – participaram de vários Governos –, saíram e foram para as indústrias internacionais, trabalhar para grandes grupos. Esses estão fazendo esse troca-troca, esse vai-lá-vem-cá. E é essa gente que o Senhor Presidente da República está convidando para compor esse conselho de notáveis. Que se coloque ali um Vicentino,

seja quem for, mas que seja um líder dos trabalhadores; que se coloque ali um governador, seja qual for; que se coloque ali um político como Josaphat, que se coloque ali pessoas que conheçam os problemas do Brasil e não apenas esses intelectualóides que defendem o que querem.

Sr. Presidente, acompanhámos durante um ano o Ministro da Fazenda e o então Presidente do Banco Central seguirem a linha de não mexer no dólar, de não tocar no dólar, de manter o dólar custasse o que custasse. A recessão podia ser feita, porque era necessária. De outro lado, estava o candidato à presidência do Banco Central dizendo que era necessário mudar, que era necessário alterar, que era necessário adotar uma política de desenvolvimento.

Mudou tudo. Caiu o ex-Presidente do Banco Central e assumiu o atual, cujo pensamento situa-se a 180 graus do pensamento do atual Ministro da Fazenda. E vejo o atual Ministro da Fazenda defender as idéias do presidente interino do Banco Central sem ficar vermelho, sem explicar por que ele mudou, o que aconteceu para ele estar defendendo hoje uma linha completamente diferente da que defendia. Isso não é sério, Sr. Presidente. Isso não é sério.

Volto a apelar ao Presidente Fernando Henrique para que receba os governadores de Oposição antes do dia cinco – quando eles vão se reunir em Porto Alegre –, para evitar que algo mais grave aconteça.

Só há uma pessoa que pode convocar uma reunião de lideranças: é o Presidente da República. Ele convoca quando quiser, no horário que quiser, para discutir o que quiser. Governadores, Senadores e operários têm obrigação de ir lá. É ele que tem de convocar.

Pede o meu Líder – é claro que o meu Líder não endossa as minhas palavras – que eu diga duas coisas: que a Bancada do PMDB vai votar favoravelmente e que a Bancada do PMDB votou favoravelmente a todas as medidas que o Governo apresentou a esta Casa.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO:

Pergunta 1:

Mais uma vez a sociedade é chamada a pagar a conta dos insaciáveis investidores internacionais, através das medidas de ajuste fiscal, ora sob apreciação pelo Congresso Nacional.

Em poucos dias deste ano coube ao Congresso apreciar celeradamente medidas de impacto sobre setores da sociedade

que não têm como defender-se. Aprovamos no Senado a CPMF para 0,38%, a Câmara aprovou a contribuição dos inativos e novas faixas de contribuição para os servidores públicos, o Orçamento está em vias de ser aprovado, o IOF foi aumentado.

Enfim, o Governo pede, o FMI exige e o Congresso cede e vota.

As soluções apresentadas sempre passam pelo mesmo caminho: aumento de tributos e corte nas despesas, principalmente em investimentos vitais e morais para o País. Cortamos na educação, na saúde, na recuperação de estradas, na agricultura, na reforma agrária, no meio ambiente. Entretanto, esse mesmo esforço de cortes e de aumento de arrecadação não transmite a sensação de ser um esforço coordenado pelo Governo. Estima-se que as contribuições previdenciárias em apreço irão criar um montante de R\$4 bilhões ao ano, quando cálculos menos pessimistas indicam que o País perdeu mais de R\$6 bilhões em apenas algumas horas ano com a fuga de capitais.

Ou seja, até que ponto vale o esforço e o desgaste do Congresso e o sacrifício dos aposentados e dos servidores públicos se a condução da política econômica é capaz de pulverizar em dias o que se pretende arrecadar?

Recentemente foram levantados pela imprensa números que assustam pela magnitude de quanto o Governo deixou de arrecadar pela omissão na área fiscal. No domingo (24-1), em entrevista ao **Jornal do Brasil**, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, afirma que o País perde quase um PIB por ano em impostos federais que não são recolhidos.

Note-se: Quase toda a riqueza nacional gerada ao longo de um ano, ou R\$825 bilhões, deixa de entrar nos cofres públicos a cada ano!!!

Outro exemplo da loucura de números que aflige o país: no ano passado, os oito maiores montadores do setor automobilístico faturaram R\$20,9 bilhões e pagaram ao Fisco, a título de Imposto de Renda, somente R\$31,7 milhões – ou sejam apenas 0,15% do faturamento.

Na construção civil, as 12 maiores construtoras do país faturaram em 1998 cerca de R\$5 bilhões e pagaram R\$234 milhões de Imposto de Renda – ou seja, apenas 0,45% do faturamento.

Em portaria publicada no dia 18-1, a Receita Federal prolongou para até 8 anos o pagamento de dívidas de impostos. Só com essa renegociação o Governo deixou de apurar R\$500 milhões em dívidas acima de 100 mil reais.

Enfim, quando a sociedade terá do Governo, em especial de seus coordenadores de política-econômica, a certeza de que estas ações obedecem a um pensamento verdadeiramente articulado e coerente?

Pergunta 2:

No domingo, 24, em editorial de primeira página, o jornal **Folha de S.Paulo** pede "Coragem para Mudar". E propõe, para isso, a centralização de câmbio, em que as operações com divisas são controladas pelo Banco Central. Leio: "É uma medida de alto risco, mas a crise chegou a um ponto que não permite saídas indolores. A centralização possibilita a queda de juros, pois taxas tão altas não seriam mais necessárias para evitar a saída de dólares, bloqueada pelo controle cambial. Os efeitos externos serão negativos, mas é o preço a pagar (...). O principal ônus da centralização é, ao impedir a fuga de recursos, desestimular a sua entrada. Mas já não há ingresso de capitais, apesar dos altos juros", observa o editorial da **Folha**.

Ontem, segunda-feira, 25, na mesma **Folha de S.Paulo**, o banqueiro brasileiro Henrique Meirelles, presidente mundial do

BankBoston, uma das maiores instituições do setor financeiro internacional, afirma exatamente o oposto: "Centralização de câmbio é um suicídio. Quem vai emprestar dinheiro para um sujeito que ameaça se suicidar? Isso perturba os mercados. (...) A ameaça de controle cambial vai acelerar a saída de dólares. O controle cambial é uma declaração de concordata, que é um passo antes da falência. A mera discussão desse assunto tem um impacto negativo nos fluxos cambiais. A confiança nas regras do jogo é que vai estabilizar a taxa de câmbio. Quem vai querer colocar dinheiro num país, ficando sujeito a uma decisão de um burocrata para saber se vai poder tirá-lo ou não?", pergunta-se o presidente do BankBoston.

E eu pergunto ao presidente do Banco Central? Quem tem razão – o banqueiro ou o jornal? Qual a utilidade (ou inutilidade) da centralização do câmbio, neste momento, para o Brasil.

Que fôlego teria o Governo para administrar, com políticas ortodoxas, a saída desenfreada de dólares? O Senhor tem dito que o mercado se estabilizaria em seis meses. O Brasil sobrevive mais seis meses nesta turbulência?

Pergunta 3:

Hoje, no calor da crise, a imprensa coloca novamente, o nome do Senador José Serra como alternativa para conduzir os destinos da economia brasileira. Dizem que o Senador Serra seria o preferido do empresariado por ser "mais desenvolvimentista".

E o Senhor, é "desenvolvimentista"? Por que?

Pergunta 4:

Por essa Comissão já passaram, em curto período de tempo, os Srs. Gustavo Loyola, Pêrsio Árida, e Gustavo Franco, todos, como Vossa Senhoria, na condição de nome indicado para a presidência do Banco Central.

Todos entraram e todos saíram em nome da continuidade do real e da estabilidade da moeda. Mas, se era para continuar e para estabilizar, por que saíram? No seu caso, sr. Francisco Lopes, o que mudou, o que vai mudar na política econômica?

O sr. pode tranquilizar a Nação, assumindo o compromisso de que o Governo não cairá na tentação de confiscar a poupança, como já aconteceu no passado?

Pergunta 5:

Quais seriam as cinco coisas, as cinco medidas que o sr. jamais adotará, a curto e médio prazo, como presidente do Banco Central?

Pergunta 6:

O banco de investimentos Goldman & Sachs, de Nova York, recomenda a privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal como uma "medida de grande impacto" para o restabelecimento da confiança internacional do Brasil.

O Brasil precisa chegar a este ponto para recuperar sua credibilidade perante o mundo?

O sr. concorda com estas privatizações?

Pergunta 7:

Vamos imaginar o Brasil sem nenhuma estatal estratégica. Sem o parque siderúrgico, sem a indústria petroquímica, sem a produção de fertilizantes, sem os sistemas elétricos e de telecomunicações, sem a Companhia Vale do Rio Doce, sem a Petrobras.

Imaginemos, ainda, esse mesmo Governo sem controle direto sobre o sistema financeiro, após a eventual privatização do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Mesmo após tamanha alienação de seu patrimônio, o País ainda estaria devendo

algo que se aproxima, rapidamente, de US\$500 bilhões, ou melhor dizendo, Meio Trilhão de dólares. Tudo isso com hospitais abarrotados e penitenciárias em tensão constante.

Como estabelecer estratégias de desenvolvimento para este país, sem o controle de qualquer mecanismo indutor do desenvolvimento?

Pergunta 8:

Qual a sua visão, hoje, sobre o "mercado"?

Pergunta 9:

Na condição de membro do Conselho Monetário Nacional, qual a sua opinião sobre os subsídios ao crédito agrícola para pequenos produtores rurais e alimentos básicos?

Pergunta 10:

O Banco Central tem a quantificação e a qualificação do capital externo, dito volátil, que entra e sai do País? Que percentual deste montante é, de fato, capital de investimento em setores produtivos do país?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Geraldo Melo, para encaminhar a votação.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vamos votar para ver se aprovamos ou não o nome do economista Francisco Lopes para a presidência do Banco Central.

Fui distinguido honrosamente pela Liderança do meu partido com a responsabilidade de encaminhar a votação. Quis começar com essas palavras, porque, na realidade, respeito muito aqueles que desejam transformar esta oportunidade em uma manifestação de aprovação ou desaprovação à política econômica. No entanto, o fato concreto é que a responsabilidade que se encontra nas mãos dos Senadores neste momento resume-se ao seguinte: temos um Banco Central cujo presidente, para ser nomeado, depende de aprovação do Senado Federal, e o Senado Federal tem, na mesa dos Senadores, o nome de uma pessoa escolhida pelo Presidente da República, cuja nomeação está sendo proposta ao Senado Federal, que é o economista Francisco Lopes.

A voz autorizada de um Líder oposicionista, o Senador José Eduardo Dutra, referindo-se ao currículo do economista Francisco Lopes, já dizia que não tinha motivos para votar contra ele a não ser a sua restrição à política econômica. Destacou S. Ex^a o currículo do Professor Francisco Lopes como um motivo inspirador da sua confiança na pessoa que estava sendo proposta ao Senado Federal.

A questão aqui é: aprovamos o nome do economista Francisco Lopes – e a partir da sua nomeação, autorizada pelo Senado, temos um Presidente do Banco Central, cuja competência técnica, reputação, respeitabilidade são indiscutíveis e cujo currículo nem mesmo a Oposição considera que mereça reparos – ou votamos contra e, amanhã, faremos com que o momento delicado que atravessa a economia brasileira se amplie e se aprofunde, o que poderia ser evitado com a simples confirmação do nome de alguém que é um dos economistas mais qualificados para exercer o papel para o qual está sendo proposto pelo Presidente da República.

Por esse motivo, respeitando quantos discordam da política econômica, respeitando até a capacidade premonitória do Senador Ademir Andrade, que já prevê para daqui a três ou quatro meses quais são as taxas de inflação e a substituição de todos os líderes da equipe econômica do Governo, quero apenas lembrar aos meus colegas Senadores que o Banco Central precisa ter um Presidente confirmado pelo Senado Federal, e o nome que está proposto não suscita restrições, nem mesmo da Oposição, quanto à sua competência e quanto ao seu currículo.

Por esta razão o PSDB encaminha o voto "Sim" à aprovação do nome do economista Francisco Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em razão da liberação do Bloco, tomo a palavra pela Liderança do PDT para manifestar nossa posição a respeito do assunto, deixando claro que, ao final, cada Parlamentar da Bancada do PDT estará liberado para votar de acordo com suas decisões pessoais. Mas a maioria da Bancada tem posição favorável à nomeação do Dr. Francisco Lopes para a Presidência do Banco Central.

Temos clareza e consciência plena, Sr. Presidente, da grave situação econômica por que atravessa o País. E nosso voto a favor da nomeação do Dr. Francisco Lopes para Presidente do Banco Central não significa qualquer nível de concordância com a política econômica que está sendo desenvolvida pelo Governo Federal. Sentimo-nos também no direito e até no dever de continuar questionando essa política, sobretudo alguns dos passos que devem ser dados daqui por diante.

Entendemos também que a indicação de um Presidente do Banco Central diz respeito à burocracia interna do Governo e, é claro, a exigência de que

haja uma aprovação pelo Senado da República é exatamente para avaliar a capacidade técnica, o preparo e a própria orientação política, econômica e financeira que o Presidente do Banco Central pretende dar à frente do órgão. Mas somos obrigados também a compreender que o Banco Central do Brasil não é um organismo independente da estrutura de Governo. A Constituição brasileira não garante a independência do Banco Central. Por isso, não temos como entender que eventualmente poderíamos ter um Presidente do Banco Central que discordasse da política econômica do Governo Federal, ou da orientação do Ministério da Fazenda e do próprio Presidente da República; também não podemos partir do princípio de que qualquer nome que seja apresentado ao Senado da República deva ser rejeitado só porque fazemos oposição. Aliás, acredito que, pelo menos no meu entendimento, somos oposição – e creio que seja o entendimento de todos os companheiros do Bloco – ao Governo, e não oposição ao País, ao Brasil. E o Banco Central não pode deixar de ter um presidente.

Dessa forma, se não há qualquer agravante no currículo do Sr. Francisco Lopes, se não há qualquer restrição do nível moral, ético ou profissional que nos imponha o voto desfavorável, somos obrigados a concordar com a indicação.

Por isso, o meu voto, e o da maioria do PDT, será favorável a essa indicação, reafirmando que o Parlamentar que desejar votar contra está liberado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Relator, sinto-me na obrigação e no dever de fazer alguns esclarecimentos. Creio que podemos estar incorrendo em alguns exageros ou, possivelmente, em alguns erros conceituais.

Sr. Presidente, é complicado discutirmos, na figura do Sr. Francisco Lopes, as bases e as diretrizes da sua visão de política monetária, porque, no Brasil, o Banco Central não é um Banco Central independente, mas subordinado ao Ministério da Fazenda; que, por sua vez, é subordinado à Presidência da República. Há o Conselho Monetário Nacional que está acima do Banco Central. Portanto, quem formula e quem decide, em última instância, a política monetária no Brasil é o Senhor Presidente da República. Logo, fica complicado, senão inadequado,

discutir aqui o mérito da política monetária defendida pelo Sr. Francisco Lopes.

Concordo com sua visão de política monetária, mas não vou votar a favor e nem fiz um relatório favorável. Só o farei quando o Congresso Nacional entender de criar um Banco Central independente. Quando o Banco Central for autônomo como instituição, quando o Presidente do Banco Central for nomeado por quatro ou sete anos sem poder ser demitido *ad hoc*, sem poder ser demitido a qualquer momento – situação que hoje vigora na Alemanha ou nos Estados Unidos – nesse caso, o Senado terá que se aprofundar nos conceitos de política monetária expressos pelo Presidente da Instituição e por seus Diretores, porque eles irão definir os rumos da política monetária do País. Mas quando o Banco Central é subordinado ao Presidente da República, o efeito de um voto contrário é muito mais o de um voto contra o Presidente da República e contra a política econômica e monetária em vigor – possivelmente até um voto contra o Ministro da Fazenda – mas tem apenas este efeito político, não tem efeito institucional, porque esse não é um voto político, mas um voto institucional. Sendo assim, temos que examinar se esse cidadão, o renomado Professor Francisco Lopes, tem, em primeiro lugar, reputação ilibada – parece-me que no exame das suas atividades privadas e da sua vida pública, não há sequer um senão a apontar, e ele exerceu cargos da maior importância em nível de Governo.

A segunda questão a examinar é se, além de reputação ilibada, ele tem notório saber econômico. Qualquer um que tenha se dado ao trabalho de ler o currículo do Professor Francisco Lopes percebe que sua formação tem a maior e a melhor qualificação.

E a terceira exigência para esse cargo é a de que S. S^a tenha prática na Administração Pública. Isto é incontestável também, porque S. S^a exerceu cargos de grande importância em governos anteriores e neste, com longa carreira e longa experiência na vida pública.

Portanto, S. S^a tem reputação ilibada, tem notório saber econômico e tem prática e experiência na Administração Pública. Isto é a essência da minha decisão. Está aí a essência da nossa decisão. O cidadão merece a confiança moral do Senado. Agora, questionar a sua política monetária é questionar muito mais o Presidente da República, a linha de política econômica e monetária que está em vigor no País.

Quando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, criarmos um Banco Central independente, com mandato fixo, com quarentena, poderemos questio-

nar o Presidente Banco Central, discutir os seus conceitos de política monetária, discutir com ele todo o seu programa de política monetária, de gestão da moeda e, aí, votar de acordo com os conceitos que ele emitir, que ele expressar, porque serão conceitos que irão vigorar independentemente da vontade do Presidente, da vontade do Ministro da Fazenda e independentemente do Conselho Monetário Nacional, porque o Banco Central independente tem gestão soberana na defesa da moeda.

Contudo, agora, a não ser que queiramos fazer que o Presidente mude a sua orientação, mude a sua política monetária, mude a sua política econômica geral, não tem sentido nenhum avaliar e definir o voto pela linha adotada pelo Presidente do Banco Central, que é, notoriamente, sabidamente, a linha que atende ao desejo, à proposta, à visão conceitual que tem o Presidente da República. Alguém poderia supor e imaginar que o Presidente do Banco Central vai contrariar o Presidente, vai fazer o que o Presidente não quer, se ele é demissível **ad nutum**? Não. Logo, parece-me que, neste momento – e foi este o objetivo do meu relatório –, basta-nos saber que se trata de cidadão honrado, de economista qualificado e de administrador público competente.

Para isto, mesmo discordando, como alguns aqui discordam, da natureza das suas idéias, da sua concepção e estão votando a favor, recomendo, Sr. Presidente, como Relator da matéria, o voto favorável à indicação do Sr. Francisco Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Lauro Campos e, posteriormente, o Senador Odacir Soares.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes da sabatina do Professor Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, muitas pessoas me alertaram para o fato de que se tratava de um clone do Sr. Gustavo Franco. Prestei muita atenção às palavras do Dr. Francisco Lopes, e, se se tratasse de um clone do Sr. Gustavo Franco, obviamente eu votaria contra S. S^a. Mas me parece que, felizmente, não se trata de um clone.

O que me impressionou foi a coragem do Sr. Francisco Lopes de assumir o centro do terremoto; foi ter ele a coragem de assumir a Presidência do Banco Central, que se encontra no vórtice da crise. Além disto, percebi que o Dr. Francisco Lopes não perdeu uma de suas características de décadas atrás, quando o conheci: realmente, S. S^a é uma pessoa quase transparente. Não sei se essa transparência é adequada, é boa ao exercício da Presi-

dência do Banco Central, principalmente num momento como este, em que as coisas precisam ser embrulhadas, precisam ficar ocultas, etc.

S. S^a disse, espontaneamente, entre outras coisas, que dois dias antes de sua sabatina, ele e o Ministro Pedro Malan foram jantar com Sua Excelência o Presidente da República, a fim de explicar-lhe a diferença entre o câmbio livre, o **currency board** e a política de bandas. Realmente, fiquei encantado com a transparência de S. S^a, que nos disse que o Presidente da República só teve conhecimento da diferença entre as três modalidades de câmbio – dos fatos mais importantes para a vida econômica do País, dos quais dependem, por exemplo, a inflação, o emprego e a atividade industrial no Brasil –, de uma decisão central como essa, que Sua Excelência o Presidente da República, que deveria estar há seis, sete meses estudando esse problema somente tomou conhecimento dessa diferença na véspera da sabatina – dois dias antes!

Creio que um fato de tamanha relevância não poderia vir a ser divulgado, mas, ao fazê-lo, S. S^a mostra quão sincero é.

Ainda mais, S. S^a concordou comigo quando, resumidamente, mostrei que, desde o Cruzado I, a essência, a linha condutora, o fio que dirige esses planos é político. Tais planos constituem uma armação política. Os economistas que elegeram vinte e um Governadores, na eleição de 1986, e elegeram e agora reelegeram o Senhor Presidente da República são os maiores políticos brasileiros. De economia, obviamente, entendem muito pouco, caso contrário não teriam levado o Brasil à situação em que se encontra hoje. Se não vier o Dr. Francisco Lopes, talvez venha um clone do Dr. Gustavo Franco ou alguém pior ainda.

De modo que dou o meu voto ao Dr. Francisco Lafaiete de Pádua Lopes, ao mesmo tempo em que o parabenizo pela coragem, pela ousadia de assumir o centro do terremoto, localizando-se no centro do vórtice em que transformaram a economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PTB – RO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é somente para dizer que o PTB vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o último orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente Fernando Henrique

Cardoso, ao longo de sua campanha, mencionou que, se durante os primeiros quatro anos de seu Governo, havia conseguido estabilizar os preços e, em grande parte, acabar com a inflação, no próximo quadriênio a sua grande meta seria acabar com o desemprego.

A taxa de desemprego da economia brasileira hoje é a mais alta desde o início do Governo de Sua Excelência. A taxa de desemprego em 1998, noticiam a Fundação Seade e a Fundação Dieese, foi muito maior do que a de 1995, primeiro ano do seu Governo.

E, hoje, os trabalhadores de todo o Brasil se encontram extremamente preocupados e dispostos a fazer tudo – a dialogar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso –, como daqui a instantes estará fazendo o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sr. Luiz Marinho, que, inclusive, esteve com o Presidente Antonio Carlos Magalhães nesta manhã, visando encontrar uma solução, sobretudo uma que objetive preservar os empregos. São os trabalhadores da Ford, mas são, também, os trabalhadores do campo, das pequenas e médias empresas. Há um clima de incerteza no Brasil como poucas vezes ocorreu em nossa história.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso também assumiu o Governo com o compromisso de dobrar o valor do salário mínimo. Em janeiro de 1995, o salário mínimo estava em R\$70,00, correspondendo, à época, a pouco mais do que US\$70. Hoje, Sr. Presidente, passados quatro anos, se formos examinar o valor do salário mínimo, R\$130,00, em dólares, vamos verificar que ele está abaixo do valor do salário mínimo em dólares de janeiro de 1995.

As taxas de juros, um flagelo que preocupa a todos, que preocupa os micros, os pequenos, os médios e os grandes empresários deste País, continuam em níveis altíssimos, em torno de 33%, tendo em vista as decisões desta semana do Banco Central.

Há muito tempo que o mais largo espectro de economistas vinha apontando a necessidade da correção da política cambial. O real, caracterizado pela sobrevalorização, vinha levando as importações a crescerem muito mais rapidamente do que as exportações na economia brasileira; os gastos em serviços a crescerem muito mais do que as receitas. E o déficit da balança corrente vinha sendo corrigido contrabalançado pelo aumento tão significativo das taxas de juros, elevando a economia gradualmente à recessão provocada pelos aumentos das taxas de juros, com o conseqüente aumento do desemprego e empobrecimento de larga parcela da sociedade brasileira.

Em meio a este verdadeiro turbilhão, houve finalmente o reconhecimento de erro na política cambial. Foi designado para procurar contornar, superar, administrar este verdadeiro tornado, este furacão, Francisco Lopes, que, conforme ressaltaram os Se-

nadores José Eduardo Dutra, Lauro Campos e outros do PSB e do PDT, que me antecederam, é um economista que não teve, ao longo de sua vida, vínculo que não fosse prioritariamente com a vida acadêmica, o estudo, o conhecimento da economia. S. S^a preferiu não ser diretor de instituição financeira privada; quando afastado de funções governamentais, procurou desenvolver suas atividades profissionais, além da atividade acadêmica de professor, por meio da sua empresa de consultoria, a Macrométrica.

Eu gostaria de transmitir de público o que disse pessoalmente a Francisco Lopes. Tenho por ele grande respeito. Vou dar-lhe um crédito de confiança. Votarei favoravelmente. Expliquei ao Presidente designado do Banco Central, Francisco Lopes, que, por ter sido convidado pela Organização Internacional do Trabalho, na terça e na quarta-feira, para estar presente a uma reunião que se realizou na Inglaterra, não pude participar de sua arguição. Nesse encontro com economistas dos mais diversos países do mundo, ouvi opiniões divergentes a respeito do que seria próprio o Brasil realizar. Vou citar duas opiniões importantes, uma a do economista indiano de mais de 70 anos Agit Singh, contemporâneo de John Maynard Keynes, Joan Robinson e de tantos outros, tipicamente pós-keynesiano. Advertiu-me ele que será muito difícil levar adiante propósitos de expansão da economia brasileira, do emprego, de melhoria da distribuição de renda, instituindo-se políticas que possam visar ao bem comum, sobretudo dos mais pobres, senão através de formas de controle cambial.

Mas ouvi também a opinião de outros economistas, que avaliavam que poder-se-ia, sim, caminhar na direção da política de flexibilidade cambial. Considero importante, por exemplo, a recomendação de James Tobin, em entrevista publicada na revista *Época*, nesta semana, que avalia a flexibilização cambial como um passo positivo. A desvalorização fazia-se necessária, no meu entender. Hoje, ela se encontra além do que muitos avaliavam como necessário, mas é preciso, neste instante, averiguar quais serão os mecanismos para criar as condições de retomada do crescimento para valer, baixando-se as taxas de juros, e quais serão as medidas eficazes para o Brasil caminhar na direção de uma sociedade justa. Estamos extremamente longe desse objetivo, com indicadores econômicos exatamente no outro extremo: altas taxas de desemprego, recordes desde o início do Governo Fernando Henrique; baixo valor de salários, e péssima distribuição da renda. É preciso reverter isso, Sr. Presidente, mas o meu voto será favorável ao Presidente Francisco Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação.

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

VOTAÇÃO SECRETA

PARECER Nº 49, DE 1999 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. FRANCISCO LAFAIETE DE PÁDUA LOPES, PARA
EXERCER O CARGO DE PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 1

Data Início: 28/01/1999

Hora Início: 12:18:58

Data Sessão: 28/01/1999

Data Fim: 28/01/1999

Hora Fim: 12:59:51

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	Votou	PTB	RO	ODACIR SOARES	Votou
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	Votou	PSDB	PR	OSMAR DIAS	Votou
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou	PMDB	AP	PAULO GUERRA	Votou
PFL	MA	BELLO PARGA	Votou	PSDB	SP	PEDRO PIYA	Votou
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	Votou	PMDB	RS	PEDRO SIMON	Votou
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	Votou	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	Votou
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	Votou	CE	CE	REGINALDO DUARTE	Votou
PFL	BA	DJALMA BESSA	Votou	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	Votou
PFL	MA	EDISON LOBÃO	Votou	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	Votou
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	Votou	PFL	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
BLOCO	RS	EMÍLIA FERNANDES	Votou	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	Votou
PPB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	Votou	PPB	SC	SANDRA GUIDI	Votou
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	Votou	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	Votou
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	Votou	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	Votou
PFL	PI	FREITAS NETO	Votou	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	Votou
PFL	SC	GERALDO ALTHOFF	Votou	PMDB	PB	WELLINGTON ROBERTO	Votou
BLOCO	RJ	GERALDO CÂNDIDO	Votou				
PSDB	RN	GERALDO MELO	Votou				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	Votou				
PMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	Votou				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	Votou				
PMDB	GO	IRIS REZENDE	Votou				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	Votou				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	Votou				
PPB	RR	JOÃO FRANCA	Votou				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	Votou				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	Votou				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	Votou				
PFL	ES	JONICE TRISTAO	Votou				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	Votou				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	Votou				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	Votou				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	Votou				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	Votou				
PMDB	GO	JOSÉ SAAD	Votou				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	Votou				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	Votou				
PMDB	PA	JUVÊNCIO DIAS	Votou				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	Votou				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou				
PFL	DF	LEONEL PAIVA	Votou				
PPB	MS	LEVY DIAS	Votou				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	Votou				
PSDB	CE	LÚCIO ALCÂNTARA	Votou				
PSDB	MS	LÚDIO COELHO	Votou				
PSDB	ES	LUZIA TOLEDO	Votou				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	Votou				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	Votou				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	Votou				
PFL	RO	MOREIRA MENDES	Votou				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	Votou				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	Votou				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
1º Sec.: *
2º Sec.: *
3º Sec.: *
4º Sec.: *

Operad.: HEITOR LEDUR

Votos Sim: 67

Votos Não: 3

Votos Abst: 1

Total: 71

Emissão em: 28/01/99 - 13:00

O SR PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Votaram sim 67 srs. senadores e não 3.

Houve uma abstenção.

Total: 71 votos.

Aprovado.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

É o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 49, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 54, de 1999 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Francisco Lafaite de Pádua Lopes para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil.

A Comissão de Assuntos Econômicos em votação secreta realizada em 26 de janeiro de 1999, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador José Fogaça sobre a Mensagem nº 54, de 1999, opina pela aprovação da indicação do Senhor Francisco Lafaite de Pádua Lopes para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil por 23 votos favoráveis, 2 contrário(s).

Sala das Comissões 26 de janeiro de 1999. – **Pedro Piva**, Presidente – **José Fogaça**, Relator – **Lauro Campos** – **Jonice Tristão** – **Ramez Tebet** – **Francelino Pereira** – **Jeferson Péres** – **Levy Dias** – **Romero Jucá** – **Roberto Requião** – **Ademir Andrade** – **José Eduardo Dutra** – **Sérgio Machado** – **Jonas Pinheiro** – **Bello Parga** – **Júlio Campos** – **Osmar Dias** – **Édison Lobão** – **José Roberto Arruda** – **Gilvan Borges** – **Eptácio Cafeteira** – **Ney Suassuna** – **Gilberto Miranda** – **Casildo Maldaner** – **Pedro Simon**.

Relator: Senador **José Fogaça**

I – Relatório

O Senhor Presidente da República encaminhou, em 14 de janeiro do corrente ano, mensagem ao Senado Federal submetendo a indicação do Sr. Francisco Lafaite de Pádua Lopes para exercer o cargo de Presidente do Banco Central do Brasil – BACEN, conforme o disposto no inciso XIV, do art. 84, combinado com a letra d, do inciso III, do art. 52, da Constituição Federal.

A ocupação do cargo de Presidente do Bacen pressupõe o preenchimento de determinados requisitos básicos, quais sejam:

- a) reputação ilibada;
- b) profundo conhecimento sobre questões econômicas;
- c) conhecimento sobre as práticas da administração pública;

Quanto ao primeiro requisito, o professor Francisco Lopes, tem-se caracterizado em sua vida pú-

blica, em todos os cargos que já tenha ocupado, desse Assessor Especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1986), até o que atualmente ocupa (Diretor de Política Econômica e Política Monetária do Banco Central do Brasil) pela lisura no trato dos assuntos públicos, bem como pela busca inequívoca de atender aos princípios da administração Pública, conforme preceitua o art. 37 da Constituição Federal.

O atendimento ao segundo requisito emana de sua própria formação acadêmica. Após obter o bacharelado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1967), obteve o título de mestre pela Fundação Getúlio Vargas do próprio Rio de Janeiro (1969). A fim de ampliar o seu conhecimento econômico, obteve novo título de mestre, desta feita pela Universidade de Harvard nos Estados Unidos (1970), onde concluiu também seu doutorado (1972).

No seu retorno ao Brasil, paralelamente a algumas atividades de consultoria econômica, dedicou-se fundamentalmente a lecionar, tendo sido professor da Universidade de Brasília (1972/73) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1977 até 1986), destacando-se em pesquisas relacionadas às questões macroeconômicas.

O professor Francisco Lopes apresenta em seu currículo 57 publicações relativas aos temas econômicos, onde devemos destacar suas análises sobre a questão das hiperinflações, bem como sobre o comportamento da chamada "inflação inercial".

No que diz respeito ao terceiro requisito, devemos destacar que, o Professor Francisco Lopes exerceu o cargo de Superintendente do Instituto de Pesquisa (INPES do Ipea (março a agosto de 1979), foi Assessor Especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1986 e assessor especial do Ministro da Fazenda (junho a dezembro de 1987). Nesta etapa, portanto, adquiriu notórios conhecimentos sobre as questões relacionadas ao funcionamento da máquina pública.

Entre 1987 e 1994, como Diretor-Presidente da Macrométrica Pesquisas Econômicas Ltda., aprofundou seus estudos sobre a realidade econômica brasileira, podendo acompanhar todas as modificações pelas quais passaram a nossa economia.

Em 1995, convidado a auxiliar na consolidação do Plano real, aceitou convite do Senhor Presidente da República para participar da Diretoria do Banco Central, sendo atualmente o responsável pela condução da política monetária.

É o relatório.

II – Voto

A análise da formação acadêmica e profissional do Sr. Francisco Lopes obedece aos requisitos necessários para a ocupação do cargo de Presiden-

te do Banco Central do Brasil, para o qual foi indicado pelo Presidente da República. Assim, registra-se a reputação ilibada, notório conhecimento econômico, como experiência prática nas questões relacionadas a Administração Pública.

Destarte, cumpridos os trâmites processuais necessários, bem como as práticas de natureza política e jurídica, entendo que o nome em apreço está em condição de ser apreciado por essa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Item 2:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 4, DE 1999

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 29, de 1999, art. 336, b)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1999 (nº 4.569/98, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 53, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Francelino Pereira.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar o trabalho do Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Senador Francelino Pereira. Depois de um relatório pormenorizado, destaco o voto que S. Ex.^a proferiu, reconhecendo que não havia reparos a fazer quanto à juridicidade e técnica legislativa, e distinguiu a importância da proposição, declarando **ipsis litteris**: "Os dados fornecidos pelo Egrégio Superior Tribunal de Justiça mostram à exaustão a necessidade premente da reestruturação ora proposta, para se evitar a ocorrência de prejuízos inestimáveis aos jurisdicionados e ao próprio Erário. A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de permitir a adequada prestação da Justiça no Brasil. (...) Trata-se de mais um passo na direção da melhoria da prestação jurisdicional, abrindo caminho para uma reforma do Judiciário realmente eficaz."

Sr. Presidente, no ano passado, o Senador Francelino Pereira, que havia sido relator de matéria que criava 35 varas na Justiça Federal de 1º grau da 1ª Região, – consubstanciadas 16 em Minas, 12 na Bahia, 6 em Goiás e 1 no meu Estado –, indicava um dado impressionante. Apenas no seu Estado, estavam tramitando 130 mil processos. O aumento dessa demanda decorre não apenas do crescimento da atividade econômica, mas sobretudo de uma sociedade que, a cada dia, assume a consciência de sua cidadania e busca a Justiça para reclamar os seus direitos. É exatamente isso, Sr. Presidente.

O Superior Tribunal de Justiça, sobretudo ele, está abarrotado de processos, porque cada vez mais o povo está assumindo – como ressalta o Relator – a consciência de sua cidadania. E por isso – conclui o Senador Francelino Pereira – afinal uma prestação jurisdicional célere e eficiente é um legítimo e inalienável direito dos cidadãos.

Sr. Presidente, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Pádua Ribeiro, e o Presidente do Tribunal Regional Federal, Juiz Plauto Ribeiro, estão cada dia mais preocupados com um dos aspectos que passa em branco, a capacidade de proporcionar ao Tesouro a arrecadação de cerca de R\$100 bilhões. Esse é o valor das ações pendentes na Justiça Federal e sobretudo – o que é mais grave –, se referem principalmente à sonegação de impostos e às dívidas não executadas.

No ano passado, aquela Casa examinou 102 mil processos. Como esta mão aqui, Sr. Presidente, ajudou a criar o Superior Tribunal de Justiça, sentime responsável de fazer essa referência elogiosa ao Senador Francelino Pereira.

O meu voto é favorável. Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero apenas fazer o registro de uma matéria que está merecendo a maior atenção do Congresso Nacional e, neste instante, do Senado da República. Outras proposições, às vezes sem grande importância, merecem uma atenção desmesurada. O projeto que estamos votando é indicativo de que algo mais deve acontecer. Ou seja: outros passos no sentido da reforma do Poder Judiciário, aspiração de todo o País.

No ano passado, aprovamos projeto do Superior Tribunal de Justiça, criando, como assinalou o Senador Bernardo Cabral, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 35 varas de Justiça Federal: 16 em Minas, 12 na Bahia, 6 em Goiás e 1 no Estado do Amazonas. Esse projeto teve uma longa tramitação. Muitos reparos à sua elaboração e à sua própria tramitação, sob a alega-

ção de que o País não deveria investir tantos recursos nos problemas relacionados com a prestação jurisdicional, ou seja, com o Poder Judiciário, tendo em vista que outros temas e outros desafios estão aí reclamando maior atenção do Poder Público e do Poder Legislativo do País inteiro. Um engano, Sr. Presidente. É preciso que o Poder Executivo e o Poder Legislativo mantenham um diálogo e um contato permanentes com o Poder Judiciário no País.

Tenho uma longa convivência como serventário da Justiça, estudante de Direito, advogado militante, deputado, governador de Estado e agora Senador. A área da magistratura, da advocacia e do Ministério Público é a que mais mantém contato conosco, dada a nossa identidade.

Agora, Sr. Presidente, surge outro projeto criando cem varas de execução fiscal e cível: 18 na 1ª Região, 15 na 2ª Região, 40 na 3ª Região, 15 na 4ª Região e 12 na 5ª Região. Esse, também, é um passo importante para a reforma do Poder Judiciário.

Se conversarmos com as expressões maiores do Poder Judiciário do Brasil, vamos chegar à conclusão de que é imperativa a reforma do Judiciário. Poder sacrificado, que exerce as suas funções sem condições materiais adequadas, mas, mesmo assim, com resultados positivos.

Minas é um Estado que se debruça diariamente sobre os problemas relacionados com a magistratura, e, conseqüentemente, estamos cientes de que esse aumento de trabalho dos Juizados, dos Tribunais, no meu Estado, resulta, como de resto no País inteiro, desse acesso que a democracia e a cidadania no Brasil estão permitindo ao povo para conquistar os seus direitos por intermédio do Poder Judiciário.

Essa é a razão pela qual quero aqui agradecer ao Senador Bernardo Cabral, que teve essa distinção com Minas Gerais, para que eu fosse o relator do primeiro e do segundo projeto, e também pelo fato de que esta matéria diz respeito ao destino da prestação de justiça em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1999

(Nº 4.569/98, na Casa de origem)

(DE INICIATIVA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA)

Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas cem Varas na Justiça Federal de Primeiro Grau, assim distribuídas:

I - dezoito Varas na 1ª Região, sendo nove Varas de Execução Fiscal e nove Varas Cíveis;

II - quinze Varas na 2ª Região, sendo oito Varas de Execução Fiscal e sete Varas Cíveis;

III - quarenta Varas na 3ª Região, sendo vinte Varas de Execução Fiscal e vinte Varas Cíveis;

IV - quinze Varas na 4ª Região, sendo oito Varas de Execução Fiscal e sete Varas Cíveis;

V - doze Varas na 5ª Região, sendo seis Varas de Execução Fiscal e seis Varas Cíveis;

Parágrafo único. As varas de que trata este artigo serão implantadas gradativamente, na medida da necessidade do serviço, a critério do respectivo Tribunal Regional Federal.

Art. 2º São acrescentados aos Quadros de Juizes e de Pessoal das Secretarias das Seções Judiciárias integrantes das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, e 5ª Regiões, respectivamente, os cargos efetivos e as funções comissionadas constantes nos Anexos I, II, III, IV, e V desta Lei.

Parágrafo único. Os cargos efetivos e as funções comissionadas de que trata este artigo ficam criados e serão providos gradativamente, na forma da lei e na medida da necessidade de serviço, a critério de cada Tribunal Regional Federal.

Art. 3º Cabe a cada Tribunal Regional Federal, no âmbito de sua Região, mediante ato próprio, estabelecer a competência e jurisdição das Varas ora criadas, bem como transferir-lhes a sede de um município para outro, de acordo com a conveniência do Tribunal e a necessidade de agilização da prestação jurisdicional.

Art. 4º Os Tribunais Regionais Federais poderão, em caráter excepcional e quando o acúmulo de serviço o exigir, convocar Juizes Federais ou Juizes Federais Substitutos, em número equivalente ao de Juizes de cada Tribunal, para auxiliar em Segundo Grau, nos termos de resolução a ser editada pelo Conselho da Justiça Federal.

Art. 5º Os cargos administrativos ora criados poderão ser remanejados de uma para outra Vara, a critério do respectivo Tribunal, à medida que a carga processual assim o demandar.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas

à Justiça Federal de Primeiro Grau, ou de outras destinadas a esse fim.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Relator

ANEXO I - 1ª REGIÃO

(art. 2º da Lei nº , de de de 1999)

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal	-	18
Juiz Federal Substituto	-	18
Analista Judiciário	superior	126
Técnico Judiciário	intermediário	126

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC 09	18
FC 05	126
FC 04	09

ANEXO II - 2ª REGIÃO

(art. 2º da Lei nº , de de de 1999)

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal	-	15
Juiz Federal Substituto	-	15
Analista Judiciário	superior	106
Técnico Judiciário	intermediário	104

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC 09	15
FC 05	107
FC 04	07

ANEXO III - 3ª REGIÃO

(art. 2º da Lei nº , de de de 1999)

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal	-	40
Juiz Federal Substituto	-	40
Analista Judiciário	superior	280
Técnico Judiciário	intermediário	280

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC 09	40
FC 05	280
FC 04	20

ANEXO IV - 4ª REGIÃO

(art. 2º da Lei nº , de de de 1999)

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal	-	15
Juiz Federal Substituto	-	15
Analista Judiciário	superior	106
Técnico Judiciário	intermediário	104

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC 09	15
FC 05	107
FC 04	07

ANEXO V - 5ª REGIÃO

(art. 2º da Lei nº , de de de 1999)

CARGOS/DENOMINAÇÃO	NÍVEL	Nº DE CARGOS
Juiz Federal	-	12
Juiz Federal Substituto	-	12
Analista Judiciário	superior	84
Técnico Judiciário	intermediário	84

FUNÇÕES/NÍVEL	Nº DE FUNÇÕES
FC 09	12
FC 05	84
FC 04	06

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 30, de 1999, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) –

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 12, DE 1999**

(em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 30, de 1999)

Discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768/99, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura.

Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa para proferir o seu parecer.

O SR. DJALMA BESSA (PFL – BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. Senadoras e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados encaminha ao Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768/99, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura.

A proposição está assim redigida:

"Art. 1º Fica prorrogada, durante a 51ª Legislatura, a vigência do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995.

Art. 2º As contribuições devidas à Seguridade Parlamentar obedecerão ao disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O parecer é favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário. Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 55, DE 1999

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768, de
1999, na Câmara dos Deputados).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1999 (nº 768, de 1999, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a remuneração dos membros do Congresso Nacional durante a 51ª Legislatura.

Sala de Reuniões da Comissão, 28 de janeiro de 1999. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Ronaldo Cunha Lima**, Relator – **Marluce Pinto** – **Geraldo Melo**.

ANEXO AO PARECER Nº 55, DE 1999

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1999

**Dispõe sobre a remuneração dos
membros do Congresso Nacional durante
51ª Legislatura.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É prorrogada, durante a 51ª Legislatura, a vigência do Decreto Legislativo nº 7, de 19 de janeiro de 1995.

Art. 2º As contribuições devidas à Seguridade Parlamentar obedecerão ao disposto na Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra à nóbre Senadora Sandra Guidi.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, tendo o privilégio de participar desta Casa, quero trazer o sentimento do povo da minha região e por isso ocupo a tribuna para solicitar ao Governo Federal a construção da Barragem do Rio São Bento, situada na região pólo de Criciúma, no sul de Santa Catarina.

Essa obra é da mais alta importância para a recuperação e proteção do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável do sul do Estado de Santa Catarina.

É importante dizer que o projeto situa-se em um espaço geográfico densamente povoado, formado por nove Municípios que seriam diretamente beneficiados, pois a barragem traria melhorias inestimáveis ao abastecimento público de água potável de todos os Municípios e localidades existentes em sua zona de influência, bem como seria capaz de atender à demanda industrial e agrícola de toda a área.

Para reforçar ainda mais as justificativas que tenho a honra de defender hoje neste plenário, diria também que tecnicamente é inquestionável a viabilidade econômica, social e ambiental do projeto de represamento das águas do rio São Bento.

Por outro lado, acho igualmente importante ressaltar quatro aspectos que considero dos mais importantes e que fortalecem, em minha opinião, a necessidade urgente de sua construção.

Em primeiro lugar, é notoriamente escassa a disponibilidade de água em todos os Municípios da região da qual a cidade de Criciúma é pólo, no sul de Santa Catarina, principalmente em virtude do desperdício praticado por atividades industriais existentes e pela mineração de carvão, que consome grandes quantidades de água sem qualquer controle.

Em segundo lugar, a Barragem seria construída em uma região cujos índices de poluição dos recursos hídricos são alarmantes em virtude da exploração predatória do carvão durante décadas e de

atividades industriais que nunca levaram em conta os princípios básicos de respeito ao meio ambiente.

Em terceiro lugar, como já foi dito anteriormente, com a construção da Barragem, a oferta de água tornar-se-ia abundante e de boa qualidade, o que é fundamental; seria possível controlar o regime das cheias e evitar inundações em áreas habitadas e em áreas de cultura agrícola, afastando assim o peso de grandes prejuízos às populações e aos trabalhadores rurais. Seriam igualmente importantíssimas as conquistas em matéria de qualidade de vida e melhorias nos níveis de saúde da população que sobre hoje de inúmeras doenças provocadas pelo consumo de águas poluídas dos recursos hídricos existentes. Em relação à produção agrícola e industrial, tanto a qualidade dos produtos quanto os níveis de produtividade ganhariam muitos pontos positivos porque seria praticada uma nova mentalidade em matéria de utilização das águas e manejo da terra. Por fim, em termos da recuperação de solos degradados, seria possível se pensar concretamente em uma nova política de desenvolvimento regional, com racionalidade e com respeito ao meio ambiente.

O quarto aspecto nos faz lembrar que o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a região, conhece todos os seus problemas e sabe perfeitamente da necessidade de ser construída a barragem do Rio São Bento que hoje beneficiaria diretamente quase 200 mil pessoas. Assim, em discurso público de campanha, o Presidente foi muito claro quando se dirigiu à população presente naquela ocasião e prometeu que a obra seria viabilizada neste seu segundo governo.

Além de todos esses benefícios que acabamos de citar, devemos dizer ainda que cerca de 2 mil hectares serão diretamente beneficiados pela abertura de sistemas de irrigação, fazendo com que a produção, a oferta de alimentos e a produtividade agrícola atinjam níveis bastante compensadores. Além disso, com o controle das águas, serão protegidos remanescentes florestais pertencentes à Mata Atlântica, localizada nas escarpas da Serra Geral, contribuindo assim para a preservação da natureza e para o respeito ao meio ambiente.

Por todos esses motivos, a execução de um projeto relativamente barato, segundo estudos técnicos, ao custo de 33 milhões de reais, que visa promover o desenvolvimento econômico regional, elevar o nível de vida de parte importante de populações da região sul de Santa Catarina e recuperar áreas duramente degradadas pela exploração irracional do carvão, deve, a meu ver, ser alvo de grande interesse.

se das autoridades governamentais. O Governo Federal se omitiu na supervisão e na devolução dos recursos de impostos que levou da nossa região. Portanto, aproveito esta oportunidade para cobrar do Presidente Fernando Henrique Cardoso um dos compromissos de campanha eleitoral para a reeleição que assumiu em Santa Catarina, um compromisso assumido com o povo daquela região que espera a construção da barragem há mais de dez anos. Para isso, o Governo Federal poderia autorizar a destinação dos recursos especiais necessários para dar início às obras, haja vista que os montantes inscritos na Lei Orçamentária da União para 1999 são insuficientes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a exploração carbonífera degradou completamente o sul de Santa Catarina, comprometeu seriamente o seu desenvolvimento econômico e provocou um desastre ecológico de grandes proporções. A poluição da mineração comprometeu a agricultura, matou os peixes, destruiu a flora, a fauna e os recursos hídricos e tornou a ocupação do solo, para fins de urbanização, altamente perigosa, sujeita a iminentes deslizamentos e desabamentos, em virtude da existência de milhares de quilômetros de túneis e galerias que eram cavados de qualquer maneira, sem nenhum rigor técnico.

Quero destacar que, atualmente, as mineradoras, por intermédio de seu sindicato, demonstram ter uma nova visão da questão. Elas têm procurado o desenvolvimento econômico da região, mas têm tentado fazer a exploração do carvão de acordo com as deliberações da ECO-92, ou seja, observando medidas de respeito ao meio ambiente. Toda essa degradação a que me refiro faz parte do passado. É preciso, entretanto, lembrá-la, porque ela atua no presente, com consequências danosas para nossa vida, como, por exemplo, a falta de água potável para a população.

A questão é tão crítica que o Decreto nº 85.206, de 1990, assinado pelo então Presidente José Sarney, enquadrou o sul de Santa Catarina como a 14ª Área Crítica Nacional.

Segundo estudos recente feitos pela Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC), dois terços dos rios da região estão gravemente poluídos pela atividade carbonífera. Os registros de pH são bem acima dos padrões aceitáveis pelo Ministério da Saúde, bem como a quantidade de sulfato de ferro, o que tornou essas águas um verdadeiro veneno para o consumo humano de qualquer natureza.

A situação é mais grave quando observamos as bacias hidrográficas do Araranguá, de Urussanga e de Tubarão, que atingem 40 municípios e cerca de 800 mil habitantes. Toda a água das chuvas, que levam os depósitos de **pirita** nas áreas de mineração, acaba nos rios. O resultado é que muitos deles têm hoje suas encostas formadas por rejeitos da mineração e suas águas estão impregnadas de metais pesados. Em seu leito, as pedras e a terra são de cor mostarda, devido ao enxofre.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a. Senadora, gostaria de terminar este pronunciamento dizendo que a região carbonífera de Santa Catarina, situada ao sul do Estado, vive um momento difícil ante a amplitude dos problemas sociais e ambientais. Por muitos anos, como já falei, a exploração do carvão foi impulsionada por uma política errada de garantias e subsídios, instituídos a partir dos anos 30. Dessa maneira, perseguindo o sonho da auto-suficiência energética a qualquer custo, durante esse tempo, vários governos financiaram a extração, o transporte e até o preço do minério.

O resultado é este de que já falei: a região pouco recebeu como devolução dos impostos cobrados pelo Governo Federal. A propósito, o Governo Federal teve muito pouca atenção para a região nesses anos todos, especialmente levando-se em conta todos os impostos que cobrou da exploração do carvão e que não devolveu. Também não supervisionou eficazmente a exploração do carvão.

Agora, depois de todo esse tempo, em que a natureza ficou tão prejudicada, temos a obrigação de lutar pela recuperação ambiental do sul de Santa Catarina. Gostaria também de ressaltar que o sindicato dos mineradores trabalha para trazer usinas termoeletricas para a boca de mina, o que resolveria a questão econômica e ajudaria, e muito, a recuperar o ambiente, processo para o qual são necessários muitos recursos.

É necessário lembrar que, por causa de todos os anos de exploração do carvão em que tem havido a devastação da natureza, sofremos o grave problema da falta de água, que muitos governos federais prometeram resolver. Por esse motivo, lembro, desta tribuna, a necessidade da construção imediata da barragem do Rio São Bento, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso se comprometeu a fazer ao longo de sua campanha de reeleição. É o mínimo que posso fazer em defesa de uma verdadeira política de desenvolvimento.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB - SC) - V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC) – Ouço
V. Ex^a com prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Nobre Senadora Guidi, conheci a Senadora Júnia Marise em sua luta nesta Casa na defesa do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. S. Ex^a se destacou nessa luta. V. Ex^a, hoje, como representante do sul de Santa Catarina, também faz uma defesa extraordinária, acompanhada de uma análise socioeconômica, da região carbonífera do sul do nosso Estado. E o faz com propriedade, analisando os anos em que a exploração do carvão era feita sem um projeto sustentado, sem controle. É claro que, à época, naqueles tempos, a exploração do carvão visava a resultados imediatos, sem que se fizesse uma análise das conseqüências que isso poderia trazer para a sociedade. Com o tempo, a prática degradou o meio ambiente, contaminando as águas e causando prejuízos enormes para o futuro. Hoje, V. Ex^a, com o seu pronunciamento, destaca todos esses problemas que afetam a região sul-catarinense e defende, com ênfase, a construção da barragem do Rio São Bento. O Governo Federal precisa retribuir para essa região, hoje tão sofrida, toda a contribuição que, no passado, ela faz para esse mesmo Governo, sem receber nada em troca, conforme disse V. Ex^a. Então, a tentativa de trazer água potável para os milhares de habitantes da região sul-catarinense é o início da recuperação do meio ambiente, para depois podermos desenvolver um projeto sustentado. Graças à ação de V. Ex^a nesta Casa, no Orçamento, conseguiu-se ampliar a quantidade de recursos para poder iniciar a construção da barragem do Rio São Bento. Além disso, V. Ex^a se refere muito bem ao fato de o sindicato dos que exploram o carvão das empresas nesse campo, já ter uma visão diferente, porque procuram desenvolver algo mais sustentável, buscando miniusinas nas bocas de minas para trazer o desenvolvimento, buscando energia e fazendo o aproveitamento *in loco*. São teses extraordinárias. Por isso, quando V. Ex^a, Senadora Sandra Guidi, vem aqui defender o sul catarinense, principalmente à região carbonífera – que considero a capital do sul-catarinense –, V. Ex^a defende não só o sul, mas Santa Catarina como um todo. Por isso, nós, catarinenses, a estamos homenageando neste instante. Sei que o sul está bem representado nesta Casa não só por V. Ex^a, mas também pelo Senador Geraldo Althoff. Quero incorporar-me, como catarinense, a essa luta, porque sei que vale a pena. Cumprimento-a de coração, unindo-me a V. Ex^a nessa grande caminhada por essas conquistas.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC) – Obrigada pelo seu aparte.

Com certeza, o sul de Santa Catarina conta com essa parceria, com a sua participação nessa luta em favor da nossa terra, da nossa gente.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora Sandra Guidi?

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC) – Com prazer, ouço a Senadora Marluce Pinto.

A Sr^a Marluce Pinto (PMDB – RR) – Ouvi atentamente o discurso de V. Ex^a, em que defende a execução de uma obra realmente bastante relevante para o seu Estado. Mas eu gostaria mesmo de me referir, em meu aparte, ao fato de que, a partir de amanhã, V. Ex^a estará deixando esta Casa. Veio por uma temporada muito breve. V. Ex^a já substituiu o ex-Senador Esperidião Amin em outra ocasião, durante determinado período. Nessa ocasião, tive o prazer da companhia de V. Ex^a numa viagem a Roraima, realizada por uma comissão especial, constituída para averiguar a morte de bebês na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Nessa ocasião, deu para perceber a sensibilidade de V. Ex^a, a sua preocupação com o social. Na oportunidade em que conversamos, V. Ex^a fez vários relatos do trabalho social realizado na época em que o seu esposo foi prefeito da cidade para a qual V. Ex^a hoje está pleiteando essa obra, e que é uma das cidades que serão beneficiadas com a barragem. É lamentável que pessoas como V. Ex^a estejam deixando o Senado e não tenham pleiteado outro cargo. Mas tenho a certeza de que, continuando no seu Estado e como esposa de um Deputado Estadual de Santa Catarina, V. Ex^a dará prosseguimento à sua obra social. Parabéns! Tive o prazer de conhecê-la e, hoje, eu a considero uma grande amiga. Ficarei no Senado à disposição de V. Ex^a para ajudá-la em qualquer reivindicação. Mesmo contando com os três Senadores do seu Estado, V. Ex^a deixará aqui uma amiga que quer dar continuidade a essa amizade. Quero não apenas poder prestar-lhe um auxílio como Parlamentar, mas me sentirei bastante gratificada pela sua amizade. Muito obrigada por haver me concedido o aparte.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC) – Obrigada, Senadora Marluce Pinto. Conheço a sua linha de trabalho político e parabeno-a por isso. Neste momento, agradeço sobretudo a sua generosidade com a minha pessoa. Muito obrigada!

O Sr. Geraldo Althoff (PFL – SC) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora Sandra Guidi?

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC) – Com muito prazer, ouço o Senador Geraldo Althoff, que é do sul de Santa Catarina.

O Sr. Geraldo Althoff (PFL – SC) – Senadora Sandra Guidi, conheço o problema que V. Ex^a aborda neste momento, exatamente por ser oriundo também da região sul de Santa Catarina. Cumprimento V. Ex^a por ter levantado dois problemas da maior magnitude e de muito significado para essa região do Estado: primeiro, o problema de água da região carbonífera, que seria resolvido com a construção da barragem de São Bento. Como essa obra foi promessa de campanha do nosso Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, fique certa de que estarei atento, junto ao Governo Federal, para que ela se concretizar. Foi compromisso de campanha também do nosso Governador do Estado, Esperidião Amin, que tem extrema sensibilidade e muito carinho pela região sul de Santa Catarina. Temos certeza de que temos outro forte aliado para conseguirmos resolver o problema do abastecimento de água da região carbonífera do Estado. Com relação aos problemas ambientais mencionados por V. Ex^a, quero dizer que, atualmente, existe conscientização por parte da sociedade civil organizada, das organizações não-governamentais e dos próprios mineradores, como bem disse V. Ex^a. Porém, cabe ao Governo Federal, que tem um débito muito grande com Santa Catarina – pois foi o grande estimulador da extração do carvão para as metalúrgicas do centro do País –, voltar a atenção para a nossa região e nos ajudar a resolver os problemas que foram deixados lá; problemas que não ficaram restritos à zona carbonífera, mas chegaram à cidade de Tubarão, distante da minha região, por meio do rio Tubarão, que, por extensão, ainda vai comprometer o sistema lacunar da região de Laguna. Por isso, quero parabenizá-la. Fique certa de que essa luta terá continuidade. Sabendo que, a partir de amanhã, V. Ex^a não estará mais conosco, fique certa de que haverá nesta Casa uma pessoa muito atenta a esses problemas.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB – SC) – Obrigada pelas palavras, Senador Geraldo Althoff. Tenho certeza de que, conhecendo a sua pessoa, a sua generosidade, o seu empenho em favor da região sul, vamos contar com um Senador que vai comprometer-se a levar essa luta adiante. Com certeza, o sul do Estado, com a parceria do Senador Casildo Maldaner, vai conseguir a construção dessa barragem, que é uma obra reivindicada junto ao Governo Federal, uma obra que a nossa região precisa e, sobretudo, merece do Governo Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente; muito obrigada, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso da Sra. Sandra Guidi, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Levy Dias.

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje é um dia especial, de muita emoção para mim, pois este meu último pronunciamento da tribuna do Senado Federal representa um término de mais uma etapa da minha vida como homem público a serviço do Estado de Mato Grosso do Sul e de seu povo.

Dessa forma, alguns dias antes do encerramento do meu mandato, apresento meus agradecimentos e meus abraços de despedida a meus colegas Senadores, compatriotas que aprendi a respeitar e a admirar desde as primeiras oportunidades de convivência parlamentar e amiga.

No entanto, a despedida que faço não é um adeus definitivo, mas sim um até logo, pois, se deixo o Senado Federal, não abandono a vida pública. Continuarei minha luta político-partidária em meu Estado e espero, em breve, voltar ao Congresso Nacional, seja para exercer um novo mandato, seja para rever os amigos que aqui ficam.

Nesta Casa, Sr. Presidente, bem como anteriormente na Câmara dos Deputados, tive a oportunidade e a honra de fazer grandes amigos e de identificar vários companheiros de luta. Luta pelos mesmos ideais que me levaram a enfrentar diversas eleições, luta pelas liberdades democráticas e para maior garantia do exercício da cidadania, luta por melhor qualidade de vida para todos os brasileiros.

Após ocupar por duas vezes o cargo de Prefeito de Campo Grande e, por uma vez, o de Deputado Estadual do antigo Estado de Mato Grosso, aprendi muito sobre a política e a realidade da região, o que me deu condições para representar, por três mandatos, com imensa honra, o povo sul-mato-grossense na Câmara dos Deputados.

Em 1990, os meus coestaduanos elegeram-me como representante do Estado no Congresso Nacional e, em 1991, iniciei um mandato de oito anos como Senador da República.

Na Capital Federal e, mais especificamente, nesta Casa da qual hoje me despeço, sempre defen-

di os interesses maiores do Estado do Mato Grosso do Sul, atuando não só neste agosto Plenário e nas comissões do Senado, mas, também e principalmente, nos ministérios e em outros órgãos do Poder Executivo, reivindicando obras, assessoramento técnico e verbas para o Governo do Estado e para as prefeituras, fossem os governantes do meu partido ou de outros.

Ex-Governadores – que também foram Senadores, como Pedro Pedrossian, Marcelo Miranda e Wilson Martins – são testemunhas do meu trabalho dedicado, sem olhar partidos e voltado para o engrandecimento do Estado de Mato Grosso do Sul.

Pautei minha conduta como Senador da República sempre de forma digna e ilibada, lutando, muitas vezes ardorosamente, em defesa de quem produz as riquezas da Nação, especialmente de nossos produtores rurais.

Muito jovem, aprendi que, na vida, o ser humano não tem várias opções para se desenvolver e ser útil à sociedade, mas, sim, um único caminho: o do trabalho, com honestidade e fidelidade à verdade e à justiça. Por isso, sempre valorizei quem trabalha, de modo muito especial quem trabalha a terra, quem produz alimentos.

Infelizmente, os verdadeiros produtores da riqueza nacional não têm sido devidamente respeitados e valorizados.

Por olhar com sensibilidade para quem trabalha e produz, batalhei arduamente contra as altas taxas de juros, as quais dificultam maiores investimentos na produção e, conseqüentemente, impedem a geração de novos empregos. Elas contribuem, por um lado, para levar à falência e matar quem trabalha, produz, gera empregos e paga impostos, e, por outro lado, privilegiam o ócio e beneficiam o crescimento da especulação e da agiotagem, problema que hoje sacrifica o nosso País.

Em especial, Sr. Presidente, propugnei também pelo desenvolvimento educacional, acreditando na juventude e no futuro deste País, certo de que só seremos realmente um país desenvolvido quando tivermos educação de qualidade para todos e com oportunidades de acesso desde a educação infantil até o ensino superior.

Provavelmente por ter vivenciado por duas vezes as dificuldades, os problemas e as alegrias dos prefeitos municipais, sempre fui um municipalista e batalhei pelo desenvolvimento regional e pela descentralização tanto das decisões e da aplicação dos recursos públicos quanto da execução dos programas educacionais.

Além dos cargos de 2º Vice-Presidente e de 3º Secretário da Mesa Diretora, ocupados graças à honra dos votos e ao apoio dos meus colegas Senadores, participei, como membro efetivo, de várias comissões mistas e permanentes, ressaltando entre elas a de Assuntos Econômicos, a de Educação, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a de Orçamento. No exercício dos cargos da Mesa Diretora, tive a satisfação imensa de presidir os trabalhos do Senado da República por quase duas centenas de vezes, inclusive a sessão solene que deu posse aos Srs. Senadores da atual legislatura. Desempenhei minhas funções contando com a colaboração dos meus nobres Pares, dos quais sempre recebi manifestações de apoio, de respeito e de cordialidade. Sempre estive presente em todos os momentos importantes desta Casa. Tive a satisfação de contribuir para a extraordinária mudança pela qual passou esta Casa nos últimos oito anos, nas gestões profícuas de excelentes Presidentes, cujos nomes honram a história recente deste País: Mauro Benevides, Humberto Lucena, José Sarney e Antonio Carlos Magalhães.

O cenário que se descortina para o Senado Federal é o de um ingresso no século XXI devidamente preparado para os embates que virão, graças ao que foi construído nestes últimos anos.

Atualmente, o Senado Federal encontra-se em condições de realmente representar os interesses maiores de todas as Unidades da Federação e de bem desempenhar o importante papel de guardião dos princípios federativos republicanos e democráticos.

O Senado do Brasil é uma instituição devidamente preparada para a quarta onda, como diria Alvin Tofler, pois já vive a era da informatização e da tecnologia, o que permite mais eficiência em sua estrutura organizacional e maior rapidez no processo legislativo e de comunicação. Esse sucesso se deve à visão e à atuação eficaz das últimas administrações da Casa, às mudanças implementadas e aos novos instrumentos que já estão em plena operação, como a fábrica de softwares; a Rádio Senado e a TV Senado; os novos canais de comunicação com a sociedade, como o acesso via Internet a muitas informações antes mais restritas; o desenvolvimento e treinamento permanente do pessoal da Casa e a modernidade de seus equipamentos e suas instalações.

Tudo isso, Sr. Presidente, enche de orgulho qualquer brasileiro. E tive a honra e a satisfação de participar não só desse processo de atualização do Senado, como também da modernização das instituições democráticas brasileiras, principalmente no

período da Assembléia Nacional Constituinte e depois como Senador da República.

Destarte, ao encerrar este pronunciamento, estou tão emocionado quanto quando entrei pela primeira vez neste Plenário. Chegar até aqui era para mim um sonho muito distante. Mas, acreditando que, quando o homem sonha, é capaz de inventar o futuro, saí da minha terra natal, Aquidauana, com 19 anos de idade, para a belíssima e acolhedora Campo Grande para servir ao Exército brasileiro, cidade que depois se transformou na capital do novo Estado e que tive a oportunidade de governar por duas vezes. Plantei e colhi muitas amizades, procurando sempre servir a quem precisasse da minha ajuda. O resultado foi a carreira política, que me trouxe a esta Casa.

Terminando, apresento minha homenagem especial às Mesas Diretoras do Senado Federal, que, em período tão curto da nossa história, erigiram tanto e deixaram um legado que se constitui em um imenso patrimônio de informação, para as novas gerações continuarem construindo a democracia brasileira e a integração continental.

Por tudo o que aprendi no Senado e pela amizade demonstrada pelos nobres colegas, expresso os meus mais sinceros agradecimentos, os quais dirijo também aos prestimosos e competentes funcionários desta Casa.

Meu agradecimento maior vai para o Supremo Arquiteto do Universo, que me proporcionou oportunidades extraordinárias de sucesso na luta pelos meus ideais.

A Srª Marluce Pinto (PMDB – RR) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Ouço com muita honra a Senadora Marluce Pinto.

A Srª Marluce Pinto (PMDB – RR) – Senador Levy Dias, não têm sido fáceis as emoções que nestes últimos dias temos enfrentado aqui no Plenário do Senado com os discursos de despedida dos nossos nobres colegas. Recordo-me muito bem da época da Constituinte, em que fomos Deputados juntos; sempre acompanhei o seu trabalho, principalmente em prol da defesa dos agricultores, aqueles homens e mulheres tão sofridos que sabemos que tanto labutam em todas as regiões do nosso País e que não têm sido beneficiados como realmente merecem. Ouço-o atentamente no dia de hoje, sabendo ser este o último discurso que profere nesta legislatura e que não contaremos com sua presença por mais quatro anos. No entanto, tenho certeza de que, com a sua dedicação no decorrer desses doze anos no

Parlamento – quatro como Deputado Federal e oito como Senador –, o povo de Mato Grosso do Sul não se esquecerá da sua benevolência e do grande trabalho que realizou. Tenho certeza de que a sua vida pública não se está encerrando hoje e que terá continuidade, porque jamais o povo do seu Estado poderá prescindir da sua valorosa cooperação. Então, como sua colega, quero lhe desejar muitas felicidades e dar os parabéns ao povo de Mato Grosso do Sul pelo excelente trabalho elaborado por V. Exª no decorrer desses doze anos. Rogamos a Deus que esta não seja uma despedida definitiva e, sim, um até breve. Saiba V. Exª que pode contar com a amizade desta sua Colega, que o acompanhou durante esse período. Obrigada pelo aparte.

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Sou eu quem agradece, Senadora Marluce Pinto.

Concluo, hoje, vinte anos de Congresso Nacional – doze anos como Deputado Federal e oito anos como Senador. Não levo, dentro do meu peito, dentro do meu coração, nenhuma queixa, mágoa, aborrecimento ou tristeza. Acho que Deus me deu muito, e o povo do meu Estado também.

Fico sensibilizado com suas palavras, porque, nesses vinte anos na Câmara e no Senado, aprendemos muito. Talvez uma parcela da população brasileira não tenha conhecimento de que, dentro desta Casa, há três Senadores de cada Estado, independentemente de seu tamanho: o seu pequenino Estado de Roraima, o meu pequenino Estado de Mato Grosso do Sul ou o grande Estado de São Paulo possuem três Senadores, porque aqui se forma o equilíbrio da Federação brasileira. Isso permite a todos nós, que aqui convivemos, conhecer um pouquinho de cada Estado pela palavra de seus Senadores.

Como admiro o Senador Ronaldo Cunha Lima, o qual preside a sessão neste momento, que trouxe para esta Casa, junto com os demais Senadores da Paraíba, informações sobre o que ocorre nesse Estado e no Nordeste brasileiro! Posso conhecer o seu Estado através da sua palavra e da dos Senadores de seu Estado, ou posso conhecer mais de perto o Estado que sempre digo que é o modelo da produção rural brasileira, Santa Catarina, por meio de sua representante, Senadora Sandra Guidi, que há pouco falou, ou do seu ex-Governador, Senador Casildo Maldaner. Enfim, de cada Estado brasileiro tiramos um pouquinho de conhecimento, o que acaba construindo, dentro de nós, um conhecimento profundo e vasto do que ocorre em toda a Nação brasileira. As-

sim, podemos fazer um juízo mais consolidado sobre o nosso País e sobre o nosso povo.

Anteontem, quando sabatinávamos o futuro Presidente do Banco Central, hoje aprovado pelo Senado da República, poderíamos tirar, daquela reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, por meio da palavra de cada um dos seus Senadores, de diferentes Estados, a avaliação do momento atual, momento de dificuldades e de muitos debates. Hoje, o mundo é completamente diferente daquele de há dez ou quinze anos. Hoje, vivemos no mundo dos tecladinhos de computador da era da globalização e, sinceramente, ainda não conseguimos avaliar se isso é bom ou ruim, pois, através deles, o dinheiro é manipulado pelo mundo, sem gerar riquezas, empregos, produção ou felicidade.

Deus colocou os homens no mundo e, através dos anos, estes, as mulheres, os jovens e as crianças buscam a felicidade. No entanto, vemos nosso País, neste momento, encostado na parede pela ganância, pela avareza, pela busca do ganho fácil, não através do trabalho. Senadora Marluce Pinto e demais Senadores, pergunto-me, todos os dias, até onde iremos suportar o que ocorre no mundo globalizado. Quem vai pagar essa imensa conta, esse desespero, essa angústia gigantesca do mundo todo em amealhar recursos?

Daí vem a minha grande admiração pelo povo que trabalha, que sua a camisa, que constrói a riqueza nacional: o pequenino empresário, o médio empresário, o grande empresário, que, através do seu trabalho, do seu suor, da sua luta, da sua esperança, labuta para construir riqueza com lastro. Pergunto-me, todos os dias, se esse volume de dinheiro que circula por meio dos tecladinhos mundiais tem lastro.

O povo catarinense – e cito novamente Santa Catarina por ser, talvez, o Estado brasileiro de produção rural mais equanimemente distribuída – trabalha e constrói a grandeza do nosso País; o meu Estado, Mato Grosso do Sul, é voltado para a produção rural. Não somos produtores de **chips**, mas produzimos alimentos e, hoje, quando ligamos nossas televisões, temos conhecimento, dentro de nossas casas, do que significa a fome mundial. Por isso, repito o meu grande respeito e admiração por todas as pessoas que trabalham pela construção de um Brasil melhor, muito especialmente pelo cidadão mais importante de qualquer nação: aquele que produz comida.

Agradeço, de coração, o seu aparte. Ele me deixa feliz porque trabalhamos tantos anos juntos e

participamos de lutas políticas. Hoje, quero incluir no meu humilde e despretencioso pronunciamento as palavras de V. Ex^a, que muito me honram.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Casildo Maldaner (PMDB – SC) – Senador Levy Dias, todos que aqui estamos – eu, catarinense, a Senadora Sandra e tantos outros – temos uma admiração profunda pelas suas lutas. Veja bem, são vinte anos de Congresso Nacional; se bem sei, dois mandatos de prefeito que, no mínimo, significam oito anos; se bem ouvi, outros tantos como Deputado Estadual do antigo Mato Grosso, e lá se vão mais de trinta anos de mandato, oriundo das urnas. Mais de trinta anos de mandato, e V. Ex^a, pelas propostas e temas que aborda, se despede hoje como quem procura iniciar suas atividades. Até parece um pronunciamento de chegada, de busca de soluções para o País nesses novos tempos. É um Senador que se despede mas, ao mesmo tempo, traz sugestões de como devemos resolver as questões. É como quem diz que não vai se aposentar; vai, isto sim, continuar a lutar pela solução dos temas que aqui se apresentam, que não virá dos tecladinhos, conforme diz V. Ex^a. Não produzimos **chips** no meu Estado, mas alimentos, que é o que oferece estabilidade e garantias, uma vez que não se podem jogar os recursos, mecanicamente, de um lado para o outro a todo instante. Quer dizer, é dessa forma que encontraremos soluções e é por isso que, dentre os diversos temas que V. Ex^a defendeu nesta Casa – e aprendi a admirá-lo por todas essas lutas –, destacaria a interiorização do desenvolvimento, a luta pelas pequenas comunidades, a ocupação equânime do Brasil, como ocorre em nosso Estado, descentralizando o desenvolvimento – e essa é a sua luta. Essa é uma expressão que já usei, V. Ex^a também, e não canso de repeti-la, porque hoje as grandes metrópoles passam por problemas sérios. Eu destacaria três deles: habitação, saneamento básico e segurança. E, se descentralizarmos, por meio de incentivos, para fazer que se leve emprego; educação, saúde e lazer para o interior, para as pequenas comunidades, estaremos levando a distribuição de direitos e de bem-estar. Estaremos interiorizando o desenvolvimento. Sempre notei que essa é a pregação de V. Ex^a nesta Casa. Estaremos ajudando o Brasil e suas grandes metrópoles, em todos os sentidos, por intermédio da ocupação do País. Penso que esta tese é fundamental. Por isso,

a par de meus cumprimentos, vejo em V. Exª não o irmão catarinense, mas, acima de tudo, um irmão brasileiro. Não é despedida, não. Parece um pronunciamento de chegada, como quem diz: "sou um guerreiro, não estou me aposentado, não estou cansado; vou continuar minha luta pelo Brasil afora". Meus cumprimentos sinceros a V. Exª.

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Muito obrigado, Senador Casildo Maldaner. Quero repetir aqui as palavras que alguém já escreveu: "para repousar, teremos a eternidade". Enquanto houver vida, tem que haver essa fibra, essa fé, essa força e essa vontade de conduzir as coisas. E isso não vai me abandonar. Posso prestar serviço ao nosso País em várias posições, inclusive como um simples produtor, trabalhando em uma produção para enfrentar o século XXI.

Sr. Presidente, neste momento em que nosso País vive um bombardeio de crise, eu queria que nós, brasileiros, não interpretássemos este momento como o fim do mundo. O Brasil é muito maior e mais forte do que a crise, e o povo brasileiro há de superar este momento. Temos potencial, capacidade e gente para construir um Brasil maior para o futuro. E eu queria que a própria imprensa brasileira levasse ao conhecimento do povo brasileiro um item que nunca é tratado quando se fala da vida no campo: qualidade de vida.

Senador Casildo Maldaner, recentemente, no Rio de Janeiro, a televisão mostrou um acidente entre dois trens que bateram de frente. Depois fizeram uma ampla reportagem sobre o chamado "trem da madrugada". O cidadão levanta-se às três horas da madrugada e viaja por três horas nesse trem de subúrbio para chegar ao serviço. E eu fico me lembrando da facilidade que o homem do campo tem de chegar ao trabalho, porque ele mora lá. Além disso, ele conta hoje com as facilidades da comunicação; o telefone é uma constante em sua vida, e, com a invenção da antena parabólica, ele tem, dentro de sua casa, todos os programas de televisão que o homem da cidade tem. Por isso, deve ser feita uma integração para que as pessoas retornem ao campo para trabalhar e produzir para a Nação brasileira, já que elas deixaram o campo e foram viver nas periferias das grandes cidades em situação de vida extremamente precária, mas têm no seu coração e nas suas habilidades o conhecimento do campo.

Senador Casildo Maldaner, talvez minha grande tristeza hoje, ao falar da tribuna do Senado pela última vez nesta Legislatura, seja sair sabendo que hoje somos importadores de comida. É um vexame para um País como o nosso, com nosso solo, nosso

clima, nossa gente e nossa tecnologia importar alimentos. Talvez essa seja a única tristeza que levo, com a expectativa de que isso passe rapidamente. Tenho certeza de que o Brasil vai superar este momento. E o momento não é de pessimismo, é de acreditar. O meu Estado também vive um momento difícil, mas tem potencial para sair da situação em que se encontra. Tenho certeza de que, muito em breve, o Estado de Mato Grosso do Sul também oferecerá uma condição melhor da vida à sua gente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima. Fazendo soar a campainha) – Lamento informar a V. Exª que o tempo regimental da sessão está esgotado, mas desejo prorrogá-lo, para permitir que V. Exª conclua essa oração de despedida e receba, evidentemente, os cumprimentos dos companheiros, inclusive da Mesa, que deseja felicitá-lo após o término do seu discurso.

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Exª que, ao longo do seu mandato, soube honrar o Estado do Mato Grosso do Sul. Desejo que em suas atividades V. Exª possa estar sempre com a defesa do espírito público presente. Cumprimento também a Bancada do Mato Grosso do Sul – incluindo V. Exª –, que há dez dias acompanhou o Governador Zeca do PT em uma audiência com o Presidente da República, demonstrando respeito por esse Governador recém-eleito, que inicia um mandato inovador. Os Senadores da Bancada, embora de Partidos diferentes, apoiaram-no em tudo o que se refere a melhorias que levem ao bem-estar do povo do seu Estado.

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Realmente, o aparte de V. Exª confirma o início do meu discurso, quando disse que nunca levei em consideração os problemas políticos. Sempre acreditei que, numa democracia, deveria haver luta, até a uma falar. A uma falou, acabou.

Ajudei todos os governadores. Sempre acreditei nas coisas boas da vida, nas coisas positivas, e penso que meu trabalho como Senador não teria sentido se eu prejudicasse um governador contrário ao meu Partido, porque estaria prejudicando o povo do meu Estado.

Acompanhamos o Governador Zeca do PT a uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, à qual compareceu toda a Bancada do Senado, numa demonstração de grandeza e do sentimento de que precisamos somar forças para resolver nossos problemas.

Agradeço também pela compreensão da minha família, muito especialmente à minha Neide, companheira leal, amiga devotada e sábia conselheira, colocada muitas vezes em segundo plano diante das exigências do dever profissional e político, que me obrigavam a ausências prolongadas do seu convívio.

Concluo este pronunciamento, Sr. Presidente, enaltecendo a administração do Presidente Antonio Carlos Magalhães que, com autoridade, dinamismo e dignidade tem conduzido esta Casa, acelerando as atividades legislativas e elevando o nível da atuação parlamentar a um patamar que valoriza seus membros e facilita a recuperação da credibilidade de sua importante missão.

Ao Senado Federal, cabe continuar a desempenhar papel da maior relevância para as reformas que ainda se fazem necessárias, objetivando a modernização de nossas estruturas econômicas, sociais e políticas.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Senador Levy Dias, no instante em que V. Ex^a despede-se desta Casa, ocupando eventualmente a Presidência da Mesa Diretora, desejo levar a V. Ex^a a expressão mais escolhida – e suponho que seja o testemunho coletivo desta Casa – de agradecimento e felicitações a um homem público de conduta exemplar, que guardou absoluta coerência ao longo dos mandatos exercidos, revelando um espírito público notável nos apartes, nos discursos, nas análises dos problemas nacionais e dos especificamente regionais.

V. Ex^a ganhou a admiração desta Casa pelo seu comportamento correto, pela sua conduta retilínea, na demonstração de sua absoluta sintonia com os problemas de seu Estado e desta Nação. Tenho certeza de que, como disseram outros oradores, V. Ex^a despede-se por algum tempo, pois voltará a exercer outras atividades no campo político, seja nesta Casa ou em outra esfera, porque seu Estado não pode prescindir do homem da sua dignidade, da sua altivez, da sua correção.

Esta Casa vai se sentir muito feliz quando, em breve, V. Ex^a a ela retornar.

Receba, em nome da Mesa do Senado e – creio – em nome de todo o Senado, as felicitações pela exemplar conduta que V. Ex^a teve no período em que aqui conviveu. E leve a certeza de que todos

nós admiramos o seu trabalho e estaremos torcendo pela sua felicidade pessoal.

Meus cumprimentos.

O SR. LEVY DIAS (PPB – MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero expressar a minha preocupação e também a minha solidariedade aos trabalhadores da Rede Manchete de Televisão que, desde setembro, vêm lutando para que possam ter os seus salários regularmente pagos.

A Folha de S.Paulo, hoje, traz extensa matéria do jornalista Kennedy Alencar, expondo que o governo está vendo restrições e ilegalidade no acordo entre a Rede Manchete e a Rede Renascer. Para essa matéria, que traz um registro muito interessante da história da Rede Manchete, requeiro sua transcrição nos Anais.

Sr. Presidente, gostaria de transmitir a preocupação dos funcionários da Rede Manchete, no sentido de que, com um pequeno número de funcionários, a Rede Renascer estaria fazendo as transmissões, enquanto que um número maior de funcionários, que não estão sendo pagos, que estão como que no limbo, estão sem saber exatamente o que vai acontecer, qual o destino da Rede Manchete, emissora para a qual por tanto tempo trabalharam com dedicação. Eles querem saber que medida será possível se confirmar ou não a legalidade desse entendimento? Caso haja um outro, estaremos, no início dos trabalhos da próxima Legislatura, solicitando ao Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, um relato completo da real situação tanto da Rede Manchete quanto da Rede Renascer. Obviamente, há o interesse da continuidade dessa emissora de televisão.

Sr. Presidente, requeiro seja registrado este requerimento, que encaminho ao Ministro da Educação, solicitando informações sobre a concorrência internacional para aquisição de equipamentos para o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários Federais, uma vez que algumas empresas nacionais estranharam os procedimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

Análise jurídica da pasta das Comunicações conclui que contrato é "arrendamento integral" da rede de televisão, o que contraria a lei

KENNEDY ALENCAR
Editor do Pánel

O governo considera ilegal o contrato firmado entre a Rede Manchete e a Fundação Renascer. Análise jurídica do documento pelo Ministério das Comunicações concluiu que houve um "arrendamento integral" da rede de televisão, o que não é permitido pelos decretos 52.795/63 e 2.108/96, segundo apurou a Folha.

Pelo contrato, a Fundação Renascer (por meio da RGC Produções Ltda., produtora pertencente à entidade) assume a produção, operacionalização e comercialização da emissora, mediante o pagamento mensal de R\$ 4,8 milhões, durante 15 anos. A fundação é ligada à igreja evangélica Renascer em Cristo.

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, que já havia dito que o contrato era "frágil", deve aguardar o final de um prazo de 180 dias para uma manifestação

definitiva em relação ao acordo. Já correu cerca de metade do prazo, no qual precisam ser apresentadas certidões de quitação de débitos previdenciários e tributários.

Mesmo que a Renascer apresente as quitações, a tendência do Ministério das Comunicações é não avalizar o negócio na forma jurídica atual. No caso de concessões, é necessário, junto com os requisitos legais, uma decisão do presidente da República.

A Folha apurou que o governo quer uma saída definitiva: a venda da Manchete. Por isso, está disposto a conversar com outros grupos que estejam interessados. Em último caso, a concessão seria cassada.

O passivo total da TV Manchete, segundo a Folha apurou junto a técnicos do ministério, está entre R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões. Os R\$ 500 milhões que têm sido divulgados pela imprensa se referem ao grupo Bloch como um todo, incluindo gráficas e outras empresas. O governo pretende cuidar apenas

da parte que cabe ao ministério, a de concessão de TVs.

Com cerca de R\$ 20 milhões, a área técnica do governo estima que um grupo possa pagar os salários atrasados e ter caixa para tocar a empresa por um período de dois meses. Avalia-se que com 30% do valor do passivo, é possível que um grupo assumira a Manchete. O resto das dívidas com o governo e com fornecedores privados poderia ser rolado mediante negociação.

A Folha apurou que o governo duvida da capacidade da Renascer para tocar a TV e que tem preferência por um grupo com capacidade financeira e com experiência na área de comunicações. Haveria um consórcio em formação, que teria dado sinais ao governo de que está interessado na Manchete.

Uma das principais preocupações do governo é o acerto dos salários atrasados dos funcionários. Os compradores deverão se comprometer a resolver toda a parte trabalhista.

Telefone ajuda a bancar o contrato

ERIKA SALLUM
IVAN FINOTTI
da Reportagem Local

A Igreja Renascer criou três números de telefone especialmente para os fiéis ajudarem a pagar o arrendamento da Rede Manchete.

É a versão telefônica do "Desafio Josué - A Conquista da Terra Prometida" —desafio é uma forma de coleta de dinheiro que coloca o fiel em uma posição de desafiar Deus a lhe dar a graça.

O fiel pode contribuir com R\$ 10 (0800-7010-10), R\$ 25 (0800-7010-25) ou R\$ 50 (0800-7010-50). Em uma gravação, a bispa Sônia Hernandes, fundadora da Renascer, agradece a ligação, sem informar a

finalidade da contribuição nem como a conta será cobrada.

O telefone é divulgado em programas da Renascer, nos quais também não é mencionado que a arrecadação servirá para pagar o arrendamento da Manchete. Mas, no telefone de informações da igreja, atendentes esclarecem que os números 0800 são destinados especificamente ao "Josué".

Segundo uma funcionária, quando uma pessoa liga para esse número, seu telefone é cadastrado pela igreja. Posteriormente, um atendente da Renascer retorna o telefonema, solicitando seu endereço, para que seja enviado um carnê de pagamento bancário.

No início do ano, a Manchete assinou acordo com a Rede Gospel de Comunicações (empresa responsável pelos programas de TV da Renascer). Segundo ele, a igreja passa a criar, produzir e comercializar a programação da emissora. Em troca, a Renascer deve pagar um arrendamento de R\$ 4,8 milhões por mês à Manchete.

Existe também, há anos, o "Desafio Gideões", que ajuda a igreja a manter suas rádios, a TV paga, os programas da Manchete e diversas obras assistenciais.

Procurado pela Folha, o apóstolo Estevam Hernandes, criador da Renascer ao lado de Sônia, não foi encontrado.

A Rede Manchete, ano a ano

1983 ■ 5 de Junho - Às

19h02, Adolpho Bloch, 74, inaugura a TV Manchete com um discurso, seguido pelo logotipo da rede aterrissando no Rio de Janeiro. O investimento inicial é de US\$ 40 milhões.

1984 ■ março -

Ultrapassa a audiência da Globo pela primeira vez, na transmissão do Carnaval

1985 ■ Perde Xuxa,

mas cria nova revelação: Angélica

1986 ■ março - "Dona

Beija", segunda novela da Manchete, tem picos de 742 pontos de audiência no Rio. Em São Paulo, não

ultrapassa média de 6 pontos. A novela custou US\$ 2 milhões
■ setembro - Primeira greve por reajuste salarial

1987 ■ março - Na

segunda-feira de Carnaval, chega à 53 pontos contra 33 da Globo, no Rio

1988 ■ Junho - O

governador paulista Orestes Quércia solicita a Bloch Sigelman, diretor da rede e sobrinho de Adolpho Bloch, para comprar parte da Manchete

■ Julho - Em entrevista,

Adolpho Bloch afirma que as dívidas da Manchete não passam de US\$ 7 milhões. Elas representam um sétimo do patrimônio da televisão

1989 ■ março - O

empresário Artur Falk estuda compra de parte da Manchete. Bloch teria pedido US\$ 350 milhões pela rede. A dívida estaria em US\$ 34 milhões

1990 ■ Janeiro - Ao custo

de US\$ 20 milhões, a rede inaugura sede em São Paulo, em prédio de 8 mil metros quadrados projetado por Oscar Niemeyer. O departamento

comercial é transferido para a cidade. A ideia é faturar mais no mercado publicitário paulistano, o maior do país

■ fevereiro - A Manchete anuncia investimento de

US\$ 50 milhões na

programação no ano. "Pantanal" é orçada em US\$ 7 milhões. O objetivo declarado é se tornar a segunda emissora em audiência em São Paulo

■ março - "Pantanal" estreia em 27 de março. Em abril, já supera a audiência da Globo. Em maio, atinge 42 pontos em São Paulo. A

novela aumenta em 20% o faturamento da rede

1991 ■ Janeiro - A emissora

passa a produzir diversas minisséries e novelas de alto custo, como "A História de Ana Raio e Zé Trovão", que teve gravações em diversos Estados do país

■ março - O deputado Paulo Octávio de Oliveira é eleito governador do Rio de Janeiro. O deputado

entre eles, João Carlos de Góes, dos Cursos Objetivo, na compra da

Rede Manchete

■ agosto - Bloch afirma à imprensa: "Eu vendo a Manchete na mesma hora, para o primeiro que colocar na minha mão um cheque de US\$ 200 milhões". O

deputado Paulo Octávio de Oliveira é eleito governador do Rio de Janeiro. O deputado

entre eles, João Carlos de Góes, dos Cursos Objetivo, na compra da

federal José Luis Clerot (PMDB - PB) afirma, no plenário, que as dificuldades de Bloch para renegociar sua dívida com o BB são uma forma de pressioná-lo a vender a emissora

■ outubro - O deputado Paulo Octávio de Oliveira é eleito governador do Rio de Janeiro. O deputado

entre eles, João Carlos de Góes, dos Cursos Objetivo, na compra da

1992

1992 **1º janeiro** - A emissora começa o ano em penúltimo lugar na audiência em São Paulo. Mas seu faturamento no ano anterior foi o terceiro maior, de US\$ 100 milhões. A Manchete abate 10% de suas dívidas com o Banco do Brasil em troca de comerciais a serem exibidos na novela "Amazônia". Mais tarde, figurantes dessa novela seriam cortados para reduzir custos.

1º maio - Bloch afirma que está pagando juros sobre juros de suas dívidas. A IBF

Formulários) estuda a compra da TV Comandado por Hamilton Lucas de Oliveira, o grupo detém 40% da TV UHF Jovem Pan. Denúncias de Pedro Collor de Mello de que a IBF teria pago 22% de comissão a PC Farias para ganhar uma licitação superfaturada para a Imprensa de raspadinha para a Caixa Econômica Federal atrapalham as negociações.

1º junho - A IBF compra a Rede Manchete por US\$ 110 milhões, sendo US\$ 20

milhões para os Bloch e US\$ 90 milhões em dívidas. Segundo o contrato, a IBF passa a deter 49% da emissora e seu controle administrativo. Após pagas as dívidas, Bloch transferiria os 51% restantes.

1º julho - A IBF demite 670 dos 2.600 funcionários da emissora no Rio.

1º setembro - Uma bomba caseira explode no banheiro do sexto andar do sede da Manchete, no Rio. Ninguém é ferido.

1º novembro - Artistas deixam de receber salário

1993

1º janeiro - Paulo entra em greve por falta de pagamento.

1º fevereiro - "Vou sair do vermelho em três meses" afirma Hamilton Lucas de Oliveira, proprietário da IBF e da Manchete.

1º março - Funcionários da Manchete do Rio tiram a emissora do ar por um dia.

1º maio - O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) entra na Justiça contra a emissora, que deve à US\$ 1,6 milhão à Previdência. O Banco do Brasil afirma ter US\$ 30 milhões a receber. Hamilton Lucas de Oliveira, dono da IBF, é objeto de duas CPIs, uma sobre seu envolvimento no esquema PC e outra sobre a compra supostamente irregular de 40% da TV Jovem Pan.

1º abril - O presidente Itamar Franco cancela a



1º maio - Hamilton Lucas de Oliveira entra na Justiça para reaver a emissora. Afirma que as dívidas da Manchete eram o dobro do declarado. Cinco meses depois, a Justiça nega o recurso.

1º junho - A IBF compra a TV UHF Jovem Pan por US\$ 110 milhões. Três empresas (uma que fornece material de limpeza; outra de fitas de vídeo e uma distribuidora) pedem a falência da emissora.

1º julho - 40 funcionários invadem a Manchete de São Paulo no dia 16 e, durante 15 horas, colocam no ar depoimentos de grevistas e cartazes com reivindicações salariais.

1º agosto - A venda da TV Manchete para a CUT (Central Única dos Trabalhadores) se prontifica a ficar com a TV, que seria transformada numa fundação. Mas, no dia 23, uma medida cautelar devolve a Manchete ao grupo Bloch. Adolpho Bloch afirma que, dos US\$ 110 milhões combinados, só US\$ 8,7 milhões foram pagos. Em comunicado à imprensa, Bloch escreve: "Noventa por cento de minhas dívidas foram resultantes de juros acumulados, cuja taxa de



1994

1º março - O vice-presidente Oscar Bloch Sigelman e o superintendente Pedro Jack Kapeller, sobrinhos de Adolpho Bloch, são acusados de não repassar dinheiro do fundo de

garantia e de contribuição previdenciária. Ambos têm prisão administrativa decretada.

1º outubro - O INSS vai à Justiça tentar receber US\$ 10 milhões da Manchete.



1995

1º janeiro - A Manchete afirma dever US\$ 100 milhões ao governo federal e cria a produtora Independente Bloch, Som e Imagem para produzir novelas. A primeira é "Tocaia Grande", a um custo de R\$ 9 milhões.

1º fevereiro - Oscar Bloch Sigelman, vice-presidente da emissora, morre de enfarte no Rio aos 71 anos.

1º maio - O grupo Bloch é proibido pela Justiça de vender bens por causa de uma dívida de R\$ 80 milhões com o Banco do Brasil.

1º novembro - Adolpho Bloch morre em São Paulo, aos 87, durante cirurgia cardíaca. Seu sobrinho, Pedro Jacques Kapeller, assume a presidência do grupo.

1996

1º outubro - O Ministério das Comunicações confirma o afastamento de Hamilton Lucas de Oliveira da TV Jovem Pan após a CPI da Câmara ter considerado "inidônea" a compra da TV.

1º dezembro - A Manchete fecha o ano com um faturamento de R\$ 250 milhões.

1997

1º setembro - Especula-se a compra da Manchete por Gugu Liberato, apresentador do SBT.

1º dezembro - A emissora fecha o ano com um faturamento de R\$ 120 milhões.

1998

1º setembro - A emissora deixa de pagar parte dos salários integrais no dia 11. Funcionários de diversos Estados resolvem entrar em greve. No dia 30, a Manchete demite 36% de seu pessoal (540 dos cerca de 1.500 funcionários).

1º outubro - Hamilton Lucas de Oliveira, do grupo IBF, articula a retomada da emissora. Os funcionários decidem entrar em greve por tempo indeterminado. A Embatel reduz o número de canais de satélite para a Manchete por falta de pagamento. Trinta atores da novela "Brida" entram na Justiça do Trabalho

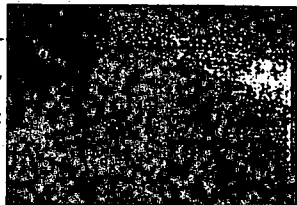
para receber os salários de setembro. No dia 22, Oliveira afirma que, se voltasse, poderia pagar os salários. No dia 26, "Brida" termina sem final.

1º novembro - O banco Pactual admite publicamente que procura comprador para a Rede Manchete. A dívida ultrapassa os R\$ 200 milhões.

1º dezembro - O presidente Pedro Kapeller afirma que "a empresa que assumir nossas dívidas e pagar os salários atrasados leva a Manchete". No dia 11, 20 funcionários grevistas tomam a torre de transmissão da TV em São

Paulo e colocam no ar mensagens como "Estamos passando fome" e "Não recebemos salários há três meses".

No dia 17, a Justiça do Rio diz que Hamilton Lucas de Oliveira não tem direito à emissora e o condena a pagar 50 mil salários mínimos (R\$ 6,5 milhões) por danos morais aos Bloch. No dia 22, sai do ar o "Jornal da Manchete". No dia 28, o banco Pactual deixa as negociações



1999

1º janeiro - A Igreja Renascer em Cristo, através de sua produtora RGC, assume o controle da Rede Manchete mediante pagamento mensal de R\$ 4,8 milhões. A Igreja passa a produzir todos os programas e a vender os espaços comerciais, mas não paga os funcionários atrasados em quatro meses. No dia 13, o ministro das Comunicações, Pimenta da

Veiga, diz que prefere que outro grupo assumia a Rede Manchete. Dois dias depois, Pedro Kapeller afirma ao ministro que pagará os salários atrasados em 90 dias e diz que "interromper esse acordo (com a Renascer) seria voltar à estaca zero, com o agravamento da situação de pagamento dos funcionários e dívidas fiscais e bancárias".



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, as seguintes informações:

Tendo em vista o resultado da Concorrência Internacional 03/97 para a aquisição de equipamentos para o "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários" informar

1) A Comissão Especial de Licitação habilitou, no grupo 35 Ventiladores, duas empresas estrangeiras, Nissho Iwai do Brasil S.A. e Siemens Aktiengesellschaft, e desclassificou empresas brasileiras, dentre elas, a Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., empresa pioneira certificada com ISO 9002 e exportadora de equipamentos. A empresa brasileira afirma que, em fases anteriores do julgamento, não foram analisadas as manifestações apresentadas, em 30 de junho e 11 de agosto de 1998, quanto às questões técnicas, tendo sido essas manifestações anexadas e ignoradas. Porque não foram dadas respostas a essas manifestações que levantavam questões fundamentais para a lisura do processo licitatório?

2) A empresa Intermed apresentou os Recursos Administrativos de números 23000.010918/98-11, 23000.010919/98-11, 23000.010920/98-11, em novembro de 1998, alegando ter atendido aos requisitos das especificações técnicas e apresentar custos inferiores aos similares estrangeiros, enquanto que as concorrentes estrangeiras apresentam produtos em desconformidade com os requisitos técnicos exigidos no edital. O juiz Federal Antônio Corrêa, titular da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinou que a Comissão de Licitação paralisasse os atos designados para o dia 5 de janeiro de 1999, pelo período de trinta dias, quando poderão ser apresentadas justificações e revista a decisão da Comissão. Considerando o alto valor da transação para a aquisição dos equipamentos, durante esse período pretende o Ministério da Educação consultar os sindicatos patronais, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e outras autoridades que estejam relacionados com a questão, seja pela possibilidade de incremento tecnológico nacional, de geração de empregos e de equilíbrio da balança comercial?

3) A empresa Zerk Aparelhos de Precisão Ltda. apresentou recurso contra a decisão de compra do equipamento Inter 5 da Intermed por meio da Tomada de Preços 16/98 HGSMDB – Proc. O Hospital Geral São Mateus Dr. Manoel Bifulco, em São Paulo, capital, apreciou o recurso e emitiu parecer, publicado no **Diário Oficial do Estado de São Paulo** de 10 de outubro de 1998, manifestando-se contra a Zerk, representante do ventilador Cross Vent. O Hospital alerta para o fato de o equipamento "ventilador com pressão constante em ASSIST" não dispor de Pressão Suporte, dispositivo também ausente no equipamento similar da Nissho Iwai, mas que deveria estar presente satisfazer as exigências do item 1.012 da Concorrência ora em discussão. Tal decisão diverge daquela tomada pela Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto por ocasião da Concorrência Internacional nº 3/97. Como explicar tal discrepância em duas decisões similares e baseadas na mesma legislação?

4) Tendo em vista que 50% dos equipamentos do Edital da Concorrência Internacional nº 3/97, estimado em 100 e 300 milhões de dólares, poderiam ser fornecidos pela indústria brasileira e levando-se em conta o déficit da balança comercial e as elevadas

taxas de desemprego registradas no País, em que medida o Ministério da Educação vem colaborando com o Governo na retomada do crescimento econômico e no estímulo às indústrias nacionais, conforme prega o Programa Especial de Exportação? De que forma a decisão tomada pela Comissão Especial de Licitação está em conformidade com o caput do art. 42 da Lei nº 8.666 que dispõe:

"Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes?"

Justificação

No dia 5 de janeiro de 1999, foram abertas as propostas comerciais da Concorrência Internacional Mec/Sesu nº 3/97. Duas empresas estrangeiras, a Nissho Iwai do Brasil S.A. e a Siemens Aktiengesellschaft, foram selecionadas para atender a uma das maiores aquisições de equipamentos feitas pelo Ministério da Educação, estimada em 300 milhões de dólares. Empresas brasileiras foram inabilitadas sob a alegação de não atenderem a especificações técnicas.

Uma das empresas desclassificadas, a Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., que exporta os mesmos equipamentos objetos de edital da Concorrência Internacional nº 3/97, apresentou recursos administrativos alegando ter atendido aos requisitos das especificações técnicas e apresentar custos inferiores aos similares estrangeiros, enquanto que as concorrentes estrangeiras apresentaram produtos em desconformidade com os requisitos técnicos exigidos no edital.

Conforme documentos enviados ao meu gabinete, uma das empresas estrangeiras, a Nissho Iwai, recém-constituída no Brasil, não possui produtos instalados em nenhum centro de referência aqui no exterior. Todavia, recebeu pontuação máxima nos quesitos "especificação técnica", "adequação aos interesses didático e científico", "instalação e treinamento técnico operacional" e "serviços de assistência técnica e manutenção". Além disso, ainda de acordo com a referida documentação, um dos equipamentos oferecidos pela Nissho Iwai não cumpre requisitos de item do Edital, qual seja "ventilação com pressão constante em ASSIST", já que não possui o dispositivo "Pressão Suporte". Cabe ressaltar que a falta de tal dispositivo levou à desclassificação da empresa Zerk Aparelhos de Precisão, na Tomada de Preços nº 16/98 HGSMDB – Proc, realizada pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Considerando a discrepância entre a decisão da Comissão Especial de Licitação do Ministério da Educação e a da Secretaria de Saúde com relação à falta do referido dispositivo, faz-se necessário ao MEC explicar detalhadamente sua posição para que não paire dúvidas a respeito da lisura da Concorrência Internacional nº 3/97.

Como no Brasil empresas fabricam os equipamentos constantes da Concorrência em questão e tendo em vista o elevado déficit comercial e o desaquecimento de nossa economia, é mister que o Governo estimule a indústria nacional, gerando, assim, empregos e incentivando o crescimento do País. As informações aqui solicitadas são de grande importância para que o Senado Federal possa melhor avaliar a implementação das políticas governamentais e a utilização dos recursos públicos.

Sala das Comissões, 14 de janeiro de 1999. – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) –
V. Exa. será atendido na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 31, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma do art. 222 do Regimento Interno, um voto de aplauso aos diretores e atores do filme "Central do Brasil", especialmente ao diretor Walter Salles, à atriz Fernanda Montenegro e ao ator mirim Vinícius, pelo prêmio Globo de Ouro, pelos êxitos alcançados em sua trajetória dentro e fora do Brasil e o feito de ensinar o reconhecimento internacional ao valor da cultura brasileira.

Justificação

Na madrugada desta segunda-feira, 26 de janeiro, a cultura e o talento brasileiro ganharam um prêmio e o olhar do mundo inteiro.

"Central do Brasil", filme de Walter Salles que já acumula muitos prêmios no exterior, ganhou o Globo de ouro de melhor filme estrangeiro em Los Angeles nos Estados Unidos.

Ganhamos juntos com Fernanda Montenegro, Walter Salles, Vinícius, o ator mirim do filme e o Brasil que o filme carrega consigo, emocionando com sua história pessoas de países tão diferentes pelo mundo afora.

O nosso País, às vezes subestimado e com tantas dificuldades sendo tão bem recebido e premiado revive em nós o orgulho, a importância, o valor e a riqueza que possuímos.

A cultura brasileira vem de uma grande mistura histórica.

Descobridores portugueses, índios, negros e imigrantes que vieram em busca de uma terra prometida, ainda desconhecida, de sonhos e oportunidades.

Todos estes povos ajudaram a construir e formar o que hoje é o povo brasileiro.

A cultura é fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação. Juntamente com a economia e fatores sociais ela alavanca a cidadania de um povo.

Cultura, lazer e turismo são também mercados promissores e lucrativos, nos quais o Brasil precisa se integrar e se consolidar.

Nestes tempos de globalização não só as economias buscam se integrar, mas as culturas de diferentes países precisam se conhecer e se unir da melhor forma possível.

O cinema, como uma forma de arte e de expressão, pode ser mostrado aonde se desejar.

Através do filme "Central do Brasil" e de outros que venham a ser exibidos lá fora, o nosso país é levado para todo o mundo.

A história do nosso povo, paisagem ricas e diversas, religiosidade, folclore, tradições, a língua-pátria e a possibilidade de não sermos mais conhecidos e lembrados somente pelo futebol e o carnaval, mas pela variada riqueza deste imenso país.

Ao apresentar requerimento de aplauso ao diretor e aos atores de "Central do Brasil", quero lembrar as palavras de Walter Salles, ao dizer que "Nesta época em que o país atravessa um de seus mais difíceis momentos, é importante que o setor cultural possa mostrar a sua vitalidade, seu senso de realização".

Estou convencido, Sr. Presidente, de que essa vitalidade cultural produzirá outros grandes filmes que igualmente receberão o reconhecimento nacional e internacional.

Sala das Sessões, 28 de janeiro de 1999. — Senador **Francelino Pereira**.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) — O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que é lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 32, DE 1999

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas, pelo Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, as seguintes informações:

Tendo em vista o resultado da Concordância Internacional nº 3/97 para a aquisição de equipamentos para o "Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários" informar:

1) A Comissão Especial de Licitação habilitou, no grupo 35 Ventiladores, duas empresas estrangeiras, Nissho Iwai do Brasil S.A. e Siemens Aktiengesellschaft, e desclassificou empresas brasileiras, dentre elas, a Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., empresa pioneira certificada com ISO 9002 e exportadora de equipamentos. A empresa brasileira afirma que, em fases anteriores do julgamento, não foram analisadas as manifestações apresentadas, em 30 de junho e 11 de agosto de 1998, quanto às questões técnicas, tendo sido essas

manifestações anexadas e ignoradas. Por que não foram dadas respostas a essas manifestações que levantavam questões fundamentais para a lisura do processo licitatório?

2) A empresa Intermed apresentou os Recursos Administrativos de números 23000.010918/98-11, 23000.010919/98-11, 23000.010920/98-11, em novembro de 1998, alegando ter atendido aos requisitos das especificações técnicas e apresentar custos inferiores aos similares estrangeiros, enquanto que as concorrentes estrangeiras apresentaram produtos em desconformidade com os requisitos técnicos exigidos no edital. O Juiz Federal Antônio Corrêa, titular da 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, determinou que a Comissão de Licitação paralisasse os atos designados para o dia 5 de janeiro de 1999, pelo período de trinta dias, quando poderão ser apresentadas justificações e revista a decisão da Comissão. Considerando o alto valor da transação para a aquisição dos equipamentos, durante esse período pretende o Ministério da Educação consultar os sindicatos patronais, o Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio e outras autoridades que estejam relacionadas com a questão, seja pela possibilidade de incremento tecnológico nacional, de geração de empregos e de equilíbrio da balança comercial?

3) A empresa Zerk Aparelhos de Precisão Ltda. apresentou recurso contra a decisão de compra do equipamento Inter 5 da Intermed por meio da Tomada de Preços nº 16/98 HGSMDB – Proc. O Hospital Geral São Mateus Dr. Manoel Bifulco, em São Paulo, Capital, apreciou o recurso e emitiu parecer, publicado no **Diário Oficial** do Estado de São Paulo, de 10 de outubro de 1998, manifestando-se contra a Zerk, representante do ventilador Cross Vent. O Hospital alerta para o fato de o equipamento "ventilador com pressão constante em ASSIST" não dispor de "Pressão Suporte", dispositivo também ausente no equipamento similar da Nissho Iwai, mas que deveria estar presente para satisfazer as exigências do item 1012 da Concorrência ora em discussão. Tal decisão diverge daquela tomada pelo Comissão Especial de Licitação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto por ocasião da Concorrência Internacional nº 3/97. Como explicar tal discrepância em duas decisões similares e baseadas na mesma legislação?

4) Tendo em vista que 50% dos equipamentos do Edital da Concorrência Internacional nº 3/97, estimado em 100 a 300 milhões de dólares, poderiam ser fornecidos pela indústria brasileira e levando-se

em conta o déficit da balança comercial e as elevadas taxas de desemprego registradas no País, em que medida o Ministério da Educação vem colaborando com o Governo na retomada do crescimento econômico e no estímulo às indústrias nacionais, conforme prega o Programa Especial de Exportação? De que forma a decisão tomada pela Comissão Especial de Licitação está em conformidade com o **caput** do art. 42 da Lei nº 8.666 que dispõe:

"Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes?"

Justificação

No dia 5 de janeiro de 1999, foram abertas as propostas comerciais da Concorrência Internacional MEC/SESU nº 3/97. Duas empresas estrangeiras, a Nissho Iwai do Brasil S.A. e a Siemens Akiengesellschaft, foram selecionadas para atender a uma das maiores aquisições de equipamentos feitas pelo Ministério da Educação, estimada em 300 milhões de dólares. Empresas brasileiras foram inabilitadas sob a alegação de não atenderem a especificações técnicas.

Uma das empresas desclassificadas, a Intermed Equipamento Médico Hospitalar Ltda., que exporta os mesmos equipamentos objetos do edital da Concorrência Internacional 3/97, apresentou recursos administrativos alegando ter atendido aos requisitos das especificações técnicas e apresentar custos inferiores aos similares estrangeiros, enquanto que as concorrentes estrangeiras apresentaram produtos em desconformidade com os requisitos técnicos exigidos no edital.

Conforme documentos enviados ao meu gabinete, uma das empresas estrangeiras, a Nissho Iwai, recém constituída no Brasil, não possui produtos instalados em nenhum centro de referência aqui ou no exterior. Todavia, recebeu pontuação máxima nos quesitos "especificação técnica", "adequação aos interesses didático e científico", "instalação e treinamento técnico operacional" e "serviços de assistência técnica e manutenção". Além disso, ainda de acordo com a referida documentação, um dos equipamentos oferecidos pela Nissho Iwai não cumpre requisitos de item do Edital, qual seja, "ventilação com pressão constante em ASSIST", já que não possui o dispositivo "Pressão Suporte". Cabe ressaltar que a falta de tal dispositivo levou à desclassificação da empresa, a Zerk Aparelhos de Precisão,

na Tomada de Preço 16/98 HGSMDB – Proc., realizada pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Considerando a discrepância entre a decisão da Comissão Especial de Licitação do Ministério da Educação e a da Secretaria de Saúde com relação a falta do referido dispositivo, faz-se necessário ao MEC explicar detalhadamente sua posição para que não paire dúvidas a respeito da lisura da Concorrência Internacional 03/97.

Como no Brasil empresas fabricam os equipamentos constantes da Concorrência em questão e tendo em vista o elevado déficit comercial e o desaquecimento de nossa economia, é mister que o Governo estimule a indústria nacional, gerando, assim, empregos e incentivando o crescimento do país. As informações aqui solicitadas são de grande importância para que o Senado Federal possa melhor avaliar a implementação das políticas governamentais e a utilização dos recursos públicos.

Sala das Comissões, 14 de janeiro de 1999. – Senador **Eduardo Suplicy**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – O requerimento será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, comunicação que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

São lidas as seguintes:

Brasília, 28 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Comunico-lhe, para os devidos fins, o meu desligamento do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, e minha filiação ao Partido Democrático Trabalhista – PDT, cuja bancada passo a integrar, nesta Casa, a partir de hoje. – Senador **Jefferson Péres**.

Brasília, 28 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Dirijo-me a vossa Excelência, para informar, nos termos regimentais, que a partir desta data passo a integrar a bancada do PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – As Comunicações lidas vão à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Levy Dias.

São lidos os seguintes:

OF. 9/99 GLPDT

Brasília, 28 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que a partir desta data componho a Bancada do Partido Democrático Trabalhista – PDT, ao qual me filiei.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, Senador **Jefferson Péres**.

OF. 10/99 GLPDT

Brasília, 28 de janeiro de 1999

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que a partir desta data o Excelentíssimo Senhor Senador Jefferson Péres filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista – PDT.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente, Senador **Sebastião Rocha**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Os ofícios lidos vão à publicação.

O SR. EDUARDO SUPLCY (Bloco/PT – SP) – Em consequência, Sr. Presidente, o Bloco de Oposição conclui esta Legislatura com 13 Srs. Senadores, com a entrada do Senador Jefferson Péres no PDT.

S. Ex^a é bem vindo!

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – A Presidência informa aos Srs. Senadores que a posse dos Senadores eleitos e a eleição da Mesa será realizada no próximo dia 1º de fevereiro, às 15 horas, e que a instalação dos trabalhos da sessão legislativa ordinária da 51ª Legislatura será realizada no dia 22 de fevereiro, às 16 horas, no Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Mauro Miranda, Odacir Soares, Abdias Nascimento, Freitas Neto e Paulo Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a biodiversi-

dade é a expressão múltipla e multifacetada do espetáculo da vida no planeta Terra. Difícil é, diante dela, conter a admiração; impõe-se, no entanto, mais que isso, tomar consciência dos efeitos da ação humana sobre o destino das demais espécies vivas, para que se possa, enquanto há tempo, alterar substancialmente a relação dos seres humanos com o meio ambiente.

A diversidade biológica compreende a variedade das espécies da fauna, da flora e de microrganismos, juntamente com a variedade genética dentro das espécies e populações. Abrange ainda a multiplicidade de comunidades, habitats e ecossistemas formados pelos organismos.

A biodiversidade é fundamental para o equilíbrio e estabilidade dos ecossistemas. Reveste-se, ainda, de imensa significação econômica para o ser humano, que se estende das práticas tradicionais que fazem uso dos recursos biológicos, como o extrativismo vegetal e animal e a agropecuária, até utilizações cujo potencial mal começa a se avaliar, como as relacionadas aos recentes avanços da biotecnologia. É enorme a importância para o bem-estar da humanidade de fenômenos naturais tais como a regulação da composição química da atmosfera e do clima ou a absorção e reciclagem de resíduos, entre tantos outros dos quais mal tomamos consciência enquanto fatores econômicos. Um grupo de cientistas de vários países, coordenado por Robert Costanza, procurou inferir o valor anual dos serviços prestados pelos sistemas ecológicos, correspondente ao que seria necessário prover com ações humanas para substituí-los, chegando, assim, a uma estimativa média de 33 trilhões de dólares por ano, quase o dobro do Produto Bruto Mundial.

Embora essa abordagem puramente econômica apresente considerável relevância, é certo que a importância da biodiversidade é, antes de tudo, iminente, está nela mesma, sem necessidade de outra justificação, cabendo à espécie humana a grande responsabilidade de zelar para que seja preservada, uma vez que a nossa é a única espécie capaz de reduzir drasticamente a biodiversidade, o que de fato ocorrerá, caso não haja significativas mudanças em seu comportamento.

O Brasil é o primeiro país signatário da Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, a qual foi aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em junho de 1992. A Convenção entrou em vigor a partir de 29 de dezembro de 1993, data em que se passou a comemorar o Dia Mundial

da Biodiversidade, sendo a adesão brasileira ratificada pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 2 de 1994.

A Convenção sobre Diversidade Biológica, já ratificada por mais de 120 países, traz importantes inovações em seus conceitos, objetivos e métodos. Em primeiro lugar, pretende abranger todos os componentes da diversidade biológica e não apenas alguns, estabelecendo como objetivos a conservação in situ e ex situ da biodiversidade, assim como a utilização sustentável dos seus recursos, com justa repartição dos benefícios resultantes. No que se refere ao modo de implementar tais objetivos, é fundamental a sua constatação dos papéis diferenciados que devem assumir os países ricos consumidores dos recursos da biodiversidade e os países que os mantêm e os fornecem, quase todos em processo de desenvolvimento. É importante que sejam partilhados não apenas os benefícios da utilização da biodiversidade, como também os altos custos de sua conservação. Os países desenvolvidos, portanto, devem assumir sua responsabilidade no financiamento das iniciativas que promovem a preservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, sem que isso implique – e este é outro princípio acertadamente adotado pela Convenção – que qualquer país alvo dessas iniciativas perca seu pleno direito à autodeterminação.

É o Brasil o país que apresenta a maior diversidade biológica, compreendendo em torno de 10 a 20% de todas as espécies de vida no planeta. O Brasil possui o maior número de espécies vegetais: 55 mil ou 22% do total. Somos o terceiro país em número de aves (1.622), o segundo em número de anfíbios (517), o primeiro em número de mamíferos (524) e em peixes de água doce (mais de 3.000). O grau de endemismo da biodiversidade brasileira é também elevado: 25% dos vertebrados existentes no Brasil desenvolvem-se apenas em nosso território. Também é notável a variedade de ecossistemas existentes em terras e águas brasileiras.

A dimensão da diversidade biológica no Brasil ainda é precariamente conhecida, havendo necessidade de um número muito maior de especialistas e de grupos de pesquisa para que possamos avaliá-la melhor, embora talvez jamais cheguemos a cabo de tal tarefa. Apenas no bioma do Cerrado, foram relatadas, na década de 1990, três novas espécies e um novo gênero de mamífero. Em uma coleta realizada recentemente nos afluentes do rio Arinos, na Bacia do Tapajós, 60% das espécies de peixes eram desconhecidas para a ciência. Para não falarmos nas

milhares e milhares de espécies de insetos que esperam sua vez de ser catalogadas.

A megabiodiversidade brasileira não deve tornar-se pretexto para algum tipo de ufanismo ecológico; significa, antes, uma grande responsabilidade para o nosso País, mesmo que essa responsabilidade possa e deva ser partilhada com outros países. Todos os principais biomas brasileiros defrontam-se com sérias ameaças à sua integridade. Da Mata Atlântica, onde iniciou-se o processo de ocupação predatória, conservam-se apenas 9% da área originária. A expansão agropecuária na área do Cerrado, acelerada nas últimas décadas, já acarretou a perda de 40% da vegetação natural. A Caatinga, cuja área remanescente corresponde a menos da metade da originária, começa a apresentar áreas de desertificação. Embora ainda disponha de 85% de áreas naturais preservadas, a Amazônia enfrenta uma taxa de desmatamento elevada, situada em torno de 0,5% ao ano, além dos problemas das queimadas, da exploração madeireira e dos danos do garimpo ao sistema aquático. Os ecossistemas da Zona Costeira e Marinha também deparam-se com várias ameaças, relacionadas à ocupação imobiliária e ao turismo desordenados, à sobrepesca e à poluição dos mangues e estuários. A lista oficial brasileira de espécies sob risco de extinção, elaborada pelo IBAMA, relaciona 100 espécies de plantas e 228 de animais.

A consciência ecológica vem aumentando consistentemente em nosso País, podendo ser adotada como marco a promulgação da Constituição Federal em 1988, com todo um capítulo avançado e consequente sobre o Meio Ambiente. O compromisso de proteger a biodiversidade brasileira, de acordo com as diretrizes da CDB, vem orientando uma série de ações institucionais. Um conceito-chave para o desenvolvimento dessas ações é o de parceria, envolvendo tanto o Governo Brasileiro como o setor acadêmico e científico, organizações não governamentais ambientalistas e o setor empresarial privado, além de instituições de financiamento estrangeiras. Podemos ressaltar, nesse sentido, a criação do Programa Nacional da Diversidade Biológica – PRONABIO, com recursos do Governo Brasileiro e do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), em cujo âmbito surgiram dois importantes projetos: o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – PROBIO e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – FUNBIO, cada um deles apoiando iniciativas julgadas prioritárias e consistentes dos setores governamental, acadêmico e empresarial, bem como de ONGs.

Ações das mais importantes para preservar a biodiversidade em seu estado natural, ou in situ, têm sido as de estruturar e manter o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, compreendendo unidades de proteção integral, a saber, os Parques Nacionais, as Reservas Biológicas, as Reservas Ecológicas, as Estações Ecológicas e as Áreas de Relevante Interesse Ecológico, as quais correspondem a 2,61% do território nacional; bem como unidades parcialmente protegidas, onde se admite a exploração controlada dos recursos naturais, representada pelas Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais e as Reservas Extrativistas, consistindo em 5,52% do território do País. Mais da metade dessa área protegida, alcançando 39 milhões de hectares, é constituída pelas Unidades de Conservação federais, correspondendo o restante aos sistemas estadual e municipal, bem como a unidades mantidas por empresas privadas, por organizações não-governamentais, por pessoas físicas, por universidades e institutos de pesquisa. Devemos ainda acrescentar a significativa área ocupada pela terras indígenas, estando já demarcadas, homologadas ou registradas 61 milhões de hectares, ou 7% do território brasileiro. E, por fim, as reservas florestais legais, área das propriedades particulares rurais onde deve ser mantida a cobertura vegetal nativa, correspondendo a 20% da área total das propriedades, exceto na Amazônia, onde a reserva de 50% foi ampliada, em 1996, para 80% da área total, por força de medida provisória.

É evidente que a mera homologação dessas áreas de conservação e de posse indígena não assegura a preservação da biodiversidade, sendo necessário mantê-las permanentemente a salvo dos riscos de incêndios e de invasões motivadas por interesses econômicos, como as de garimpeiros e madeireiros, assim como controlar as atividades de utilização sustentável onde elas são permitidas.

A visão puramente conservacionista não é suficiente para enfrentarmos a complexa problemática do meio ambiente nessa altura da história. Ao contrário, é preciso estender um ponto de vista ecológico ao conjunto das ações humanas, fazendo com que as diversas atividades econômicas pautem-se pelos princípios do não-desperdício, da reciclagem, da utilização racional e não-predatória dos recursos naturais, em suma, pela lógica do desenvolvimento sustentável. Assim é que uma política de manutenção da biodiversidade têm apresentado interfaces com as políticas para diversos setores econômicos, como o agrícola, o pesqueiro, o elétrico, o mineral e

o turístico, traduzindo-se em diretrizes, restrições e normas para o desenvolvimento de suas atividades. A utilização sustentável dos recursos da biodiversidade não apenas garante a permanência de diversas atividades econômicas ao longo do tempo, como abre outras frentes e possibilidades de produção de riquezas. Citemos apenas a crescente importância do ecoturismo; a indústria químico-farmacêutica, cujos produtos derivados da diversidade biológica movimentam um valor estimado em US\$ 200 bilhões por ano; e, ainda, a utilização de biotecnologias visando ao aumento da produtividade agrícola.

Não podemos paralisar as ações humanas, mas podemos e devemos modificá-las, garantindo um relacionamento harmônico com o meio ambiente. O quanto antes adotarmos estratégias de desenvolvimento sustentável melhor será para a preservação do tesouro, por definição inestimável, da diversidade dos seres vivos. O Brasil, que foi generosamente aquinhado com uma magnífica biodiversidade, apenas começou a dar alguns importantes passos nesse caminho.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB - GO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho trazer ao conhecimento desta Casa um fato político que entristeceu e envergonhou a população pacata do município de Vila Propício, no meu Estado. Na madrugada do último dia 16, a residência do presidente da Câmara dos Vereadores foi atacada por um grupo de pessoas não identificadas, numa cena de violência e é inédita na vida daquele pequeno município, que fica na região de influência de Goianésia. Vinte tiros de espingarda e de revólver calibre 38, foram disparados contra a casa e o automóvel do vereador Florenço Dias Neves. Um desses disparos provocou ferimentos na esposa do vereador, Ivanilde Gusmão Neves.

O atentado foi precedido de seguidas ameaças contra o vereador e contra o Prefeito Teodoro de Araújo, de acordo com denúncias registradas na polícia local. Todos os indícios levantados até agora apontam para as motivações políticas do crime. E as vítimas das ameaças ou da violência concreta fazem parte da coligação partidária liderada pelo PMDB no Estado de Goiás. Senhoras e Senhores Senadores, mesmo sendo um fato isolado, essa é uma prática que eu julgava varrida da cultura política do meu Estado, onde temos uma tradição de convivência democrática pacífica e respeitosa.

Como presidente do Diretório Regional do PMDB, estarei visitando amanhã os meus compa-

nheiros de Vila Propício, em companhia de figuras ilustres do nosso partido. Vamos levar a nossa solidariedade, verificar as providências que estão sendo tomadas para identificar e punir os autores e os mandantes do terror político no município, e reunir informações que possam ser levadas à Secretaria de Segurança do Estado. O objetivo de nossa visita é pacífico. Não vamos alimentar o clima de violência. Queremos providências imediatas, para impedir o recrudescimento do clima de vinda política.

Trago este registro lamentável à tribuna do Senado porque ele não é apenas um assunto de natureza local. Aconteceu em Vila Propício, mas poderá acontecer em outros municípios, se houver o estímulo da impunidade. Minhas palavras, neste momento, servem para mostrar aos companheiros de todo o estado que estamos atentos para denunciar a violência e cobrar as punições. Não podemos aceitar as manifestações irracionais de facções contrárias, e vamos usar todos os espaços democráticos possíveis para impedir que grasse em Goiás o clima de terror político.

Nosso Estado está vivendo hoje um momento de transição política. Depois de 16 anos, o PMDB perdeu pela primeira vez uma eleição para governador. Não faz parte das minhas hipóteses admitir que fatos como o que aconteceu em Vila Propício possam merecer a aprovação dos nossos adversários que estão no comando da política estadual. Mas é imperativo que o atual governo reaja com firmeza, mostrando que as mudanças no poder não devem servir de pretexto para desaguar as mágoas e os recalques, ou para a prática de retaliações que ferem a convivência democrática.

Senhores e Senhores Senadores, quero repelir energicamente, em nome de todos os meus companheiros do PMDB, a violência física dos disparos e a violência moral das ameaças, de que foi palco o município ordeiro de Vila Propício. É o tipo da violência que só se vê na ficção dos filmes importados. No meu Estado, convivemos pacificamente com os nossos adversários nos últimos 16 anos, sob a inspiração do temperamento equilibrado do nosso líder Iris Rezende. Ajudamos a criar e cultivar esse clima de convivência democrática, e não podemos admitir que volte a acontecer, em qualquer recanto de Goiás, o que aconteceu em Vila Propício.

É o que eu espero e desejo, em nome do meu partido e dos meus companheiros, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PTB - RO) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Rui Barbosa, em

discurso pronunciado na Academia Brasileira de Letras no dia 1. de outubro de 1908, após envelhecer — de acordo com sua expressão — na tribuna parlamentar, onde atuara por não menos de vinte e cinco anos, tendo sido, inclusive, Presidente do Senado Federal, afirmou considerar a política uma questão acima das miudezas, encarando-a no seu espírito de caminhada para a civilização. Segundo o grande tribuno, a política "na grande acepção do termo, a mais elevada, e nem por isso a menos prática, nessa acepção que olha os supremos interesses..." do povo e das nações, "umas a respeito das outras", essa ninguém pode tolhê-la. É específica do ser humano, é atmosfera, é a região do embate das idéias, é a fonte de onde nascem os requisitos para a disciplina da sobrevivência comum, é o palco no qual se discerne a realidade.

Sr. Presidente, estou deixando o Senado. Por vontade do povo de meu Estado. Apesar da expressiva votação recebida, apesar de 112 mil e 727 eleitores terem sufragado meu nome, não houve número suficiente para ser reconduzido. Acato com todo o respeito a vontade da maioria. Continuarei trabalhando em benefício do meu Estado, do seu povo e do Brasil, em outros setores.

O Nobre Senador Josaphat Marinho, que me precedeu na despedida, lembrou Otávio Mangabeira. Otávio Mangabeira, ao despedir-se da Câmara dos Deputados, declarou sentir-se "uma sombra, uma sobra, um vestígio, uma reminiscência do passado". Identificando-me com a mesma visão do Nobre Senador Josaphat Marinho, também não comungo com uma sensação de cepticismo, mas, é claro, não posso esconder o desejo de que todos estivessem aqui presentes, no encerramento desta Legislatura, para agradecer-lhes a grandeza de ensinamentos que de todos auferi.

Não experimento cepticismo porque a experiência adquirida ao longo dos 16 anos durante os quais tive a hora de representar o meu Estado de Rondônia como Senador da República me premiou com a percepção de um realismo dinâmico, feito da história, em cujo seio são gestadas as mudanças que fazem as civilizações.

É-me impossível desconhecer a grandeza dessa percepção, que me faz sentir e me convence da constante, da imorredoura e intransferível importância da participação no conjunto social em que se dá a convivência.

Os períodos vencidos atingem apenas a cronologia do tempo, a experiência e sua utilização para o próximo passo é a plataforma segura, de onde se

lançam as iniciativas novas, amadurecidas pela comparação e pelo estudo.

Meu primeiro mandato como Senador por Rondônia desenvolveu-se ao longo do período de 1983 a 1991. Para esse mandato, em 1982, fui o candidato mais votado do Estado.

Ao Parlamento Nacional cheguei depois de importante tirocínio nas esferas públicas do meu Estado. Lá, desempenhei a função de assessor jurídico da Prefeitura Municipal de Porto Velho. Por duas vezes, fui Prefeito da mesma capital. Secretário de Segurança Pública do Estado. Chefe de Gabinete do Governo, por duas vezes. Consultor Jurídico do Governo de Rondônia. Presidente do Conselho Territorial de Trânsito de Rondônia. Diretor Presidente e Consultor Jurídico da Companhia de Água e Esgotos de Rondônia.

Antes de ser Senador, tive também a honra de representar meu Estado na Câmara Federal, onde começou minha atuação parlamentar em nível de fórum nacional. Ao concluir o primeiro ano de experiência na Câmara, digo-o mais por dever de gratidão pela aprendizagem recebida do que por vaidade, muito me lisonjearam as manifestações de apreço recebidas do Eminentíssimo Senador Edison Lobão, então Deputado Federal, Vice-Líder do PDS e do Governo: "O exercício de um mandato parlamentar — disse o Deputado — não é fácil. Não se trata do gozo de imunidades, senão do exercício de prerrogativas e do cumprimento de deveres para com o povo e a Nação. O Deputado Odacir Soares, que conheci estudante, não me surpreendeu em Brasília, quando o vejo exercendo por inteiro e com acerto admirável a representação parlamentar que recebeu de sua gente. Atento aos interesses de sua região, dotado de notável espírito público e cumpridor rigoroso de seus deveres políticos, o Deputado Odacir Soares é um exemplo de como se deve cumprir um mandato parlamentar. Congratulo-me, assim, com o nobre povo de Rondônia que o elegeu, pelo acerto da escolha".

Em respeito à verdade do esforço que sempre dediquei para bem corresponder às expectativas dos eleitores, que são, em síntese, as esperanças do Estado e do País, confirmo, neste instante de despedida, que sempre reservei o melhor de minha inteligência e de minha capacidade de trabalho para o fiel cumprimento do mandato.

É óbvia, então, a saudade, a vontade de ver presentes todos os que encontrei nos primeiros momentos da vida parlamentar em Brasília e durante os anos sucessivos. Aos que já foram, meu preito de gratidão por tê-los conhecido e por ter com eles con-

vivido, compartilhando as preocupações pelo País. Não posso registrar o nome de todos. Nos que citarei, desejo sintetizar a admiração e o reconhecimento que se plantou na minha alma: Alexandre Costa, Virgílio Távora, Dinarte Mariz, Humberto Lucena, Aderval Jurema, Lomanto Júnior, Amaral Peixoto, Nelson Carneiro, Darcy Ribeiro, Severo Gomes, João Calmon, Vilson Kleinubing.

Não menor é meu reconhecimento aos que, como eu, continuam em vida. Porque neles continuarei a descobrir coisas novas, continuarei aprendendo a fazer leituras novas do mundo e do Brasil, compreendendo com mais profundidade o tempo presente no qual vivemos como povos livres e soberanos. Alegro-me sobremaneira pensar que nesta Casa e no Congresso Nacional continuarão atuando grandes expoentes do Parlamento Nacional, seja pela experiência que possuem, seja pela inteligência e clareza com que vêem a realidade nacional na complicada etapa da história presente.

Saio com a convicção de ter contribuído eficazmente na efetivação da resposta que o Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, deve dar diuturnamente à Nação. Não foram poucos os postos ocupados e as iniciativas empreendidas ou aquelas nas quais colaborei para seu aprimoramento e efetivação.

Apenas para enumerar os cargos ocupados ao encerrar o meu mandato, lembro com enaltecimento os esforços despendidos como membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamentos e Fiscalização, como membro titular da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Assuntos Sociais; como membro suplente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal; membro da Comissão Especial que examina o Projeto de Lei da Câmara número 118, de 1984, que institui o novo Código Civil e da Comissão Temporária que analisa o Projeto de Lei do Senado, número 277, de 1986, que institui o Código Tributário Nacional; e como membro permanente do Conselho da Comissão Executiva do Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.

Fui também Vice-Presidente Nacional do PFL; Vice-Líder do Partido no Senado. Presidente da Comissão de Segurança Nacional e membro das Comissões Permanentes de Educação e Cultura e Minas e Energia. Vice-Presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas durante o período de 1987/1988 e Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a analisar os conflitos de terra do País.

Como suplente, atuei também na Comissão dos Municípios, Primeiro Vice-Presidente da Comissão de Minas e Energia, Vice-Presidente da Comissão do Distrito Federal, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado nas Sessões Legislativas de 1983 e 1984. Membro titular nas Sessões Legislativas de 1989/90 e 1991/92. Suplente da Mesa Diretora do Senado no período de 1983/1984. Segundo – Secretário no biênio 1987/1988. E Primeiro – Secretário de 1995 a 1997.

Além disso, fui Vice-Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Indicado pelo Presidente da República, desempenhei o cargo de Vice-Líder do Governo no Senado a partir de julho de 1990 e Líder do Governo durante os meses de setembro e outubro de 1992.

Na Assembléia Nacional Constituinte, fui membro titular da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e suplente na Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais:

Como não poderia deixar de ser, a etapa da Constituinte foi um momento forte da vida nacional. Na Constituinte, participei de todas as fases, sugerindo disciplinas e encaminhando emendas a inúmeros dispositivos de fundamental importância para o ordenamento da vida nacional e o fortalecimento das instituições brasileiras.

Deixo de especificar as viagens em missão oficial, mas foram numerosas. Nelas, juntamente com outros representantes do Parlamento Brasileiro, tive oportunidade de levar para os países visitados, a mensagem do Senado Federal do Brasil aos povos amigos dos cinco Continentes.

No que diz respeito a projetos de minha autoria transformados em normas jurídicas, faço referência às seguintes iniciativas:

– Projeto de Lei nº 4.112, de 1980, que apresentei como Deputado Federal. Por esse Projeto, transformado na Lei nº 7.288, de 1984, publicada no **Diário Oficial** da União do dia 19-12-84, ficou estabelecida a assistência judiciária aos necessitados.

– Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990, dispondo sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal. Foi transformado na Lei nº 8.072, de 1990, publicada no **Diário Oficial** da União de 26-7-90.

– Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1990, dispondo sobre a exploração dos serviços de telecomunicações, mantendo as concessões de serviços públicos de telecomunicações em vigor em 5 de outo-

bro de 1988, não abrangidos pelo dispositivo do inciso XI do artigo 66 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, pelo prazo de 8 anos. Foi convertido na Lei nº 8.367, de 1991, publicada no **Diário Oficial** da União de 31-12-91.

– Projeto de Resolução do Senado nº 2, de 1990, propondo a alteração do Título IV do Regimento Interno do Senado Federal e estabelecendo as prerrogativas do líder de Partido Político na Casa. Foi transformado na Resolução do Senado Federal n. 09, de 1990, publicada no **Diário do Congresso Nacional**.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao enumerar essas atividades, tenho por objetivo proporcionar uma visão material dos resultados que tiveram como causa a iniciativa pessoal. No entanto, não julgo como fato primordial na atuação de um parlamentar a quantidade de projetos individualmente concebidos. De fundamental importância e de imprescindível premência é a participação dos trabalhos e dos debates. O saber ouvir, o propor, o conceber e encaminhar alternativas, avançar e retroceder, divergir e convergir, dizer não e dizer sim. Em tudo, com a vista dirigida para um desaguadouro comum, para atingir a harmonização possível, no contexto de uma sociedade democrática madura, que valoriza o contraditório e prima pelo respeito.

Deixo o Senado em um momento difícil da vida nacional. Em um momento em que a sociedade como um todo precisa de cuidadosos acertos para não soçobrar, encaminhando-se para situações de difícil solução.

Hoje, mais do que nunca, apesar do às vezes temido processo de globalização, é preciso um esforço solidário para manter identidades, soberanias, independências, horizontes próprios, modos específicos de visão de mundo e de concretização da realidade. Longe tudo isso de uma postura xenófoba, nada construtiva e estéril. A descoberta e o relacionamento com culturas diferentes são forças de enriquecimento mútuo.

A globalização não é condão mágico apto a recriar o universo, introduzindo as sociedades em um cinturão de violenta homogeneização e de enfado, insuportável igualdade. A globalização é uma oportunidade de descobertas e de solidariedade concreta, decorrente do valor essencial de todos os povos. Cabe a cada povo, reproduzindo o cenário de troca de idéias e de embate que deve ser todo parlamento, conhecer-se e conhecer com sempre maior profundidade, para posicionar-se e criar um contexto novo, de interdependência com maior justiça.

É verdade que até o presente, a globalização tem mantido as disparidades. Aliás não somente as tem mantido, como aprofundado. Como bem disse o eminente Senador Josaphat Marinho, "insiste-se em desconhecer que o "mundo homogêneo e simétrico da teoria econômica não existe", como proclama objetivamente Emmanuel Todd, em livro de 1998. As desigualdades apuradas demonstram a heterogeneidade e não a homogeneidade de situação econômica. Todas as estatísticas, inclusive as das Nações Unidas, mostram impressionante desproporção entre o elevado quadro econômico de alguns povos e o padrão de inferioridade da maioria. As condições de vida variam da riqueza à pobreza, à miséria e à exclusão social, mantidos privilégios inadmissíveis".

Cumpra, pois, nesta etapa decisiva da história, aliás, todos os períodos históricos tem importância marcante no caminho da humanidade, manter a serenidade e a lucidez, aguçar a capacidade de análise dos acontecimentos de cada dia, daqui e de alhures, para que se possam extrair as lições das contingências que os circunstanciam e buscar as veredas adequadas ao encaminhamento das soluções.

Não há dúvida, a hora é de perplexidades. Há medos, há indecisões, há desconfianças e inseguranças. Como sempre, há visões sinceras e realistas e há posições interesseiras e imagens adrede fabricadas.

Vive-se um monetarismo ávido e cego, auxiliado pela fabulosa tecnologia da comunicação. Um comércio em colapso. Uma indústria de ponta, porém manietada. Uma agricultura asfixiada. Uma sociedade incentivada para o consumo compulsivo, mas consumidores desprovidos de condições para comprar. Sistema de saúde pública deficitário. Sistema educacional consciente da importância da educação para o desenvolvimento dos povos, porém machucado por impossibilidades e restrições de toda ordem.

A terrível gangorra da dívida externa e da dívida interna, dos preços e dos juros, dos salários e dos custos. Do desemprego humilhando milhões de famílias brasileiras e projetando horizontes de cores sombrias para o futuro.

De acordo com os dados resultantes da consolidação de quatro pesquisas **Datafolha** realizadas em todo o País durante o ano que findou, o Brasil tem hoje pelo menos 25 milhões de miseráveis. Vinte e cinco milhões de pessoas é a população total do Peru. Representam 24% do total da população brasileira na faixa etária de 16 anos para cima. Ganham em média 130 reais por mês. Quarenta e cinco por cento estão no Nordeste. Oitenta e três por cento

são analfabetos funcionais, isto é, têm menos de quatro anos de estudo.

A pior característica, no entanto, desse extrato da população nacional é a falta de perspectiva de ascensão.

Esse é um retrato doloroso da exclusão social. O agravamento da crise financeira internacional colocou de lado essa questão. Mas é uma realidade concreta e tende a agravar-se, tende a assumir contornos dramáticos se não houver iniciativas visando à correção dos problemas.

Em um contexto com esses delineamentos, impossível não convencer-se da necessidade de fortalecimento do Estado. Não há mercado que se interesse por excluídos, nem há leis naturais que lhes assegurem qualidade de vida. É fora de dúvida, portanto, que o Estado, renovado, dinâmico, ágil, é necessário, para garantir a paz social, restringindo os excessos do poder econômico privado. Não há tranquilidade possível sob o domínio sem limites do capital, com a relegação dos excluídos à caridade sazonal das festas que tocam sentimentalmente as consciências.

Só o Estado, sustentado pela cidadania, tem condições de contrapor-se e redimensionar os totalitarismos do poder econômico dos tempos modernos. Só o Estado, adequadamente estruturado, pode assegurar os direitos fundamentais do ser humano. "Que rosto ameaçador – dizia João Paulo II no dia 1º de outubro de 1980, durante missa rezada no Aeroporto Le Bourget, em Paris – revelam o totalitarismo e o imperialismo, nos quais o homem deixa de ser o sujeito, o que equivale a dizer que deixa de contar como ser humano para ser considerado tão somente como unidade, como objeto".

Os dezesseis anos de vida como Senador da República possibilitaram-me a convivência com a vasta gama de problemas, entrentados pelos diversos governos. Recordo neste instante as dificuldades do Governo Figueiredo, no desfecho da abertura democrática. Os esforços e a constância das iniciativas do Governo Sarney, depois da traumática experiência da morte de Tancredo Neves. As vicissitudes vividas pelo País com o processo de cassação do Presidente Fernando Collor de Mello. As perspectivas abertas pelo Governo Itamar Franco com o lançamento do Plano Real. E as não menores preocupações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em incansável esforço para posicionar o País na direção certa, duradoura e segura.

A vivência de todas essas etapas, dão-me uma certeza: o Brasil tem potencialidades efetivas. Não

apenas em função dos recursos de sua natureza, mas também pela grandeza e pela criatividade do seu povo.

Deixo o Senado, como disse, certo de ter colaborado na grande arena em que se debatem as questões nacionais. Feliz, porque convicto da proficiência dos Senadores que ficam e dos que vêm para iniciar o seu mandato, sob a Presidência neste começo de nova Legislatura do eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, em cuja pessoa, rendo homenagem a todos os Nobres Pares, de todos os Estados da União, com quem convivi nesses anos.

Muito obrigado ao meu Estado de Rondônia, ao seu povo, pelo constante carinho e apreço. Continuarei trabalhando por Rondônia.

Saio, sem abandono, porque a vida é política, é atmosfera, é convivência, é participação, é análise, na acepção de Rui Barbosa, é discernimento da realidade. No meu caso, a realidade da Amazônia, essa grande perspectiva do Brasil, por cujos interesses sempre lutei. Uma Amazônia integrada, compondo a grandiosidade deste País.

Não nos metam medo as crises, diria o mesmo Rui hoje, "Não nos metam medo os vocábulos: interpretemo-los com os fatos, e confessemos a boa realidade, que se impõe com a sua evidência irresistível".

Muito obrigado.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO (Bloco/PDT – RJ)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sob a proteção de Olorum, inicio este pronunciamento.

Assumo hoje esta tribuna pela última vez, ao término de meu mandato nesta Casa, com a convicção do dever cumprido perante meus pares, e na certeza de ter honrado o legado que recebi do saudoso Professor Darcy Ribeiro. E, o que é para mim mais importante, perante a comunidade afro-brasileira, da qual o destino e a minha luta me tornaram representante num momento tão difícil como este que vivemos. Nesse período de dois anos, pude apresentar não apenas as reivindicações e denúncias emanadas dessa comunidade marcada por cinco séculos de exploração e injustiça, mas também projetos de lei visando superar os obstáculos impostos pelo racismo e pela discriminação, de modo a contribuir na construção de uma sociedade realmente justa, igualitária e fraterna.

Mas minha palavra aqui hoje não é para reiterar a defesa intransigente da causa que represento. Quero, isto sim, deixar registrada a minha gratidão para com meus colegas de Senado, tantos dos quais aprendi a respeitar no exercício cotidiano da difícil atividade parlamentar, a qual se torna ainda

mais árdua e muitas vezes frustrante para um ativista como eu, portador dos urgentes reclamos de um segmento secularmente excluído. Assim, por um lado, saio daqui traumatizado, não com meus colegas senadores, dos quais não levo qualquer mágoa pessoal, queixa ou lembrança negativa. Mas com a sistemática de funcionamento desta Casa, e do Parlamento como um todo, que dificulta o fluxo das idéias corporificadas em projetos de lei e, sobretudo, a concretização de iniciativas. Espero que, num futuro próximo, essa sistemática possa vir a ser alterada, de modo a ganhar rapidez e agilidade, permitindo que os anseios emanados do nosso povo possam traduzir-se em ações efetivas para o aperfeiçoamento de nossas instituições e a melhoria das condições de existência de nossa sociedade.

Não poderia encerrar minha passagem pelo Senado sem registrar a minha especial gratidão aos colegas senadores que, dotados de maior experiência nos usos e modos desta Casa, tiveram a generosidade de colaborar comigo, tantas vezes ultrapassando as barreiras ideológicas ou partidárias. Quero agradecer de maneira especial ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães, em quem encontrei desde o início a simpatia e o estímulo que me facilitaram sobremaneira o exercício de minha árdua tarefa. Que as bênçãos de nossos orixás do panteão afro-baiano possam continuar a iluminá-lo na condução desta Casa, ajudando-o a superar os obstáculos desta hora de incertezas que o País atravessa.

Quero estender minha palavra de gratidão a outros Senadores que contribuíram de maneira efetiva para que eu pudesse deixar esta Casa com a certeza do dever cumprido. Ao Senador Roberto Requião, cujo relatório favorável permitiu sobrevida ao polêmico, reconheço, projeto de lei que institui a ação compensatória aos afro-brasileiros pelos 500 anos de exploração e de racismo. Que ele consiga, como comigo se comprometeu, reapresentá-lo e aprová-lo na próxima legislatura, instituindo no Brasil um instrumento que tem servido, em tantas outras nações, para reparar injustiças e promover a integração social de grupos historicamente discriminados. Aos Senadores Bernardo Cabral e Josaphat Marinho, manifesto meu reconhecimento pelo empenho com que colaboraram para o aperfeiçoamento e a aprovação de meu projeto de lei referente à ação civil pública, contribuindo para dotar a comunidade afro-brasileira de uma ferramenta a um tempo prática e eficaz no combate às ofensas coletivas que atingem a nossa comunidade afro-descendente.

Agradeço ainda o Senador Lúcio Alcântara, ardente defensor da causa dos remanescentes de quilombos; ao sempre solidário Senador Eduardo Suplicy, incansável advogado dos oprimidos de toda espécie; ao Líder do PDT, Senador Sebastião Rocha, cujo apoio de rocha nunca me faltou; ao Senador Romeu Tuma, com cuja solidariedade e simpatia sempre contei na Comissão de Relações Exteriores; e aos Senadores Esperidião Amin e Ronaldo Cunha Lima, em quem encontrei companheiros brilhantes no resgate do valor e da importância do poeta Cruz e Sousa, o qual conseguimos homenagear por meio de um bem-sucedido concurso de monografias.

Por fim, gostaria de estender a todos os colegas Senadores o meu afeto e amizade, pois deles recebi tratamento temperado por compreensão e simpatia. Sei muito bem que minha rude defesa da causa afro-brasileira, sem concessões nem subterfúgios, pode até soar desagradável a uma sociedade educada numa retórica racial melíflua e edulcorada. Espero, contudo, que minhas palavras tenham contribuído para lhes abrir a consciência a uma realidade de que muitos prefeririam manter oculta sob o manto confortável da "democracia racial". Se isso de fato aconteceu, é a justificação da minha presença nesta Casa. Meu registro emocionado de despedida aos companheiros do PDT, senadoras Júnia Marise e Emilia Fernandes, assim como a esse valente grupo da oposição com destaque para os senadores José Eduardo Dutra, Lauro Campos e Antonio Carlos Valadares e essa queridíssima Marina Silva.

Mas advirto que não estou aqui dizendo adeus às armas. Apenas mudo de trincheira. Pois a luta por meus irmãos de origem, luta por direitos humanos, tem sido o compromisso de toda a existência deste militante. Agora, no Governo de Anthony Garotinho, na Vice-Governadoria de Benedita da Silva, nossa guerreira ex-Senadora, cujas calorosas palavras de boas-vindas me serviram de inspiração nestes dois anos de Senado, assumo a Secretaria de Estado de Direitos Humanos e da Cidadania do Rio de Janeiro.

Que Olorum, o Ser Supremo, também chamado pelo nome de Deus, Alá, Jeová, Tupã e tantos outros nas diferentes culturas e religiões humanas, possa despejar suas bênçãos sobre este Senado, na atual e nas futuras legislaturas, inspirando seus membros na difícil tarefa de fazer do Brasil um País próspero, estável, fraterno e igualitário.

Axé, Senado Federal!

O SR. FREITAS NETO (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, padrão de civismo, de

seriedade e de competência profissional, o Professor Lineu da Costa Araújo, falecido no dia 6 de janeiro deste ano, deixou marca indelével na História do Piauí. Médico de excepcionais qualidades, dedicou-se também à educação, área em que desempenhou as mais elevadas funções, em especial na Reitoria da Universidade Federal do Piauí.

Lineu da Costa Araújo nasceu em Teresina, no dia 22 de julho de 1909, formando-se em Medicina pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1932. Antes, estudara no tradicional Lineu Piauiense, onde completara o curso secundário. Ainda no Rio, aprofundou seus estudos, seguindo cursos de Pediatria, Psiquiatria, Urologia e outras especialidades médicas. Durante toda a sua vida, aliás, buscava uma permanente atualização, participando de cursos, estágios, conclave, seminários e jornadas científicas voltados para as mais variadas áreas da Medicina.

Foi o primeiro presidente da Associação Piauiense de Medicina, em 1938. Mais tarde, seus pares o reconduziram por diversas vezes a esse cargo. Integrou ainda a Associação Médica Brasileira, a Associação Brasileira de Hospitais, a Associação Brasileira de Educação Médica e o Colégio Brasileiro dos Administradores Hospitalares. Foi secretário-geral da Sociedade Piauiense de Combate ao Câncer desde sua fundação, em 1953, e membro da Sociedade Piauiense de Reumatologia. Foi ainda membro fundador da Academia de Medicina do Piauí e da Academia Brasileira de Ciências Médico-Sociais com sede em São Paulo. Presidiu durante nada menos do que quinze anos, de 1963 a 1988, o Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí.

Durante todos esses anos, nunca deixou de clinicar. Mesmo envolvido em outras funções, inclusive a docência, fez sempre questão de manter sua atividade de profissional liberal. Era respeitado e estimado pelos seus milhares de pacientes. A eles se somavam os que procuravam o Hospital Getúlio Vargas, o principal de Teresina, onde era chefe do Serviço de Clínica Médica.

Professor Titular de Psicologia Científica da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí, foi em 1966 designado para a Comissão Instituidora da Fundação do Ensino Superior do Piauí. Nessa condição, foi um dos que desempenharam papel-chave para a criação da Universidade Federal do Piauí, uma das mais importantes instituições de ensino do Nordeste brasileiro. A partir daí, o Professor Lineu da Costa Araújo exerceu as mais altas funções no ensino universitário piauiense. Foi vice-presidente e

presidente do Conselho Diretor da Fundação do Ensino Superior do Piauí e professor titular da Universidade Federal do Piauí, no Departamento de Clínica Geral do Centro de Ciências da Saúde.

Nessa condição, viu-se escolhido, em 1980, vice-reitor da Universidade Federal do Piauí. De fevereiro de 1982 a outubro de 1984 foi o reitor em exercício da Universidade, em que permaneceria até aposentar-se, em 1991. Seu trabalho e sua dedicação à causa da educação, sempre reconhecidos pelo povo piauiense, levaram a FUFPI a agraciá-lo com o título de professor emérito, em 1989. Mais tarde, em 1996, receberia a Medalha do Mérito Universitário.

Registro com imenso pesar sua morte, poucos meses antes de seu 90 aniversário, prestando minhas homenagens a seus filhos, familiares e a grande legião de amigos e admiradores que deixou. Resta-nos o consolo de que pôde, durante toda a sua vida, trabalhar pelo Piauí e transformar-se em um exemplo para nossos jovens.

O SR. PAULO GUERRA (PMDB – AP) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em meio a tantos itens importantes constantes da pauta desse período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, destaca-se assunto de vital importância, não só no âmbito da educação brasileira, mas com repercussão no contexto da ação do Estado, dos programas de desenvolvimento e, sobretudo, com reflexos na sociedade brasileira e no cenário internacional, uma vez que se volta para uma questão macro, qual seja, o meio ambiente.

Refiro-me, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a aprovação do Parecer do eminente Relator, Senador Joel de Hollanda, na Comissão de Educação do Senado Federal, referente ao projeto de autoria do ilustre Deputado Fábio Feldmann, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Considere-se, de início, a importância de que se reveste o projeto, como efetiva iniciativa legislativa originária da Câmara dos Deputados e, sucedânea, conseqüente do mandamento insculpido na Constituição Federal, art. 225, atribuindo ao Poder Público a incumbência de prover a sociedade, de educação ambiental, bem como a promoção da conscientização social para a defesa do meio ambiente.

A partir da Lei Federal nº 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, institucionalizou-se uma nova Política Nacional de Educação,

consubstanciada no Plano Decenal de Educação, nos Programas e Projetos desenvolvidos pelo Poder Público nos níveis Federal, Estadual e Municipal, bem como pela iniciativa privada, além da atuação do Conselho Nacional de Educação e dos Conselhos Estaduais, afora os dispositivos constitucionais estaduais, leis municipais, normas e portarias que determinam em diferentes escalas a obrigatoriedade da Educação Ambiental.

De acordo com o relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, "durante a década de 1980, a educação ambiental atravessou um período de significativo crescimento no País. A problemática ambiental foi transformada em questão política relevante, e a própria estratégia de desenvolvimento permitiu, explicitou a sua face ambiental de degradação. A retomada das liberdades democráticas abriu espaço para as comunidades expressarem suas reivindicações nesse campo. E a popularidade do ambientalismo proporcionou a proliferação das associações ambientalistas e de todas as demais formas de organização da sociedade civil".

Eis que, paulatinamente, a educação ambiental vem, através da institucionalização, estabelecendo marcos de natureza política, institucional, organizacional e operativa, buscando delinear perspectivas consoante o cenário da conjuntura atual conjugando a visão da educação ambiental como uma questão inerente ao exercício da cidadania, nos termos do art. 5º da Constituição, e aquela relativa ao desenvolvimento e à sustentabilidade.

Aliás, Sr. Presidente, esta é a inteligência do Conceito expendido no artigo 1º do Projeto: "Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade".

De igual modo, ao instituir a Política Nacional de Educação Ambiental, o autor distingue, conceitualmente, Educação e Ensino. Releva considerar, portanto, que tal conotação concede à norma o caráter universalizado, e contempla a educação sistemática, formal e a não formal, além de definir os níveis de responsabilidade institucional e interinstitucional, indica a forma de implantação e implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, ressaltando as atribuições e competências dos Estados, DF e

Municípios quanto à formulação e operacionalidade, em suas respectivas esferas.

Ao analisar o projeto, o ilustre Senador Joel de Hollanda, com muita propriedade, destaca a abrangência ampla do projeto, tratando a questão ambiental de modo duradouro e profundo, por meio da educação. Considera ainda que "ao invés de ceder a tentações imediatistas, deixa claro que a questão ambiental deve ser tratada a curto e a longo prazo, mudando valores, atitudes e comportamentos, seja por meio da escola, seja por meio das instituições e agências que têm responsabilidade educativas em geral".

Conclui o eminente relator a sua análise evidenciando o tratamento curricular dado à educação ambiental como um dos temas transversais inseridos na estrutura do currículo, consoante a orientação adotada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, destinados ao Ensino Fundamental, ora distribuídos pelo Ministério da Educação e do Desporto.

Ressalte-se, portanto, no estrito dever de justiça, além da inestimável contribuição do Deputado Feldemann para com a Educação Nacional e a Cidadania, da contribuição efetiva do Deputado Samey Filho, hoje Ministro do Meio Ambiente, quando Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias que, ao formular o seu voto como relator e autor do Substitutivo, manifesta a inequívoca necessidade de institucionalização da educação ambiental e de uma Política Nacional como "Veículo articular dos Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e do Sistema Nacional de Educação, englobando as ações de instituições educativas públicas e privadas dos sistemas de ensino da União, Estados, DF e Municípios, órgãos ambientais e organizações não-governamentais com atividades em educação ambiental. Prevê as seguintes linhas de atuação: educação ambiental formal, educação ambiental não-formal, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de estudos e pesquisas".

Mister se faz também, reiterar a excelente qualidade do Parecer exarado pelo Senador Joel de Hollanda, que enriquece o Projeto com a apresentação de três emendas, buscando, assim, através de sua experiência na área educacional aperfeiçoar ainda mais a propositura.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, diante da transcendental importância da matéria objeto desta manifestação, a multiplicidade de aspectos que envolvem a questão ambiental, ainda que desde logo confessando-me um leigo, portanto não dispondo de formação técnica específica sobre o

tema, aventuro-me a desdobrá-la, movido sobretudo pelo sentimento telúrico, do amazônica, ou da Amazônia, cuja expressão cultural manifesta-se nas grandes contradições geoeconômicas, da exuberância de sua extensão territorial, suas florestas, seus mananciais hídricos, enfim, suas riquezas e potencialidades, e dos contrastes que acentuam a biodiversidade e a singularidade dos atores sociais, vale dizer, do homem da Amazônia e suas idiossincrasias em face do contexto brasileiro e mundial.

Já se disse que, para que a educação possa se revestir do caráter transdisciplinar imposto pela problemática ambiental, é necessária a construção do arcabouço conceitual, multidisciplinar pela multivisão e interdisciplinar na perspectiva da unidade orgânica que atenda a integração do conhecimento, correspondendo a uma base conceitual abrangente, técnica, científica e culturalmente capaz de permitir a superação de obstáculos à utilização sustentável do meio.

Mesmo diante do extraordinário avanço já alcançado pelos estudos, pesquisas e ordenamento jurídico-institucional, não há que negar, ainda nos deparamos com um manancial de indagações sem respostas, perquirindo-nos sempre qual a fórmula, a equação que harmonize o desenvolvimento social e a preservação ambiental, a sustentabilidade ecológica e a viabilidade econômica, equilibrando, por exemplo, a relação impacto ambiental com o valor econômico sem exploração predatória.

A dicotomia: sustentabilidade e viabilidade econômica, não raro, nos remete ao maniqueísmo: a intocabilidade contrapondo-se ao desenvolvimento; ou, "desenvolvimento perverso, que destroça, que aniquila, que esteriliza, ou seja, a felicidade ou a desgraça, a preservação, o uso equilibrado ou o caos!

A discussão deságua inexoravelmente em outras implicações cujos referenciais são a biodiversidade, e, aí está o homem, a vida, o espaço, liberdade, a soberania, cidadania e, contingentemente, a sobrevivência do homem, do cidadão, e do próprio mundo.

Tornamo-nos, portaanto, um círculo vicioso. Só a construção de novos paradigmas, assentados nos valores incrustrados na Declaração dos Direitos Humanos, que este ano completa seus cinquenta anos, e nos princípios exarados na nossa Constituição dita Cidadã é que haveremos de alcançar como sempre repetimos, até de forma retórica, uma sociedade mais justa, pluralista, consultando os mais altos interesses em favor da sobrevivência de todos.

Em artigo publicado como versão reduzida do documento apresentado no Simpósio de Haia, em 1991, Ignacy Sachs, sob o título "Desenvolvimento Sustentável: do Conceito à Ação", com o subtítulo – Estratégias de Transição para o século XXI, assim se manifesta:

Deixando de lado questão semântica, bem como os níveis de otimismo ou pessimismo a respeito das perspectivas do progresso técnico (veja Haavelmo e Hansen, 1991:43), parece existir um razoável nível de concordância a respeito dos seguintes pontos:

- a necessidade de se deter o consumo excessivo refere-se principalmente aos países industrializados (e à minoria afluyente do Terceiro Mundo); dada a não-sustentabilidade geral, a longo prazo, de nossos atuais padrões de utilização de recursos, o desenvolvimento qualitativo por parte dos ricos deve liberar recursos para o crescimento tão urgentemente necessitado pelos pobres (Goodland et al., 1991);

- em lugar de se considerar as metas ecológicas e econômicas como conflitantes, devemos dar-nos conta que os sistemas econômicos dependem, para sua sobrevivência, dos sistemas ecológicos de sustentação da vida, e incorporar em nosso raciocínio e ações o conceito de complementaridade entre o capital "natural" e aquele "feito pelo homem" (Constanza, 1991:83);

- para evitar a armadilha do "pacto fláustico", devemos subestimar e não superestimar o poder do "remédio tecnológico" e iniciar imediatamente a transição na direção da trajetória do ecodesenvolvimento, apesar das incertezas existentes.

As soluções radicais devem, por definição, tratar das raízes do problemas e não de seus sintomas. Quanto mais ousadas as medidas tomadas no futuro próximo, mais curto será o espaço de tempo que os separa de um estado de equilíbrio no Norte de um ecodesenvolvimento no Sul e no Leste. Teoricamente, a transição poderia ser encurtada através da imediata redistribuição de bens e rendas, mas precedentes históricos apontam para a complexidade de tais soluções. A perspectiva pragmática é de uma transição que se estende ao longo de várias décadas, durante as quais a administração da interdependência, espera-se, reduzirá a assimetria atual entre ricos e pobres.

Todo o planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, as seguintes cinco dimensões de sustentabilidade:

- 1 – Sustentabilidade social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento

que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2 – Sustentabilidade econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Uma condição importante é a de ultrapassar as configurações externas negativas resultantes do ônus do serviço da dívida e da saída líquida de recursos financeiros do Sul, dos termos de troca desfavoráveis, das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado à ciência e tecnologia. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

3 – Sustentabilidade ecológica, que pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas:

- ampliar a capacidade de carga da espaçona-ve Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;

- limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente substituindo-o por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não-agressivas ao meio ambiente;

- reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta;

- intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e individual;

- definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

4 – Sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas com ênfase no que segue:

- reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;

- frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital através de processos de colonização sem controle;

- promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, de crédito e do acesso a mercados;

- explorar o potencial de industrialização descentralizada acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e ao seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais: nas palavras de M.S. Swaminathan. "uma nova forma de civilização baseada no uso sustentável de recursos renováveis não é apenas possível, mas essencial" (McNeely et.al., 1990:10);

- criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

5. Sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local e ecossistema, a cultura e a área.

A Revista **Crea-RJ**, nº 19, de setembro de 1998, em matéria de capa, trata de um projeto alternativo para o desenvolvimento brasileiro (Desenvolvimento Para Quem?)

Revela que em dezembro de 1997, mais de 300 delegados, oriundos de diversos movimentos sociais do país, reuniram-se em Itaipó (SP), para debater os rumos do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, isto é, analisar os problemas do país, mapear suas potencialidades e formular um novo modelo de desenvolvimento, o que resultou na publicação de um livro, intitulado *A Opção Brasileira* (Ed. Contraponto).

Tal obra, ao abordar os eixos de desenvolvimento possíveis para o Brasil, "assinala a necessidade de aumentar a nossa capacidade de criar tecnologias e produtos usando as vantagens comparativas que temos e preparando a sociedade brasileira para tornar-se cada vez mais intensiva em inteligência.

Dentre os diversos campos de pesquisa destacadas no livro, são enumerados alguns que poderiam ser explorados para o enfrentamento dos diversos problemas brasileiros:

1º O Brasil é campeão em biodiversidade, tendo em seu território 36% das florestas tropicais remanescentes. Entre os ecossistemas de grandes dimensões existentes no mundo, eles formam o mais complexo. Abrigam mais de 60 mil espécies vegetais superiores, 2,5 milhões de espécies de peixes, 300 espécies de mamíferos etc. Muitas sequer foram descritas e milhões de espécies de microorganismos são completamente desconhecidos, desconhecendo-se o seu potencial para a farmacologia, a engenharia genética, a agricultura, etc. Diante da ocupação predatória em curso, nossa sociedade precisa enfrentar, com sentido de urgência, o desafio de conhecer profundamente esse ecossistema e desenvolver um modelo de ocupação ajustado a ele, multiplicável e capaz de combinar sustentabilidade ecológica e viabilidade econômica.

2º Ao que tudo indica, o petróleo se esgotará ainda na primeira metade do século XXI. Assim, a alteração da matriz energética é um problema mundial, decisivo a médio prazo. As maiores possibilidades de resolvê-lo estão nos trópicos, através do desenvolvimento das formas, hoje embrionárias de utilização de fontes renováveis representadas pelo sol e a biomassa. É um desafio científico que precisamos enfrentar.

3º A sustentabilidade da produção agrícola será outro problema central no século XXI, diante do evidente esgotamento do modelo baseado na utilização intensiva de insumos químicos e venenos. Para dobrar a produção mundial de alimentos entre 1950 e 1985, foi necessário multiplicar por nove a aplicação de fertilizantes e por 32 de pesticidas, tornando preocupantes a destruição dos solos, o aumento da poluição e o consumo exagerado de recursos e energia. A alternativa mais promissora é o desenvolvimento de linhagem de microorganismos que fazem a fixação biológica do nitrogênio (FBN) atmosférico, eliminando a necessidade de fertilizantes nitrogenados. O Brasil pode assumir a liderança mundial no desenvolvimento da FBN, que será a chave de uma agricultura sustentável e de alta produtividade no próximo milênio.

4º A água doce será o principal recurso natural no próximo século. A América do Sul detém cerca de 47% dos recursos hídricos do planeta, concentrados principalmente no Brasil. Nossa matriz energética de natureza hidroelétrica multiplicou grandes reservatórios por todo o território, possíveis de múltiplos usos.

Na Amazônia, a cobertura vegetal comanda um mecanismo que recicla 6 a 7 bilhões de tonela-

das de água doce por ano. Para ficarmos apenas na questão da alimentação, a calha central do rio Amazonas, seus grandes afluentes e os lagos de várzea poderão ser transformados na mais importante fonte mundial de proteína animal de alta qualidade e baixo custo, através de uma piscicultura organizada e sustentável, com o manejo racional das duas mil espécies de peixes e outras tantas de crustáceos que vivem ali, cujos ciclos biológicos precisam ser melhor conhecidos.

5º Como as doenças parasitárias atingem os países do terceiro mundo, especialmente as populações pobres, até hoje ainda não se desenvolveram mecanismos eficazes para o seu controle. Apesar disso, do ponto de vista científico, já estão bem estabelecidos os princípios que podem levar, a curto prazo, à produção da vacina contra a malária, que abriria o caminho para vacina contra as demais doenças parasitárias. Os dois grupos-ponta, que trabalham nessa questão estão sediados em Nova Iorque e Paris, ambos chefiados por cientistas brasileiros que não encontraram condições de trabalho em nosso País.

O desenvolvimento de uma medicina e de uma poderosa indústria farmacêutica ligadas aos problemas do Terceiro Mundo é outro campo científico em que o Brasil pode assumir posições de destaque.

A Delegação reunida em Itaipu (SP), em 1997, decidiu construir uma ampla rede de militantes, enraizada na sociedade, batizada de Consulta Popular, pretende, portanto, expandir essa perspectiva suscitando indicadores que, antes de revelarem burocraticamente um diagnóstico simplista, atenta para a visão prospectiva em face das potencialidades já cotejadas ou identificadas.

Em publicação de documentos produzidos para a Conferência Internacional "Amazônia 21: Uma Agenda para o Mundo Sustentável, que se realizou em Brasília, no ano de 1997, sob a responsabilidade da Secretaria de Coordenação da Amazônia e da Associação das Universidades Amazônicas, guardava a referida conferência o objetivo precípuo de "obter subsídios importantes para o aperfeiçoamento e a implementação da Agenda Amazônia 21 brasileira".

Já na sua apresentação, a referida obra destaca que: "A Agenda 21 brasileira ressalta, como suas linhas mestras três rumos: 1. A região tratada como questão nacional; 2. A preferência por um modelo de desenvolvimento sustentável e, como objetivo final, a valorização humana e social. Essa ótica implica em desafios: a) de integração interna e externa, intra

e interregional; **b)** de uma atitude de proteção ao meio ambiente e, **c)** da procura de uma ampla cooperação internacional".

Nesse contexto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, insere-se o Estado do Amapá, que desde quando ainda Território Federal, no Governo Nova da Costa, começou a dar ênfase ao Desenvolvimento Regional – na visão do espaço em suas potencialidades – sua vocação, tendo o ser humano como o grande beneficiário das repercussões sociais e econômicas do aproveitamento das riquezas naturais. A ciência regional associada à visão política se transforma no mais precioso instrumento para criar melhores condições de vida e de bem estar social, aqui tomando de empréstimo a conceituação expendida pelo grande amigo e Governador do Amapá, naquela época, Jorge Nova da Costa.

Aliás, exercendo o Governo do Amapá, Nova da Costa adotou um Plano de Prioridades, visando consubstanciar sua política administrativa, cuja crença se assentava no sentido de "promover o crescimento ordenado e o desenvolvimento econômico e social do Amapá, através de programas cujo fundamento básico determinasse a utilização racional do potencial existente na região, vale dizer, a implementação das ações do governo calcada nas concepções do desenvolvimento regional e na perspectiva do desenvolvimento harmonizando a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento social, disciplinando as ações produtivas.

Enfatizando a interiorização da ação governamental e visando dotar o Amapá de infra-estrutura física, econômica e social, elegeu como programa de prioridades: desenvolvimento urbano, desenvolvimento e reforma agrária, consolidação da malha rodoviária, expansão da rede hospitalar, rede macrodrenagem de áreas urbanas inundáveis e cais de proteção, expansão do ensino profissionalizante, desenvolvimento do setor elétrico, desenvolvimento do setor de turismo, melhor aproveitamento do Porto de Macapá, e segurança nas áreas periféricas e no interior.

Convém, ainda, dada a importância desse Plano de Prioridades, como instrumento de concepção e formulação de políticas públicas para o estado do Amapá, então Território, reportar os aspectos geocômicos ali enunciados: "O Amapá apresenta-se privilegiado em relação às demais Unidades Federativas da região Norte devido sua posição geográfica, localizando-se no extremo setentrional do país, à orla atlântica, o que possibilita grandes perspectivas nas relações de comércio internacional com os mer-

cados da América Central, América do Norte e da Europa.

Aliado a estas vantagens, deve-se considerar o grande potencial natural disponível e ainda inexplorado na sua grande parte, representado pela variedade da flora e fauna, recursos minerais e energéticos, vastas extensões de áreas naturais possíveis de serem integradas ao processo produtivo, o que torna o Amapá propício a uma diversificação de investimentos.

Dentre a vasta gama de recursos presentes, destaca-se:

- Uma floresta de rendimento com aproximadamente 9,5 milhões de hectares, com uma reserva superior a 900 milhões de m de madeira de grande aceitação comercial incluindo-se: cedro, acapu, andiroba, maçaranduba, acariquara, angelim, mogno etc.;

- Uma rica e variada fauna, com especialidade aquática, caracterizada pela piscosidade das águas costeiras, dos rios e lagos internos, cujo potencial ainda não foi devidamente avaliado e nem explorado na extensão do nível de importância que representam como fonte alimentar e do abastecimento regional;

- Potencial hidrelétrico estimado em 1.32MW, dos quais são utilizados apenas 40MW, com perspectivas, a médio prazo, do aproveitamento de mais 30MW, com a instalação e funcionamento da 3ª turbina da Usina Coaracy Nunes, e da construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas Cel. Arlindo Eduardo Correia, no rio Amapá Grande (Município de Amapá) com 4MW, e de Roque Pennafort, no rio Cricou (Município de Oiapoque) com 6MW;

- Grande potencial mineral, ainda não totalmente avaliado na extensão de suas reservas, com exceção do minério de manganês da Serra do Navio, cuja reserva média está estimada atualmente em 12 milhões de toneladas, e de caulim, no Morro do Felipe à margem esquerda do rio Jari, Município de Mazagão, com reserva estimada em 603 milhões de toneladas. Deve-se citar o grande potencial representado pelo minério de ouro existente nos garimpos espalhados por quase todo o Amapá, destacando-se porém, as regiões de Lourenço, nos Municípios de Calçoene e Oiapoque, com produções altamente expressivas e cujas reservas estão estimadas em 10.000.000 de toneladas, com 2,09 gr/ton de teor;

- Existem ocorrências também já detectadas de cromita nas regiões de Iguarapé do Breu (Mazagão) com reserva já estimada de 100.000 toneladas, estando já em fase de implantação, o projeto de

uma usina ferro-liga que utilizará a cromita e o mangês de baixo teor com o ferro de Vila Nova;

— Outras substâncias minerais já detectadas no Amapá são: a cassiterita, com uma produção de 4 t/ano; a argila; columbita; além da tantalita, menos expressiva.

— Destaca-se também a existência de vastas áreas de terras devolutas de baixa a média fertilidade natural, porém corrigíveis e em condições de produzirem e se integrarem ao processo de desenvolvimento do Setor Primário e aumento da fronteira agrícola.

— Deve-se chamar atenção para o grande potencial turístico representado por fenômenos naturais de grande expressão a exemplo da foz do rio Amazonas; a pororoca do rio Araguari; o Parque Nacional do Cabo Orange; a Reserva Biológica do Lago Piratuba; a Estação Ecológica da Ilha de Maracá. Não se pode esquecer a própria cidade de Macapá, Capital do Amapá banhada pelo rio Amazonas e cortada pela linha do Equador, com seu traçado urbano a partir da Fortaleza de São José, única do estilo Vauban, no Brasil.

Desta forma o Amapá, detentor que é de toda esta gama de potencialidade ainda inexplorada, constitui-se uma excelente opção para os investimentos privados que encontrarão todos os fatores locais e vantagens comparativas capazes de torná-los viáveis economicamente.

O atual Governo do Amapá foi eleito com o compromisso de promover um novo modelo de desenvolvimento baseado na equidade dos direitos sociais, na ordenação do uso e ocupação do espaço e na racionalização do aproveitamento dos recursos naturais. Trata-se do processo de desenvolvimento estadual, incorporando a questão ambiental no planejamento da economia e implantando ações interligadas com a área social. Com o objetivo maior de promover as condições necessárias para que a população possa exercer plenamente sua cidadania, o modelo econômico para o Amapá será centrado na utilização sustentável de suas riquezas naturais, através da agregação local de valor nas atividades econômicas e de parcerias com o setor privado e instituições comunitárias.

Ao fazer a apresentação do Programa, o governador do Estado diz que: "Este documento é uma versão concisa do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amapá que está sendo elaborado por um Grupo de Trabalho interdisciplinar e interinstitucional, coordenado pela Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, a ser apresentado

para aprovação do governador e para receber sugestões dos poderes legislativo e judiciário e dos setores organizados da sociedade. Depois de aprovado, o programa será encaminhado às principais agências de financiamento nacionais e internacionais para iniciar negociações de cooperação técnica e financeira visando a implantação dos projetos em todo o Estado.

O modelo será formulado tendo como referência seis diretrizes principais; a valorização das vantagens comparativas do Amapá; a sustentabilidade da economia; a busca da equidade social; a utilização de parcerias na implantação de projetos; a desconcentração das atividades e a municipalização das ações governamentais.

1.1 Valorização das vantagens comparativa do Amapá

O novo modelo para o Amapá deve valorizar as vantagens comparativas que o estado apresenta frente a outras regiões da Amazônia e do país. Há uma grande diversidade de ecossistemas em nível adequado de conservação, baixa densidade populacional, alta potencialidade de recursos minerais e pesqueiros, vastas áreas com biodiversidade intacta, cenários de grande beleza natural e acesso estratégico aos mercados internacionais. Marcado por uma geografia particular, o Estado apresenta uma posição estratégica em relação às demais unidades federativas que pode viabilizar, do ponto de vista do trânsito flúvio-marinho, a implantação e consolidação de atividades comerciais de mercado interno e externo.

A proximidade com muitos dos principais centros internacionais de desenvolvimento, realçada pela franquia da navegabilidade atlântica, permite ao Amapá projetar uma dinamização comercial baseada no incentivo à importação e exportação de produtos considerados vitais para a economia regional. A vizinhança com a meso-américa, em especial com a área caribenha, fortalece a política atual de consolidação de novas parcerias comerciais e intensificação da articulação de mercados regionais.

O Amapá não tem ligação rodoviária com o restante do país, fator que favoreceu seu estado de conservação, e deve aproveitar esta condição peculiar para definir um novo modelo econômico antes que seus recursos sejam degradados. Neste sentido, o relativo isolamento constitui uma vantagem comparativa, mesmo que temporária.

1.2 A sustentabilidade da economia

Entende-se que a sustentabilidade é resultado do equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais

e ambientais das atividades produtivas. Não se aplica somente aos recursos naturais, ou ao setor agrícola. É preciso discutir a aplicação do conceito para todos os setores da economia e, mais do que isso, definir as ações práticas a serem executadas para implantá-lo. Dessa perspectiva, os recursos naturais precisam ser vistos como capital econômico disponível para desenvolver a região de forma perene e com equidade social.

Através do novo modelo, o Estado deve criar capacidade de utilizar os recursos naturais de forma a poder manter e não facilitar a sua destruição. A agregação de valor às atividades agrícolas e florestais, à pesca e à mineração vai fortalecer a dinâmica local e regional gerando e distribuindo renda e fixando a população. A tecnologia disponível deve ser desenvolvida ou adaptada pelos órgãos competentes no Estado e transferida para os grupos locais. Ao mesmo tempo, o Estado vai definir critérios de utilização e de retorno social e ambiental e atrair capital privado de outras partes do País e do exterior.

1.3 A busca da equidade social

Historicamente, a exploração econômica dos recursos naturais e a geração de riquezas, tem se dado de forma concentrada, conduzindo a uma situação de extrema miséria para grande parcela de seu contingente populacional. A exuberância dos cenários naturais contrasta com a pobreza social. Grandes projetos industriais de exploração mineral e madeireira convivem com cidades ribeirinhas sem infraestrutura social. Reverter esse quadro, propiciando condições de trabalho e qualidade de vida à grande maioria da população é um objetivo que irá nortear as diretrizes do programa de governo.

Equidade social intertemporal significa atender as necessidades das gerações atuais e futuras e depende de várias circunstâncias, dentre elas, a incorporação da condição de cidadania por toda a população e, por parte do Estado, de seu dever constitucional de promover e manter a dignidade social.

1.4 A utilização de parcerias na execução de projetos

O Estado não pretende investir nem executar diretamente as novas políticas de desenvolvimento. Ao contrário, quer estabelecer parcerias controladas, na medida em que é o governo que define os critérios dentro dos quais as atividades devem ser desenvolvidas e fiscaliza os resultados e impactos sociais e ambientais potenciais. O respeito ao meio ambiente e aos compromissos do programa deverão condicionar a escolha das parcerias. Além disso, es-

pera-se que as empresas contribuam com o desenvolvimento das regiões nas quais estão inseridas.

As cooperativas e associações comunitárias receberão apoio e incentivo técnico e financeiro, para se capitalizarem e se inserir no mercado. A valorização da agroindústria, através de pequenas empresas, deverá gerar renda evitando a migração rural.

1.5 Desconcentração das atividades

Há excessiva concentração econômica em Macapá, capital do Estado, e na cidade portuária de Santana. A migração interna vem se acentuando como reação à falta de oportunidades e à inexistência de serviços sociais básicos nas demais cidades, tendo sido responsável pela forte concentração urbana. Todavia, estas cidades não têm condições de absorver economicamente o contingente atraído, o que deu origem a favelas com precárias condições sanitárias. Reorientar o crescimento das cidades e dinamizar eixos regionais, de acordo com os recursos naturais predominantes, será uma diretriz central do Programa.

1.6 Municipalização

O estabelecimento de parcerias entre o Governo do Estado e as Prefeituras, visando a geração de empregos e de recursos financeiros nos municípios, é outra diretriz visando fixar a população. As áreas prioritárias para a municipalização são a educação, a saúde, a aquisição da merenda escolar e a manutenção das obras públicas. Mas existem critérios definidos pelo Governo do Estado para que um município seja beneficiado com recursos adicionais; deve utilizar mão-de-obra e matéria-prima locais; não alocar mais de 60% dos recursos arrecadados na contratação de funcionários; adotar critérios ambientais na promoção de atividades econômicas e criar conselhos comunitários para participar e fiscalizar as ações das Prefeituras.

Creio, Sr. Presidente, que a sustentabilidade, diferentemente de qualquer modismo de época, é de forma indiscutível, a grande e undécima "onda" – para lembrar Toffler – nesta virada do milênio.

A caminhada longa desde Estocolmo em 70, passando pela ECO-92, e tantas e tantas iniciativas, como os pactos, dentre eles, o Amazônico, e as conferências continentais, transcontinentais, denotam, na expressão rediviva do Leviatã, o homem é o lobo do homem e também da natureza. Há ainda, em tempo que celeremente passa, a perplexidade da indagação. A vida ou o caos?

Em nosso país, a preocupação com a educação ambiental, com o estabelecimento de uma política específica, e para as iniciativas outras já mencionadas trazem um alento, uma pequena luz ao fim do túnel, em momento tão complexo e conturbado da vida nacional.

A nossa esperança repousa na perspectiva de que a educação, seja ela formal ou informal, possa imantar a indução e a condução do aperfeiçoamento de um direito ambiental que assegure o primado da justiça na elevação e preservação dos valores da vida, da cidadania; de uma consciência política que se traduza naqueles que têm a responsabilidade na condução dos destinos do país, e, portanto, que têm obrigação quanto à prática da gestão ambiental, seja no aspecto da aplicação de normas, seja na definição de políticas, consagrando, através de ações práticas, a liberdade, a soberania, o desenvolvimento plasmando o bem-estar social, a felicidade.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, no que concerne à Política Nacional do Meio Ambiente, felizmente um novo tempo se inaugura. A par dos esforços reconhecidos do ex-ministro Krause, a quem muito se deve no tratamento da questão ambiental, agora temos na visão do ilustre ministro Sarney Filho, uma Agenda-Diretrizes, que constante de seu discurso de posse, revela em primeiro plano, sua percepção e sensibilidade, quanto aos problemas ecológicos e sua vontade política no sentido de ampliar cada vez mais o diálogo e cooperação, buscando a consecução dos objetivos. Diz o Ministro Sarney Filho: "os grandes desafios do século XXI serão os problemas ecológicos.

O Brasil tem grandes responsabilidades mundiais. Todos que desejarem nos ajudar a gerir nossos problemas ambientais serão bem-vindos, sobretudo aqueles que no mundo inteiro se preocupam com a Amazônia e a Mata Atlântica, hoje há um grande espaço para a cooperação, sem expor a soberania dos países."

A relevância de tais diretrizes levam-me a incorporá-las a este pronunciamento, porque elas refletem um cenário-síntese da grande necessidade nacional de oferecer a este país continental a dimensão que corresponda a sua verdadeira vocação histórica.

"1. Promover a descentralização da gestão ambiental mediante revisão e repartição das competências das distintas esferas de governo, levando em conta o princípio federativo e o fortalecimento institucional do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente);

2. impor aos instrumentos de gestão, como monitoramento e o licenciamento, metas de qualidade, através de precisos indicadores de aferição do desempenho da administração ambiental, notadamente no controle da poluição dos centros urbanos e do desmatamento e queimadas das nossas matas e florestas;

3. Ampliar as áreas protegidas, mediante criação de novas unidades de conservação de uso direto e indireto, bem como a implementação de infraestrutura destinada a eliminar a sub-utilização científica, educativa e turística dos parques e reservas existentes no país;

4. expandir a base florestal produtiva, combinando as ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, visando a alimentar a oferta sustentável de madeira, regenerar ecossistemas afetados pela ação antrópica e contribuir para o balanço global de gás carbônico;

5. consolidar o processo de reorientação dos investimentos na Amazônia Legal, visando o controle das queimadas e da expansão desordenada da fronteira agropecuária, bem como estabelecer mecanismos de revisão no persistente processo de desmatamento dos remanescentes florestais da mata atlântica;

6. Otimizar o processo de criação e instalação dos comitês de bacias hidrográficas, objetivando a implantação dos principais mecanismos de gestão das águas previstos na lei nacional de gerenciamento de recursos hídricos;

7. ser implacável na observância da lei, combatendo, desestimulando e usando do poder coercitivo do governo contra a violação do meio ambiente, notadamente no desmatamento, queimadas, poluição das águas, agressão às nossas reservas e toda forma de destruição na natureza;

8. conscientizar o país sobre os problemas ecológicos, fazer inserir no conceito de desenvolvimento, não somente o político, o social, o econômico, mas o desenvolvimento ambiental, chave do futuro."

Move-me nesta abordagem, quando me volto para a Amazônia – contribuir para uma ampla mobilização, ante às responsabilidades de que todos desta Casa estão imbuídos no sentido de aprimorar a articulação das Instituições, dos organismos regionais em benefício do desenvolvimento desse nosso grande patrimônio nacional.

A minha experiência de homem público, permite-me levantar algumas considerações/propostas:

– Promover o fortalecimento da Sudam para que de fato venha cumprir o seu relevante para realizar o planejamento regional. Que o PDA seja de fato um Plano Diretor – num instrumento de lei, que deve ser debatido e aprovado neste Congresso.

– Prosseguir o zoneamento ecológico econômico trabalho imprescindível para disciplinar as ações produtivas – diante das diversidades regionais cada área tem a sua peculiaridade. Reativar os Programas Nossa Natureza e o Calha Norte.

– Adequar os incentivos fiscais de modo que sua aplicação seja para diminuir as disparidades já bem evidentes na Unidade da Federação na região. A aplicação dos incentivos tem que ser seletivos no aspecto setorial produtivo – como no espaço geográfico para que se faça uma tentativa de hierarquizar as unidades produtivas com os centros de apoio. Enfim, haver melhor distribuição territorial.

Se a finalidade é incentivar para ocupar e induzir o desenvolvimento temos que mudar a diretriz de atuação ante os requisitos da economia tradicional – que tem se mostrado concentradora nos grandes centros e inibidora na transformação das áreas potenciais – periféricas, justamente aquelas mais interiorizadas, mas que necessitam ser ocupadas economicamente, especialmente nas zonas de fronteira.

Que estes incentivos, aplicados na costa litorânea na exploração pesqueira, tenha a unidade industrial na região onde é retirada a matéria-prima. Isto evita a concentração nos grandes centros gera emprego local. Tornando a economia voltada para dentro, com repercussões sociais e econômicas mais favoráveis em termos da interiorização do desenvolvimento. Esta conduta tem de ser considerada em outros setores produtivos da riqueza Amazônica.

– Apoiar os trabalhos de pesquisa científicas e tecnológicas. Prover de meios o INPA – Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas, entidade pioneira com um acervo de estudos surpreendentes, que tem de ser difundido por todos os Estados da Amazônia. Que este apoio seja estendido às demais instituições que desenvolvam trabalhos desta natureza.

– Fortalecer as Universidades e demais entidades que promovam estudos sociais econômicos.

– Finalmente desejo lembrar, em se considerando o planejamento regional, seria bom pensar, refletir na volta da Superintendência do Centro-Oeste (SUDECO) cuja região tem grande extensão tipicamente Amazônica, que tem imenso potencial, com peculiaridades bem locais – e que precisa estar integrada ao desenvolvimento global da Amazônia.

Bem, são estas algumas preocupações que submeto à reflexão de todo, para que busquemos o verdadeiro caminho na conduta de ocupar e levar o progresso a Amazônia em termos nacionais.

Vamos pensar no futuro de nossas riquezas e do nosso povo.

Vamos nos reconciliar com o sonho Nacional, nesse aspecto, a Amazônia.

Temos que discutir, refletir adequadamente o futuro de nossas regiões.

Vamos todos conjugar esforços para construir-mos um País que não transija, não se curva, não negocie a sua soberania, sua independência e seu destino.

Torno a repetir, ao concluir este pronunciamento: Quem tem a Amazônia não tem o direito de temer o futuro, como já falou o eminente Senador José Sarney

É com este sentimento que concluo, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, valendo-me ainda uma vez das palavras do Ministro Sarney Filho – verdadeira lição de maturidade e idealismo "A Causa do Meio-Ambiente é Movida pelo Idealismo. Ela não comporta radicalismos políticos. Ela é de todos porque é da humanidade. Deve começar dentro de cada um de nós, com a consciência de que temos de reconhecer os direitos da natureza, preservando-a e evitando sua destruição".

A minha crença é a de que o nosso país e este Congresso haverão de saber construir com inteligência e dignidade esse futuro.

Que Deus nos ajude!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 16 minutos.)

(OS 10505/99)

**AGENDA CUMPRIDA PELO
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

28-1-99

Quinta-feira

**11h – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Federal**

EMENDAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1** adotada em 21 de janeiro de 1999 e publicada no dia 22 do mesmo mês e ano, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências":

CONGRESSISTAS - EMENDAS NºS	
Deputado ANIVALDO VALE	021.
Deputado CHICO VIGILANTE	001, 002, 003, 005, 009, 010, 011, 012, 014, 016, 017, 018, 019.
Deputado JOSÉ LINHARES	006, 007, 008.
Deputado MIRO TEIXEIRA	004, 013, 015, 020.

TOTAL DE EMENDAS - 021

PUBLIQUE-SE EM,

28 / 01 / 99

Serviço de Comissões Mistas
do Senado Federal

MP - 1799-1

000001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999.

EMENDA MODIFICATIVA

Suprima-se, do art. 2º da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º, a expressão "o Conselho do Programa Comunidade Solidária", inserindo essa expressão no art. 5º da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que as competências antes alocadas à Casa Civil de promover a articulação com a sociedade civil foram transferidas para a Secretaria de Estado de Relações Institucionais, melhor seria que também a estrutura alocada às competências do Programa Comunidade Solidária fossem também transferidas, pois se trata, efetivamente, de uma ação de governo que diz respeito, expressamente, à articulação do governo e da Sociedade Civil, mediante políticas de parceria com o propósito de melhoria das condições de vida dos cidadãos carentes.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. Chico Uipirante
PT/DF

MP - 1799-1

000002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 2**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o art. 5º-A da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º da MP nº 1.799-1.

JUSTIFICAÇÃO

A criação de uma Secretaria de Estado de Planejamento e Avaliação, em lugar da extinta Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, significa "trocar seis por meia dúzia". Melhor seria que as competências relacionadas ao planejamento estratégico acompanhassem as demais relativas à formulação de políticas de longo prazo, as quais foram mantidas no Ministério do Orçamento e Gestão, que sucede o Ministério do Planejamento e Orçamento. Um novo órgão na estrutura da Presidência da República, com status "quase ministerial", somente terá como efeito aumentar a despesa com a estrutura administrativa e "acomodar" os ocupantes de espaços de poder extintos pela "reforma ministerial", sem assegurar maior qualidade ao processo de formulação das políticas e de decisão no âmbito do Governo.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. Chico Uipirante
PT/DF

MP - 1799-1**000003****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE****EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se no art. 16, inciso XI, no art. 25-A, no art. 43 e no art. 48 da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º da MP nº 1.799-1, a expressão "Secretaria de Estado de Administração e do Patrimônio, bem como o inciso II do § 5º do art. 14 da Lei nº 9.649/98, também constante do art. 1º da MP nº 1.799-1, e, no art. 25-A da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º da MP, a expressão "e de Secretário de Estado de Administração e do Patrimônio".

JUSTIFICAÇÃO

A criação de uma Secretaria de Estado de Administração e Patrimônio, integrante da estrutura do Ministério do Orçamento e Gestão, é uma aberração na estrutura ministerial proposta pela MP. Em primeiro lugar, porque tal Secretaria seria, na prática, um ministério dentro do ministério, caso seja nela reproduzida uma estrutura de até 3 secretarias, conforme previsto no art. 16, § 4º proposta pela MP. Em segundo lugar, porque as competências alocadas a essa Secretaria são, na verdade, competências que devem caber ao próprio ministério, em especial aquelas que são correlatas ou decorrentes das competências de formulação da política de recursos humanos e de reforma do Estado. Não se pode, pura e simplesmente, segmentar uma Secretaria no âmbito do Ministério, cabendo a ela apenas operacionalizar o Sistema de Pessoal Civil, controlar folha de pagamento e sistemas de administração de recursos de informação e informática, os quais dependem, evidentemente, de uma política administrativa de responsabilidade ministerial.

A única hipótese de considerar-se válida essa nova figura é a de que, na verdade, se esteja criando mais um "prêmio de consolação", que atende a interesses pessoais do personograma governamental, e não aos reais interesses da sociedade para os qual o Estado deve ser orientado.

Sala das Sessões, 22/01/99

Dep. Chico Mendes
PT/DF

MP - 1799-1

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/01/99

Proposição: Medida Provisória nº 1799-1/99

Autor: Deputado Miro Teixeira

Nº Prontuário: 317

1



Supressiva

2



Substitutiva

3



Modificativa

4



Aditiva

5

Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto: Suprima-se a alínea "a)" do inciso V do art. 18 da Lei nº 9.649/98, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória, renumerando-se os demais:

JUSTIFICAÇÃO

Quando da edição da Medida Provisória nº 813, de 01 de janeiro de 1995, reeditada e alterada consecutivamente até a presente MP, que "**dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências**", houve a transferência dos assuntos que constituem área de competência da Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - **CORDE**, então subordinada ao Ministério do Bem-Estar Social, para o Ministério da Justiça, conforme estabelece o Art. 14, inciso XI, alínea "e", ficando claro o espírito da reforma de apenas transferir a subordinação da **CORDE**. Assim, apresentamos ao art. 16, inciso VIII, a adição da Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

Observamos, contudo, um equívoco na redação dada à alínea "a)" do inciso V do art. 18 da Lei nº 9.649/98, decorrente da transferência da **CORDE**, para o Ministério da Justiça, até mesmo de sua não necessidade, uma vez que a proposta de transferência já estava devidamente explicitada na redação do art. 14 da mesma Lei, conforme já explicitado.

Sendo assim, apresentamos Emenda supressiva da referida alínea "a)", que atende, também, à solicitação da Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais - **FEBIEX**, entidade da sociedade civil de reconhecidos e significativos serviços prestados aos portadores de deficiência física e ao País. Daí porque pretendemos, com a presente emenda, promover a devida correção na estrutura da reforma administrativa, porquanto a proposta efetiva do legislador não foi a de extinguir a **CORDE**, tanto assim que foram mantidas as suas competência e seus cargos, ao contrário do que ocorreu com outros órgão cuja transformação e/ou extinção encontra-se claramente definida nos arts. 19, 21 e 22 da referida Medida Provisória.

Assinatura:

1799_1.sam

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999.**EMENDA SUPRESSIVA****MP - 1799-1****000005**

Suprima-se o inciso XIII do art. 19 da Lei nº 9.649, constante do art. 1º da MP.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º da MP, alterando o art. 19, XIII da Lei nº 9.649, extingue o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, autarquia federal que tem como função promover esforços para minimizar os efeitos da seca na região semi-árida do Nordeste, abrangida pelo Polígono das Secas, por meio do beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações, irrigação, radicação de populações em comunidades de irrigantes e em áreas integradas à reorganização e ao desenvolvimento agrário, através dos programas especiais de apoio à região semi-árida, inclusive fomento e expansão à aqüicultura, elaborar planos de recursos hídricos implantar e administrar sistemas de informações sobre recursos hídricos e prestar assessoria técnica aos órgãos estaduais e municipais.

Essa extinção, além de contrária aos interesses das populações atingidas pela seca, é inconstitucional, pois desconhece a vigência do art. 37, XIX da CF, que exige que "somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua fundação". Também ignora o art. 246 da CF, que veda o uso de medida provisória para implementar dispositivo da CF alterado após 1995 - o que é o caso do inciso XIX do art. 37, alterado pela EC nº 19/98. Ora, face ao princípio do paralelismo da forma, consagrado em direito administrativo, se exigida lei específica, que não pode ser veiculada por medida provisória, para criar entidade, também não pode ser veiculada por medida provisória a extinção dessas entidades.

Isso, sem dúvida, protege o interesse público, à medida que impede que, por decisão unilateral do Presidente da República, instituições já consolidadas e que prestam relevantes serviços sejam desmontadas de um momento para o outro, como ora ocorre com o DNOCS, instituição quase centenária que vem prestando relevantes serviços à região Nordeste.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. João Pinheiro
PT/DF

MP - 1799-1

000006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

27 / 01 / 99

MEDIDA PROVISORIA 1799/1 DE 21 DE JANEIRO DE 1999.

DEPUTADO JOSE LINHARES

Nº PRONTUÁRIO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do Art. 12 da MP, o seguinte texto:

Art. 12

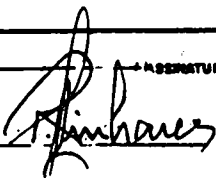
" Art. 19

XIII - O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCs"

JUSTIFICATIVA

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas é de fundamental importância no combate à seca na Região Nordeste, já que a sua atuação minora o sofrimento dos que vivem às intempéries e aos castigos que a seca leva àquela região.

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP - 1799-1

000007

27/01/99

MEDIDA PROVISÓRIA 1799/1 DE 21 DE JANEIRO DE 1999.

DEPUTADO JOSE LINHARES

Nº PRONTUÁRIO

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do Art. 1º da MP o inciso XIII da Lei 9649, de 27 de maio de 1998, e inclua-se, onde couber, um artigo com a seguinte redação:

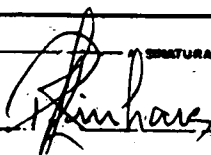
"O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS será transformado em Agência de Fomento de Recursos Hídricos".

JUSTIFICATIVA

A transformação do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em Agência de Fomento de Recursos Hídricos visa a continuidade de medidas de combate à seca no Nordeste, dentre elas o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

10

SIGNATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1799-1

000008

2 DATA
27 / 01 / 993 PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA 1799/1 DE 21 DE JANEIRO DE 1999.4 AUTOR
DEPUTADO JOSE LINHARES

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO 9 PARÁGRAFO 10 INCISO 11 ALÍNEA

Suprima-se do Art. 1º da MP o inciso XIII da Lei 9649 de 27 de maio de 1998 e inclua-se, onde couber, um artigo com a seguinte redação:

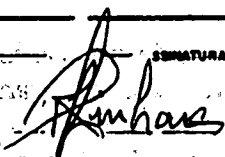
"O Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas - DNOCS, ou a Agência de Fomentos Hídricos resultante de sua transformação, juntamente com a Secretaria Especial de Políticas Regionais, terão como tarefa a administração dos Recursos Hídricos que estão ao seu encargo, assim como do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco".

J U S T I F I C A T I V A

A administração dos Recursos Hídricos e do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco visa fortalecer e dar continuidade às ações de combate à seca na Região Nordeste.

10

SIGNATURA



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999.**MP 1799-1****EMENDA SUPRESSIVA****000009**

Suprima-se o inciso IV do art. 20 da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º da MP.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso IV do art. 20 transfere à Secretaria de Políticas Regionais a competência de promover obras contra as secas. Essa transferência de competências só faria sentido se associada à extinção do DNOCS, que não pode ser veiculada pela MP em tela, e ainda menos sem ampla discussão prévia pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 22/01/99

Dep. *[assinatura]*
PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DI**MP 1799-1****EMENDA MODIFICATIVA****000010**

Suprima-se o parágrafo único do art. 26 Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º.

JUSTIFICAÇÃO

Não pode a lei ou a medida provisória conferir, a quem não ocupa cargo de ministro de Estado, "prerrogativas, garantias, vantagens e direitos equivalentes aos de Ministro de Estado". Se a Constituição define, expressamente, no art. 87, que são atribuições e competências dos Ministros de Estado as de exercer a

orientação, coordenação e supervisão de órgãos e entidades e auxiliar o Presidente da República na direção superior da Administração Federal, não é cabível que se defina tais prerrogativas e os direitos delas decorrentes a quem não é Ministro de Estado.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. Chico Uchôa
PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999.

EMENDA MODIFICATIVA MP 1799-1

000011

Dê-se ao art. 2º da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º, a seguinte redação:

Art. 2º À Casa Civil da Presidência República compete assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente na coordenação e na integração da ação do governo, na verificação prévia e supletiva da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, bem assim supervisionar e executar as atividades administrativas da Presidência da República e supletivamente da Vice-Presidência da República, tendo como estrutura básica o Conselho do Programa Comunidade Solidária, o Gabinete, uma Subsecretaria, até três Subchefias, sendo uma Executiva, e um órgão de Controle Interno.

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada ao art. 2º da Lei nº 9.649, ao tratar das competências da Casa Civil, atribui-lhe a verificação prévia da constitucionalidade e legalidade dos atos presidenciais, e cria, na sua estrutura, uma Secretaria, 3 Subchefias e um órgão de Controle Interno. Além da colisão com o art. 4º da Lei Complementar nº 73/93, que atribui ao Advogado-Geral da União, que é órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, a competência para "VII - assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes" e "VIII - assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração", cria-se situação anômala, em que um órgão de staff, diretamente vinculado ao Presidente da República passa a ter estrutura interna semelhante à de um ministério, por meio de uma Secretaria, que é órgão de linha. Para corrigir essas distorções, a presente emenda propõe a manutenção

da redação original do artigo, que previa que a competência da Casa Civil em matéria jurídica seria supletiva, ao mesmo tempo que se permite a criação de uma Subsecretaria na Casa Civil.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. *[assinatura]* PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999

EMENDA MODIFICATIVA

MP 1799-1

000012

Dê-se, ao art. 15, § 3º da Lei nº 9.649/98, constante do art. 1º, a seguinte redação:

Art. 15

§ 3º. Poderá haver na estrutura básica de cada Ministério, vinculado à Secretaria-Executiva, um órgão responsável pelas atividades de administração de pessoal, material, patrimonial, de serviços gerais, de planejamento setorial e de orçamento e finanças."

JUSTIFICAÇÃO

Ao prever no § 3º do art. 15 as competências do órgão setorial de execução dos sistemas administrativos, foi omitida a competência de planejamento setorial, o que é absolutamente incoerente com a concepção geral de atividades sistêmicas e contrário à necessidade de existência de um órgão técnico que coordene ou compatibilize as atividades de planejamento setorial entre as áreas finalísticas dos Ministérios.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. *[assinatura]* PT/DF

MP 1799-1

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000013

Data: 27/01/99

Proposição: Medida Provisória nº 1.799-1/99

Autor: Deputado Miro Teixeira

Nº Prontuário: 317

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alinea:

Texto: Dê-se ao Inciso VIII, do Art. 16, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória, a seguinte redação:

"Art. 16. (...)

VIII - do Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o Conselho Nacional de Trânsito, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Nacional de Segurança Pública, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, a Ouvidoria-Geral das Polícias Federais, o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, o Arquivo Nacional, a Imprensa Nacional, a Ouvidoria-Geral da República, a Defensoria Pública da União e a Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, até quatro Secretarias."

JUSTIFICAÇÃO

Quando da edição da Medida Provisória nº 813, de 01 de janeiro de 1995, reeditada e alterada consecutivamente até a presente MP, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", houve a transferência dos assuntos que constituem área de competência da Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - **CORDE**, então subordinado ao Ministério do Bem-Estar Social, para o Ministério da Justiça, conforme estabelece o Art. 14, inciso XI, alínea "e" da Lei nº 9.649/98, ficando claro o espírito da reforma de apenas transferir a subordinação da **CORDE**. Assim, apresentamos a presente emenda ao art. 16, inciso VIII, alterado pelo art. 1º da presente MP, acrescentando a Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - **CORDE**.

É oportuno observar que a presente emenda atende à solicitação da Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais - **FEBIEX**, entidade da sociedade civil de reconhecido e significativos serviços prestados ao País. Portanto, presta-se a presente emenda a promover a devida correção na estrutura da reforma administrativa, porquanto a proposta efetiva do legislador não foi a de extinguir a **CORDE**, tanto assim que foram mantidas as suas competência e seus cargos, ao contrário do que ocorreu com outros órgãos cuja transformação e/ou extinção encontra-se claramente definida nos arts. 19, 21 e 22 da Medida Provisória.

Assinatura:

1799_3.sam

MP 1799-1**000014****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 I****EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se no art. 2º da Lei nº 7.735/89, constante do art. 2º da MP, a expressão "executar a política de recursos hídricos, mediante o instrumento de outorga de direitos de uso das águas de domínio da União".

JUSTIFICAÇÃO

Ao incluir a execução da política de recursos hídricos, mediante o instrumento de outorga de direitos de uso das águas de domínio da União, a Medida Provisória suprime competências antes a cargo do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Deve-se ressaltar que a competência do IBAMA nesta área deve ser restrita ao estabelecimento de normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos hídricos, mas não por meio da outorga de direito de uso, pois trata-se, aí, de concessão de direito de uso que deve ser mantida na esfera da União, dada a sua titularidade sobre a propriedade dos potenciais de energia hidráulica e a sua prerrogativa de poder concedente da exploração dos potenciais hidroenergéticos. Além disso, o uso de recursos hídricos para fins de irrigação não deve estar diretamente subordinado a funções de proteção ao meio de ambiente, embora deva, evidentemente, respeitar o princípio da preservação desses recursos, uma vez que a sua utilização está diretamente relacionada com a política de irrigação, a cargo do Ministério do Meio Ambiente, o qual absorveu as competências da Secretaria de Irrigação do extinto Ministério da Integração Regional, conforme o art. 18, II da Lei nº 9.649/98. Por fim, a manutenção do DNOCS reclama que sejam preservadas suas competências nesta área, conforme prevê a Lei nº 9.433/97.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. *[assinatura]*
PT/DF

MP 1799-1

000015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/01/99

Proposição: Medida Provisória nº 1799-1/99

Autor: Deputado Miro Teixeira

Nº Prontuário: 317

1 ☒

Supressiva

2 ☐

Substitutiva

3 ☐

Modificativa

4 ☐

Aditiva

5 ☐Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 5º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto: Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória, renumerando-se os demais:

JUSTIFICAÇÃO

A Fundação Centro Tecnológico para a informática foi criado pela Lei nº 7.232, de 29 de outubro de 1984, e definida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia como "*instrumento tecnológico da política nacional de informática, visando incentivar o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica nessa área*". Sua instituição ocorreu juntamente com dois outros centros de excelência científica, isto é o Centro de Desenvolvimento e Pesquisa da Telebrás - CPqD, criado para cuidar de assuntos vinculados às telecomunicações, e o Centro de Pesquisa da Petrobrás - CENPES, para desenvolver projetos na área de exploração de petróleo. Sua criação deveu-se, sobretudo, a necessidade do País dispor de um centro de pesquisa e tecnologia que pudesse sustentar e amparar o "boom" da informática marcado pelas décadas de 80 e 90.

Essa Fundação, estruturada em três Institutos (Automação, Microeletrônica e da Computação), serviu não-somente como instrumento de apoio ao Ministério da Ciência e Tecnologia, mas, de acordo com a multiplicidade de serviços e produtos que movimenta o setor, orienta sua política para o desenvolvimento de tecnologia endógena e, concomitantemente, apresenta soluções que beneficiam diretamente a sociedade brasileira. Quando a maioria dos países tratam os centros de excelência em tecnologia como área de importância estratégica, cercados da maior segurança, o Brasil - com a autorização para a extinção da Fundação - despreza os seus, recusando-se obstinadamente a ascender aos patamares dos países mais desenvolvidos do Planeta. Ademais, o CTI, na década de 90, tem um dos poucos caminhos para as pequenas e médias empresas ter acesso às tecnologias desenvolvidas. Lembramos, ainda, que o CTI, além do seu aspecto estratégico, gera direta e indiretamente milhares de postos de trabalho e a sobrevivência de algumas centenas de pequenas empresas, e, especialmente, representa o único polo de informática para o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas e desenvolvimento do Brasil e o único na América Latina. Por que extingui-lo?

Assinatura:

1799_4.sam

JUSTIFICAÇÃO

O art. 9º da MP autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a estrutura, vinculação e denominação dos cargos da Agência Espacial Brasileira. A estrutura dessa autarquia, definida em Lei, somente pode ser alterada por lei específica, sendo inadmissível a delegação dessa competência **por medida provisória** ao Presidente da República, uma vez que compete ao Congresso Nacional dispor sobre a criação, transformação e extinção dos cargos, empregos e funções públicas e sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração, **ai incluídas suas entidades autárquicas.**

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. Chico Li/plante
PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999.

EMENDA MODIFICATIVA

MP 1799-1

000018

Altere-se, no Projeto, onde constar, a expressão "Ministério do Orçamento e Gestão" por "Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão".

JUSTIFICAÇÃO

Coerentemente a proposta de unificação das competências de planejamento no Ministério que sucede o Ministério do Planejamento e Orçamento, propomos através desta emenda a adequação da denominação do órgão, agregando as funções planejamento, orçamento e gestão, que são, de resto, integrantes de sistemas administrativos afins.

Sala das Sessões, 27/01/99

Dep. Chico Li/plante
PT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.799-1, DE 21 DE JANEIRO DE 1999.**EMENDA ADITIVA****MP 1799-1****000019**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. ... Ficam lotados no Ministério do Orçamento e Gestão os cargos efetivos, ocupados e vagos, da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, cabendo-lhe exercer as competências de Órgão Supervisor da Carreira e definir o exercício de seus integrantes, que dar-se-á, observadas as prioridades da Administração Federal, em órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, sem prejuízo da Gratificação de Desempenho e Produtividade de que trata a Lei nº 9.625, de 1998."

JUSTIFICAÇÃO

Com a extinção do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado pelo art. 19, X da MP, não foram expressamente adotadas as providências adequadas a assegurar a transferência para o Ministério do Orçamento e Gestão dos cargos efetivos de seu quadro de pessoal. Quanto à transferência dos servidores afetos às funções absorvidas, a previsão contida no art. 43 da Lei nº 9.649/98 refere-se a cargos vagos, e a do art. 27 da Lei nº 9.649/98, prevê a transferência de servidores para os órgãos que tiverem absorvido as competências dos órgãos extintos. O MARE é, simplesmente, extinto – e não há qualquer previsão quanto ao órgão onde serão lotados os servidores ocupantes de cargos efetivos em sua estrutura, embora seja quase óbvio que os seus servidores efetivos serão lotados no MOG.

Caberia, portanto, previsão expressa, por exemplo, quanto à lotação dos cargos da Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, que deveriam ser lotados no MOG, ao qual caberia definir-lhes o exercício. Ressalte-se que a criação do Ministério do Orçamento e Gestão responde, de maneira bastante próxima, à configuração vigente em fevereiro de 1990, quando da lotação inicial dos membros da Carreira no Ministério do Planejamento e Coordenação. A reunião das competências antes a cargo do MPO e do MARE num órgão que tem grandes afinidades com as atribuições da Carreira de Gestores Governamentais recomenda, com ênfase ainda maior, que seja considerada a conveniência e necessidade de que sejam lotados nesse órgão os cargos da Carreira, revendo-se a concepção de lotação descentralizada adotada pela Lei nº 9.625/98 mas ainda não implementada.

Sala das Sessões, 22/01/99

Dep. Antonio Carlos
PT

MP 1799-1

000020

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 27/01/99

Proposição: Medida Provisória nº 1799-1/99

Autor: Deputado Miro Teixeira

Nº Prontuário: 317

1	<input type="checkbox"/>	Supressiva	2	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	3	<input type="checkbox"/>	Modificativa	4	<input checked="" type="checkbox"/>	Aditiva	5	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

Página: 1/1

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto: Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

Art. Os órgãos com competência de promover, no âmbito do Ministério da Fazenda, os assuntos referidos nas alíneas "e)" e "g)" do inciso X do art. 14 terão sua sede e foro localizados na cidade do Rio de Janeiro.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 14 da Lei nº 9.649/98, alterado pela presente Medida Provisória, cuida dos assuntos que constituem área de competência de cada Ministério e, nele, prescreve que o Ministério da Fazenda, dentre outros, terá a competência sobre os assuntos que versem sobre negociações econômica e financeiras com governos e entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, bem como da fiscalização e controle do comércio exterior.

Pois bem, muitos dos órgãos que tratam de comércio exterior estão, hoje, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Ademais, os portos de maior movimentação no Brasil, com carga provinda do exterior, estão localizados no Rio de Janeiro, como p. ex., o Porto de Sepetiba, cuja excelência dos serviços prestados tem atraído importadores nacionais e exportadores internacionais. Daí porque seria do mais elevado interesse da economia nacional, que os órgãos do comércio exterior tivessem sua sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Assinatura:

1799_5.sam

MP 1799-1

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000021

DATA 27.01.99	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1799-1
------------------	---

AUTOR Deputado ANIVALDO VALE	PSDB/PA	Nº PRONTUÁRIO 019
---------------------------------	---------	----------------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 (x) SUBSTITUTIVO GLOBAL
--

PÁGINA 1/5	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
---------------	--------	-----------	--------	--------

A Medida Provisória nº 1.799-1, de 21.01.1999, passa a vigorar conforme o seguinte substitutivo:

“Art. 1º A Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. Os Ministérios são os seguintes:

I-

XIII - do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

”(NR)

Art. 14. Os assuntos que constituem área de competência de cada Ministério são os seguintes:

I-

XIII - Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal:

”(NR)

Art. 16. Integram a estrutura básica:

I-

IX - Do ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e até cinco Secretarias.

§ 5º O Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal contará, dentre as cinco Secretarias a que se refere o inciso IX, com uma Secretaria finalística, específica para os assuntos da Amazônia Legal”
(NR)

Art. 17. São transformados:

I-

III - O Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal;

.....”(NR)

“Art. 24-A. São criados os cargos de Ministro de Estado da Educação, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministro de Estado do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, Ministro do Esporte e do Turismo, Ministro do Orçamento e Gestão”(NR)

Art. 2º O art. 2º da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, com a redação dada pela Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º É criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, entidade autárquica de regime especial dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, com a finalidade de executar, a política de preservação, conservação e uso sustentável, bem como fiscalização dos parques e reservas equivalentes, das florestas nacionais e outras áreas protegidas, executar, em conformidade com os critérios gerais estabelecidos pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a política de recursos hídricos, mediante instrumento de outorga de direito de uso das águas de domínio da União, exceto a outorga para aproveitamento de potenciais hidráulicos, executar programas ou atividades decorrentes da ação supletiva da União, observadas as diretrizes do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

Parágrafo único.....

.....”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Senhor Presidente da República submete à aprovação do Poder Legislativo a Medida Provisória nº 1799-1, de 21 de janeiro de 1999, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

Dentre as alterações, estão as que, em diversos dispositivos, estabelecem a substituição do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal pelo Ministério do Meio Ambiente (art. 13, inciso XIII, art. 14, inciso XIII, art. 16, inciso IX, e art. 17, inciso III, da Lei 9.649/98, e art. 2º da MP 1.999-1), bem como as que procedem a extinção e a criação dos respectivos cargos de Ministro de Estado (art. 22 e art. 24-A, da Lei nº 9.649/98).

Embora nos assuntos da área de competência do novo Ministério se incluam **políticas e programas integrados para a Amazônia Legal**, a ausência de uma designação, explícita e clara, de que é também o Ministério da Amazônia, reverte todo um quadro, iniciado em 1993, de posicionamento e afirmação do Brasil quanto à importância das questões amazônicas, cujas soluções estavam a exigir esforços e ações de forma integrada.

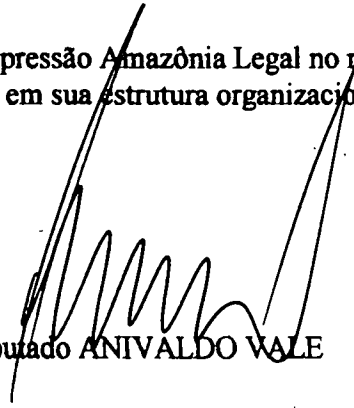
Nunca é demais se recordar que, naquele mesmo ano, quando do encaminhamento à apreciação do Congresso Nacional da Medida Provisória nº 350, de 14 de setembro de 1993 que, mediante transformação, criava o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, a correspondente Mensagem presidencial enfatizou a necessidade de se dar aos assuntos da Amazônia tratamento em nível ministerial, em face da inquestionável importância que o desenvolvimento sustentável da Região

assumia naquela quadra da vida nacional. E que o Poder Legislativo, acatando tal entendimento, aprovou a MP nº 350, por via de Projeto de Conversão do qual resultou a Lei nº 8.746, de 9 de dezembro de 1993.

Recorde-se, ainda, que durante todo o primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, esteve incluído dentre os Ministérios o da Amazônia Legal - como parte do de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - e nele, como órgão singular específico, uma Secretaria da Amazônia.

Por fim, ressalte-se que a Câmara dos Deputados, com plena consciência da importância da Amazônia como magna questão nacional, e de suas repercussões no cenário internacional, estabeleceu, dentre suas Comissões Permanentes, a da Amazônia e do Desenvolvimento Regional - CADR (Art. 32 do Regimento Interno).

Justifica-se, assim, a manutenção da expressão Amazônia Legal no nome do Ministério, bem como a explicitação de uma Secretaria finalística em sua estrutura organizacional.



Deputado ANIVALDO VALE

**Ata da 2ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 28 de janeiro de 1999.**

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de um mil, novecentos e noventa e nove, às nove horas, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente; Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário; Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Flaviano Melo, 3º Secretário; e Lucídio Portella, 4º Secretário. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. O Senhor Presidente inicia a reunião apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimento nº 3, de 1999, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 2:** Requerimento nº 19, de 1999, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação; **item 3:** Requerimento nº 21, de 1999, de autoria do Senador **Lúcio Alcântara**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 4:** Requerimento nº 24, de 1999, de autoria do Senador **Lauro Campos**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda; **item 5:** Requerimento nº 32, de 1999, de autoria do Senador **Eduardo Suplicy**, solicitando informações ao Ministro de Estado da Educação. Aprovados. **Item**

6: Requerimentos nºs 001 a 003, 006 e 021/99-M. Aprovados, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno. **Item 7:** Requerimentos nºs 004, 005, 007 a 011, 015 a 018, 020, 022 a 026, 028 a 032, 034 a 036, 039 a 041, 043 e 044/99-M. Aprovados, nos termos do art. 13 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 37, de 1995. **Item 8:** Requerimentos nºs 012 a 014, 019, 027, 033, 037, 038, 042 e 045/99-M. Aprovados, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno. **Item 9:** A Mesa recebeu, nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno, comunicações dos Senhores Senadores **Carlos Wilson, Eduardo Suplicy, Íris Rezende e Lúcio Alcântara**. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu, *Raimundo Carreiro Silva* (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, às nove horas e quarenta e cinco minutos, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 28 de janeiro de 1999.

Senador **Antonio Carlos Magalhães**
Presidente

Publique-se em 28/01/99

Antônio Carlos Magalhães
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 139, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001.357/99-9,

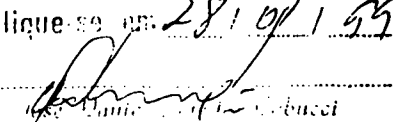
RESOLVE exonerar **IVAN JOÃO CALZA**, matrícula n.º 30496, do cargo de Secretário Parlamentar, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de

Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 28/01/99

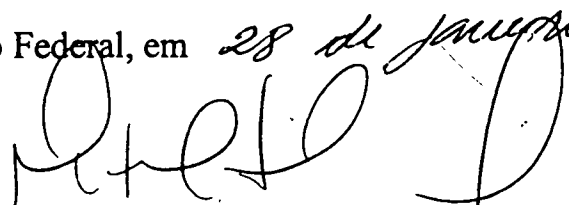

Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 140, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001.357/99-9,

R E S O L V E exonerar **JAQUELINE LIRA BARBOSA**, matrícula n.º 30702, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicou-se em 28/01/99
Assinado por: [Assinatura]
Márcio de [Assinatura] - [Assinatura] - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 141, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 01358/99-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCELO RAFAEL RECH**, matrícula n.º 30606, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner..

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicou-se em 28/01/99
Assinado por: [Assinatura]
Márcio de [Assinatura] - [Assinatura] - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 142, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado

Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 01358/99-5,

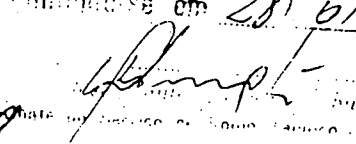
R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **VALDIR VITAL COBALCHINI**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publicado em 28/01/99


PUBL. DO SENADO DO BRASIL - IMPRESSÃO: SSP/ES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 143, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001.349/99-6,

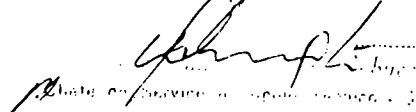
R E S O L V E exonerar **DAISY DE ASPER Y VALDES**, matrícula n.º 30043, do cargo de Assessor Técnico do Gabinete do Senador

Josaphat Marinho, e nomeá-la, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valladares.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publicação em 28/01/99


Plata de Serviço e Registro - SAPIES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 144, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 01359/99-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOÃO CARLOS GRANADO**, para

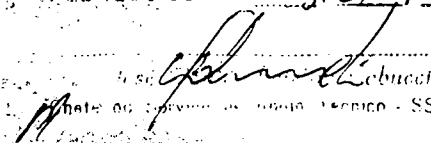
exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

Publique-se em 28/01/99


Secretário do Senado Federal - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL

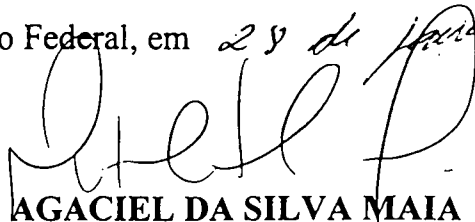
Nº 145, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001428/99-3,

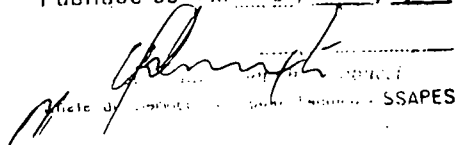
RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURÍCIO MARTINS DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar,

do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PPB.

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 28/01/1999

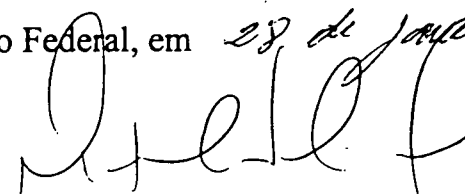

Mestre de Contas - Gabinete do Diretor-Geral - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 146, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 01346/99-7,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **JULIO FLAVIO GAMEIRO MIRAGAYA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete Senador Lauro Campos

Senado Federal, em 28 de janeiro de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares (4)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebei
3. Nabor Junior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge (3)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira (5)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucidio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 27.10.98)

- (1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social
- (2) Falecido, em 23.10.98
- (3) Renúncia, para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado do Pará
- (4) Posse como Ministro Extraordinário da Defesa
- (5) Renúncia, para assumir o cargo de Governador do Estado do Espírito Santo

SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/12	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-MOREIRA MENDES	RO-2231/37
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÃO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SÉBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
VAGO		1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO- 2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 08/01/99.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-REGINALDO DUARTE	CE-3242/43
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-VAGO	
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 4ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 12/01/99

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL****VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET****(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)****TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
MOREIRA MENDES	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

VAGO		1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22
----------------------	---------------------	------------------------	--------------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 20/01/99

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (3)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO		2-SÉRGIO MACHADO	CE - 2281/82
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- MOREIRA MENDES	RO-2231/37
PMDB			
JOSÉ SARNEY (1)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367

FAX: 311-3546

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 5ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
JÔNICE TRISTÃO	ES-3130/32	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
FREITAS NETO	PI-2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (3)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
LUZIA TOLEDO	ES-2022/24	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-VAGO	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.

(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.

(3) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)

FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 20/01/99

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		

PMDB

JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		

PSDB

REGINALDO DUARTE	CE-3242/43	1-LUZIA TOLEDO	ES-2022/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-GERALDO CÂNDIDO	RJ-2171/72
VAGO			

PPB

EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
--------------------	------------	-------------------	------------

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219
---------------	--------------

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 20/01/99

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
		PFL	
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
		PMDB	
JOSÉ SAAD		1-JOAO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
		PSDB	
VAGO		1-VAGO	
		BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)	
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
		PPB + PTB	
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 04/01/99

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO
GOVERNO DE RONDÔNIA

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

(07 TITULARES E 04 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

		PFL	
JULIO CAMPOS	MT-1247	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104-05	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
		PMDB	
JOSÉ SAAD	GO-3148/50	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
NEY SUASSUNA	PB-4345/46		
		PSDB	
VAGO		2 - VAGO	
		BLOCO OPOSICÃO (PT-PDT-PSB-PPS)	
EDUARDO SUPPLY-PT	SP-3215/16		
		PPB - PTB	
ERNANDES AMORIM	RO-2251/55		

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

Fax 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO

SALA Nº 06 - telefone: 311-3254

ATUALIZADA EM: 04/01/99

ANDAMENTO

EM 29.04.98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
DJALMA BESSA	1 - JOEL DE HOLLANDA
	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LUDIO COELHO	
PPB	
LEVY DIAS	
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
GERALDO CÂNDIDO	1 - EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JULIO REDECHER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos indetificadores abaixo discriminado:

- 02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
- 02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
- 02000202902003-X – Venda de Editais
- 02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
- 02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
- 02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
- 02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS